



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**A voz das domésticas:
o que dizem e as maneiras de dizer em um sindicato**

SÃO CARLOS
2020



ANA LAURA GONÇALVES GARCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**A voz das domésticas:
o que dizem e as maneiras de dizer em um sindicato**

Ana Laura Gonçalves Garcia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Carlos Félix Piovezani Filho.

São Carlos – São Paulo – Brasil

2020

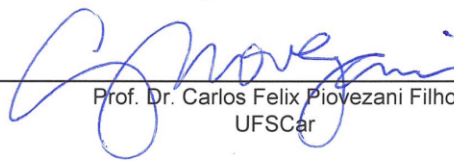


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

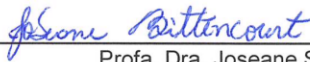
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Ana Laura Gonçalves Garcia, realizada em 17/02/2020:



Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
UFSCar



Profa. Dra. Joseane Silva Bittencourt
UESB



Profa. Dra. Diane Heire da Silva Paludetto
UFSCar

À minha mãe,
minha irmã e minha tia.
Mulheres que me
ensinaram a levantar
outras mulheres.

Agradecimentos

Às mulheres da minha família, minhas avós Vespertina e Luzia (in memória), minha tia Inez, minha irmã Camila e minha mãe Hilda que me inspiraram e me ensinaram a nunca desistir.

Aos meus amigos de infância Ana Livia, Bárbara, Beto e Cecília que fazem parte da minha história há anos e mesmo à distância estão sempre de mãos dadas comigo.

Aos meus amigos Flora, Larissa, Lucas, Raissa e Saulo que me acompanham nos momentos bons e ruins e me mostram todos os dias que sempre vão estar ao meu lado.

Ao professor Carlos Piovezani, que desde sua primeira aula da graduação me cativou com sua dedicação e paixão pelo que faz, pela confiança e apoio desde a Iniciação Científica e por todo ensinamento.

À professora Luzmara, pelas aulas e conversas cheias de aprendizados.

Aos meus colegas Manoel e Nicolle pelos momentos de descontração e ensinamentos.

À minha psicóloga Luma, por toda competência, por toda atenção e por me acompanhar na pós-graduação me fazendo ver os encantos e as angústias de ser quem eu sou.

À Dra. Diane Paludetto, pelas contribuições, pela participação na qualificação, por estar comigo nessa jornada desde a iniciação científica e por ser uma grande inspiração.

À Dra. Joseane Bittencourt, pela participação na qualificação e pelas importantes contribuições, por compartilhar seus conhecimentos tão cruciais acerca do tema.

Aos docentes e funcionários do PPGL, pelo trabalho e dedicação ao Programa.

Resumo

O presente estudo busca contribuir para a Análise de discursos da fala feminina. Trata-se de uma proposta direcionada à compreensão da voz das domésticas e de seus representantes no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto. Com base na Análise do discurso francesa, sob a orientação dos estudos de Michel Foucault e Michel Pêcheux, este trabalho pretende apreender discursos que se materializam nas falas acerca de um trabalho exercido, em sua maioria, por mulheres e historicamente desigual em direitos. O objeto da pesquisa foi obtido mediante a gravação em áudio e vídeo de falas das trabalhadoras, mas também de seu representante e de sua advogada no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto. A análise proposta por essa pesquisa buscará respostas às seguintes questões: o que e do que falam as trabalhadoras domésticas em reuniões do sindicato? Suas maneiras de dizer variam ou não em relação à fala dos outros membros presentes na reunião? Quais são os recursos da língua utilizados por eles em suas intervenções? O levantamento e a análise dos dados devem proporcionar a construção de um entendimento de como se dá uma série de representações históricas e sociais a respeito do trabalho doméstico. Também será possível apreender quais os usos da linguagem no interior de um espaço público, o sindicato, cujo objetivo deve ser a defesa de direitos. Além disso, podemos identificar quais são as marcas discursivas que materializam as condições precárias dessa categoria de trabalho. Finalmente, com base em nossa análise desses discursos, podemos demonstrar que, a despeito da precariedade no emprego e no cotidiano dessas trabalhadoras e da frequente negação dessa capacidade simbólica, essas trabalhadoras sabem falar e têm o que dizer.

Palavras-chave: fala feminina; discurso; trabalho doméstico; sindicato.

Abstract

This study seeks to contribute to the analysis of female speech discourses. It is a proposal aimed at understanding the voice of domestic workers and their representatives in The Union of Domestic Workers of Ribeirão Preto. Based on the Analysis of the French Discourses, under the guidance of the studies of Michel Foucault and Michel Pêcheux, this work can apprehend discourses that materialized in the speech about a work performed, mostly, by women and historically unequal in rights. The object of this research was carried out using an audio and video recording of workers' statements but also their representative and his lawyer at the Union of Domestic Workers of Ribeirão Preto. The analysis proposed by this research seeks answer to the following questions: what do the domestic workers say in the meetings of indication? Your ways wrong or not in relation to the speech of the members present at the meeting? What are the language resources used by them? The survey and analysis of the data should create an understanding of how a series of historical and social representation is respected in domestic work. It will also be possible to apprehend the uses of language in the internal public space, or to indicate what the objective should be the defenses of rights. In addition, we can identify which are the discursive marks that materialize as precarious conditions of this category of work. Finally, based on our analysis of these speeches we can demonstrate that, when necessary, employment and daily life are not affected by workers and the negative frequency of such symbolic capacity, these workers know how to speak and use or say.

Keywords: female speech, analysis of speech, domestic workers, Union

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1: Discursos, direitos e organização sindical	22
1.1 Linguagem e discurso: uma análise discursiva do trabalho doméstico	22
1.2 Direitos e história: os discursos acerca do sujeito no mundo do trabalho	26
1.3 O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos	31
Capítulo 2: O trabalho e as palavras	36
2.1 Quem pode e quem não pode falar	36
2.2 O trabalho como possibilidade, limitação e incremento de fala	40
2.3 O trabalho feminino e a voz da trabalhadora	44
Capítulo 3: A voz da trabalhadora doméstica e de seus representantes no sindicato	47
3.1 O que dizem e as maneiras de dizer das trabalhadoras	48
3.1.1 Primeira trabalhadora	49
3.1.2 Segunda trabalhadora	53
3.1.3 Terceira trabalhadora	61
3.2 A interlocução entre trabalhadoras e representantes sindicais	70
3.3 O que dizem e as maneiras de dizer dos representantes	72
Considerações Finais	76
Referências Bibliográficas	80
Anexos	83

Introdução

A série de televisão *Toma Lá Dá Cá*, exibida pela Rede Globo entre os anos de 2007 e 2009, se passa entre dois apartamentos de duas famílias que compartilham o trabalho de uma doméstica. A obra foi escrita e protagonizada pelo roteirista e ator Miguel Falabella, tendo uma empregada doméstica caricata chamada Bozena, representada pela atriz Alessandra Maestrini. A insatisfação, a impaciência e o enfado das demais personagens eram manifestadamente expressados toda vez em que tinham de ouvir as histórias, frequentemente anedotas carregadas de humor, da empregada que migrou de Pato Branco, pequena cidade do estado do Paraná, para a cidade do Rio de Janeiro. Essa indisposição à escuta é recebida por Bozena de modo doloroso e esta compreende que seu papel no emprego é ficar calada. Diz a personagem num dos episódios da série: “É sempre assim. A empregada nunca pode falar nada. Tem que ficar calada”. Assim como Bozena, outras personagens do universo ficcional retratam a realidade da trabalhadora doméstica silenciada, cuja fala é quase sempre menosprezada ou até mesmo apagada. O filme *Que horas ela volta?*, dirigido por Anna Muylaert e protagonizado pela atriz Regina Casé, também representou esse silêncio exigido de uma empregada, que não possuía voz. Assim como Bozena, Val, a empregada retratada no filme, não tinha espaço de fala em seu emprego. A ficção, nesses dois casos, retrata bem uma realidade brasileira.

Para além do Brasil, o filme norte-americano *Histórias Cruzadas*, dirigido por Tate Taylor e protagonizado por Viola Davis, como a empregada Aibileen Clark, conta uma faceta da realidade americana enfrentada por essa categoria. A história se passa nos anos 1960 e, em meio às questões raciais, há um debate sobre a precarização do trabalho doméstico. Discussões como a separação entre o banheiro da empregada e o dos patrões são abordadas nesse drama. Da mesma forma, em nosso país, ainda nos dias atuais, há apartamentos com banheiro e quarto de empregadas, cuja extensão se aproxima daquela de uma despensa. Assim, os elevadores de serviço também são considerados para uso dos empregados do edifício.

Todas essas obras ficcionais mostram, além do silêncio, uma realidade comum ao universo da empregada doméstica: ela vive em função dos patrões e, por isso, deixa de lado, muitas vezes, sua própria vida. Carneiro e Rocha (CARNEIRO, 2018, p. 141)

abordam a condição da empregada doméstica na sociedade brasileira por meio do relato da vida de Leninha, uma trabalhadora que sofre todo o drama social de sua categoria. Segundo o relato, Leninha tem dois filhos, um marido violento e é analfabeta. O trabalho exaustivo, com baixa remuneração e nenhum reconhecimento, leva a uma distância abissal entre, de um lado, o anseio das necessidades culturais, sociais e afetivas e, de outro, a real existência à qual está condicionada. O consumo é, para a empregada, um meio pelo qual busca dar sentido à sua vida. Os autores concluem: “O drama de Leninha há muito tempo não é o de ‘pôr o que comer em casa’, mas o de tentar com todas as forças imitar o ‘truque’ das classes médias”.

A precariedade acima denunciada é uma faceta dessa realidade. Entretanto, para os fins desta pesquisa, busca-se refletir sobre uma série de aspectos de toda a densidade e complexidade que esta categoria comporta e se materializa na dimensão discursiva. Dessa maneira, este trabalho consiste na observação de uma realidade mais ampla, a de um local de fala no qual poderia ser observada a voz dessas mulheres acerca de seu trabalho. Nesse sentido, a pesquisa visa a identificar os discursos sobre o trabalho doméstico por meio da análise da fala que se manifestou no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto, no dia 29 de janeiro de 2019. A opção por limitar o conjunto de dados àqueles obtidos mediante as gravações de uma única sessão de atendimentos no Sindicato citado deveu-se ao fato de que a observação atenta desses dados, mesmo antes de uma análise inicial, já permitiu constatar sua riqueza e, mais do que isso, sua condição de material mais do que suficiente para sustentar a tese aqui defendida.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o primeiro local escolhido para a realização da pesquisa seria o Sindicato de São Carlos, porém não foi possível o acesso a esse sindicato em razão de este ser vinculado ao Sindicato de Araraquara, o qual estava sendo investigado pela Promotoria de Justiça por supostas irregularidades legais. Assim, num segundo momento, houve a tentativa de trabalhar com o Sindicato de Franca, mas eram raras as reuniões no local, sendo frequentemente canceladas devido à baixa procura. Por fim, este trabalho buscou o Sindicato de Ribeirão Preto e o estabeleceu como o local em que seriam feitas as gravações.

O Sindicato constitui importante espaço de reivindicação de direitos e exercício da cidadania plena, mas a sindicalização ainda é precária nesse segmento. A frágil estrutura sindical da categoria dos trabalhadores domésticos já pode ser observada como

um indício das dificuldades em estabelecer espaços, em que as falas das empregadas domésticas pudessem ser produzidas e nos quais, por extensão, pudessem ser ouvidas e legitimadas. Isso denota a relevância de se pesquisar discursos e silêncios nesse ambiente voltado para as questões ligadas ao mundo do trabalho, em particular, do trabalho doméstico.

A conceituação de emprego doméstico se encontra na Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, e considera essa modalidade de emprego como aquele serviço prestado “de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”. Essa definição é importante no sentido de que o trabalho doméstico é realizado para atender a uma demanda pessoal ou familiar, ou seja, não há, para o beneficiário, interesse lucrativo envolvido nessa prestação. Como demonstrou Paludetto (2012), tal construção interpretativa no âmbito jurídico, em vários momentos, prejudicou os avanços das conquistas trabalhistas das domésticas em sua longa batalha pela equiparação de direitos. Assim, no ano de 2010, a proposta de uma lei que tornava obrigatória a multa do FGTS foi vetada pelo então Presidente Lula, com o argumento de que “o empregador, no caso, a família não tem uma finalidade econômica, de geração de lucro. Isso faz com que, para muitos, o trabalho doméstico não possa ser, economicamente, comparado aos demais” (PALUDETTO, 2012, p. 104).

O trabalho doméstico está inserido na intimidade cotidiana da família ou da pessoa que o contrata e se reveste de amplo espectro de obrigações cumpridas pela empregada no âmbito residencial. As atividades realizadas nesse ambiente vão desde aquelas exercidas pela empregada doméstica tradicionalmente conhecida, como limpeza da casa e vestuário, alimentação, cuidado com bebês e crianças e até com os idosos ou enfermos, além de transporte, zeladoria e segurança. A diversidade das atividades realizadas por esse trabalhador configura um perfil muito amplo, o que resulta na caracterização de profissionais que vão dos considerados mais qualificados, como os motoristas e enfermeiros, até trabalhadores com níveis elementares de educação formal, caso mais comum entre as empregadas domésticas tradicionais.

É sabido que, mesmo com a busca pela equiparação formal dos direitos trazida pela Emenda Constitucional nº 72 de 2013, a desigualdade trabalhista dessa classe persiste ainda em muitos aspectos práticos e os silenciamentos de sua voz permanecem praticamente inalterados. Historicamente, trata-se de uma categoria sem valor social,

uma vez que esta exerce um trabalho considerado sem contribuição econômica para a riqueza do país. É um segmento composto, em sua maioria, por mulheres negras de faixa etária mais ou menos elevada e de baixa escolaridade. (HORN, 2017, p. 70).

O foco desta pesquisa recai nos discursos derivados daqueles serviços prestados por mulheres na modalidade de empregadas domésticas, com ou sem vínculo empregatício, como diaristas, cuidadoras, babás e lavadeiras. Esses são trabalhos socialmente vistos como femininos e, portanto, exercidos, em grande parte, por mulheres. Nesse cenário, a fala dessa trabalhadora revela a “prática discursiva de uma profissão sem valorização e importância”, cujas protagonistas sofrem com o apagamento de sua voz (PALUDETTO, 2012, p. 86).

A constatação de que o trabalho doméstico é uma atividade prioritariamente feminina revela, dentre outras, a condição de gênero que marca essa profissão. Esse fato remete ao ideário de uma sociedade patriarcal, cujos pressupostos ainda se encontram presentes no senso comum de que as mulheres foram criadas para cuidar da casa e das crianças. Além disso, há uma concepção, questionada há várias décadas, mas ainda muito difundida na cultura ocidental de modo geral e na sociedade brasileira, em particular, de que a mulher é inferior ao homem. Não é por acaso que há discursos nos quais se afirma que as vozes das mulheres são frágeis e esganiçadas, impregnadas de emoções e veículos de paixões, ao passo que as vozes dos homens seriam firmes e dotadas de razão (PIOVEZANI, 2016, p. 74). Ao longo dos anos, a luta feminina para conquistar a igualdade de gênero retrata, de um lado, o pequeno, mas precioso espaço já assegurado de visibilidade e de atuação na esfera pública, principalmente no aspecto formal, uma vez que a legislação hoje vigente no Brasil assegura, no âmbito da Constituição, a igualdade de gênero. De outro lado, revela a ainda precária efetividade das garantias formais existente entre homens e mulheres. Nesse sentido, é interessante observar a fala da Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmem Lúcia, em sessão realizada sob sua presidência em 10 de maio de 2017. A ministra Rosa Weber teve sua fala interrompida por vários ministros e, para permitir que se fizesse ser ouvida, Carmem Lúcia interrompeu um dos ministros e disse, em desabafo:

Foi feita agora uma pesquisa — já dei ciência à ministra Rosa — em todos os tribunais constitucionais onde há mulheres, o número de vezes em que as mulheres são aparteadas é 18 vezes maior do que entre os ministros... E a ministra Sotomayor [da Suprema Corte americana] me perguntou: “como é

lá?”. Lá, em geral, eu e a ministra Rosa, não nos deixam falar, então nós não somos interrompidas. Mas agora é a vez de a ministra, por direito constitucional, votar. Tem a palavra, ministra.

Se mesmo as ministras da Suprema Corte norte-americana e as do STF no Brasil têm suas falas interrompidas, podemos imaginar, sem maiores dificuldades, o que ocorre com as empregadas domésticas. Se as opressões já acontecem motivadas por fatores de gênero e de etnia, de economia e de instrução formal, com mais forte razão se produzem em circunstâncias nas quais os oprimidos conjugam em si vários ou, ainda pior, todos os valores disfóricos de cada um desses fatores: mulher, negra ou parda, pobre e com baixa escolaridade. Por isso, se dá o tão frequente apagamento da voz da trabalhadora doméstica no Brasil. Este é mais um aspecto revelador da desigualdade feminina no campo de trabalho e sua manifestação se dá tanto pelo recebimento de salários menores quanto pela ocupação de empregos considerados “menos importantes”. Cumpre registrar, no entanto, que isso também faz parte de um silenciamento mais amplo, o qual se observa junto às maiorias minorizadas e minorias sociais marginalizadas, dentre eles negros, indígenas, homossexuais, transgêneros e, de um modo geral, segmentos sociais economicamente desfavorecidos.

O silenciamento de caráter excludente que se verifica nesse caso também é faceta de uma realidade mais ampla no campo linguístico, a qual comporta outros matizes. Um deles consiste no preconceito em relação à fala popular dessa trabalhadora, cujo discurso, de um modo geral, se materializa nos enunciados que se distanciam das regras e dos padrões adotados pela norma culta. Esse preconceito pode passar despercebido aos olhos de quem não obteve uma compreensão do que vem a ser o preconceito linguístico. Como ensina Marcos Bagno (2009, p. 21): “O preconceito linguístico no Brasil se exerce em duas direções: de dentro da elite para fora dela, contra os que não pertencem às camadas sociais privilegiadas; e de dentro da elite para ao redor de si mesma, contra seus próprios membros”. Interessa aqui, o primeiro aspecto, pois revela o caráter preconceituoso e excludente da elite dominante em relação às camadas desfavorecidas, no âmbito da linguagem e de seus usos.

Sob outro prisma, Michel Foucault nos legou uma série de fecundas reflexões sobre as relações entre discurso e poder. O filósofo francês refletiu particularmente acerca do controle que a ordem do discurso exerce sobre o dizer, de modo a distribuir distintamente os poderes das coisas ditas, a limitar o acaso do que se diz e a restringir os

sujeitos que podem falar em determinados domínios de uma sociedade. Além disso, Foucault tratou das modalidades enunciativas, do lugar do sujeito que fala em relação ao domínio social em que o faz e do alcance e da duração dos enunciados efetivamente proferidos (FOUCAULT, 2007, p. 51). A linguagem como forma de poder, muitas vezes exercida sob o domínio dos grupos mais abastados da sociedade, é assumida por esses grupos como um instrumento de segregação social, étnico e de gênero. Isso ocorre na medida em que se produz uma estrutura de silenciamento da voz daqueles que são objeto de segregação e de opressão. Nesse sentido, uma vez que a fala, a voz e os discursos são elementos fundamentais da própria condição humana, seus apagamentos, silenciamentos e deslegitimações correspondem à negação da humanidade de cada uma e de cada um que tem sua fala, sua voz e seu discurso apagado, silenciado ou deslegitimado. Leninha, trabalhadora doméstica, entrevistada no livro de Jessé Souza, sofre com a dificuldade de expressar tal condição por ter, em repetidas situações, sua voz silenciada.

Todas as manhãs, em vários cantos do mundo, inúmeras Bozenas, Vals e Aibileens do mundo real, dentre elas a brasileira Leninha, estão acordando e seguindo rumo a seus empregos, para cuidar da limpeza da casa, das crianças, da comida, da organização, das roupas, entre outros serviços, enquanto seus patrões vão exercer atividades profissionais certamente melhor remuneradas e socialmente mais reconhecidas. No âmbito da intimidade doméstica, irão realizar, silenciosamente, todo esse trabalho.

Em uma perspectiva teórica crítica dos estudiosos da linguagem, tal como é a Análise do Discurso (AD), é possível notar como o silenciamento da empregada doméstica se torna algo naturalizado. Mesmo que possa haver algumas distinções da ficção para o real e de um para outros casos, tal como podemos observar na diferença entre o quase constante silenciamento de Val e Aibileens, e a relativa possibilidade de falas mais ou menos frequentes por parte de Bozena, o que não parece conhecer alteração é a expressiva reclamação dos patrões para com o exercício da condição simbólica daquelas que desempenham a função de empregadas domésticas. No caso de Bozena, o enunciado patronal é sintomático e revelador: “Você hoje não fala mais nada. Está proibida de abrir a boca”, esbraveja Mario Jorge, o patrão, no episódio “*Galinha que come pedra*”, da primeira temporada da série. Bozena não está ali para dizer, e sim para trabalhar e, se tivesse algo a dizer, não seria relevante para os patrões. É

interessante observar, ainda no mundo ficcional, os raros espaços e representações dados às domésticas em novelas, séries e filmes. Ou seja, não são frequentes filmes, séries e obras de ficção que representam essa categoria, na condição de protagonistas de suas histórias. De um modo geral, a trabalhadora doméstica é apenas uma participação silenciosa na maioria das narrativas.

As origens do trabalho doméstico no Brasil remontam à época da escravidão. Com o decreto que buscou por fim no trabalho escravo, em 1888, alterou o status formal desse segmento, mas teve pouco efeito prático. Isso porque a mudança formal desse paradigma, de trabalho escravo para a livre contratação de mão de obra, não alterou, de forma significativa, as condições de existência desses trabalhadores (FAUSTO, 2002, p 125 e 126). A maioria dos ex-escravos que exerciam trabalhos domésticos não tinha qualificação profissional nem para onde ir. Por isso muitos permaneceram na casa dos antigos senhores, em troca de acomodação e comida. Essa situação do empregado doméstico trabalhar em troca de alimentação e moradia se estendeu ao longo do século XX, chegando, em alguns casos, ao século XXI.

A possibilidade de se deparar com tal condição, no Brasil dos dias atuais pode ser demonstrada por meio de uma situação vinda a público recentemente. Trata-se do caso de uma trabalhadora de 39 anos que viveu na casa de uma família por 29 anos, em atividade que foi considerada, em uma ação judicial com decisão em segunda instância (Tribunal Regional do Trabalho, 2019), como análoga à escravidão. Não surpreende que os trabalhadores domésticos tenham sido a categoria que mais demorou a alcançar os direitos básicos, assegurados a todos os outros trabalhadores na Constituição de 1988.

Todos esses fatores e pressupostos estão direta ou indiretamente presentes nesta proposta. Nosso trabalho é uma continuidade de reflexões precedentes e busca compreender melhor a fundamental condição discursiva do trabalho doméstico no Brasil, tendo sido objeto de estudo anterior por ocasião da iniciação científica realizada sob a orientação do Professor Doutor Carlos Piovezani. Tal pesquisa teve como objeto os discursos materializados em textos publicados em veículos de algumas mídias alternativas (Blog do Sakamoto e Carta Capital) durante as discussões em torno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 478. Essa PEC deu origem à Emenda Constitucional nº 72 de 2013, a qual tinha o intuito de equiparar os direitos das empregadas domésticas aos dos demais trabalhadores. Esse estudo demonstrou que a desigualdade de direitos trabalhistas dos domésticos foi ignorada por um extenso

período, até que se materializasse a sanção da referida Emenda. Além disso, a análise das mídias possibilitou apreender que os veículos alternativos são mais propensos a adotar um discurso em favor da concretização de uma maior igualdade de direitos entre as classes trabalhadoras.

É importante observar que, ao falarmos de trabalho doméstico, “fala-se da maior categoria profissional feminina do país, que ainda luta por um tratamento mais equânime no contingente profissional” (PALUDETTO, 2012, p. 81).

A aprovação, tanto da PEC como da Emenda, fez crescer ainda mais a manifestação de pessoas contrárias a essa proposta de equiparação. É importante lembrar que a aprovação da PEC das Domésticas, como ficou conhecida, precisava de regulamentação para formalizar, efetivamente, o direito desses trabalhadores.

Considerando essas perversas condições históricas e sociais da trabalhadora doméstica no Brasil, este trabalho se debruça sobre essa voz, sobre os modos, sobre o que diz e sobre como fala de sua vida. Por isso, o estudo busca por respostas às seguintes questões: o que e do que falam as trabalhadoras domésticas em reuniões do sindicato? Suas maneiras de dizer variam ou não em relação à fala dos outros membros presentes na reunião? Líderes sindicais e sindicalizadas falam predominantemente de modo semelhante ou distinto? Quais são os recursos da língua utilizados por eles em suas intervenções?

O levantamento e a análise dos dados proporcionam a construção do entendimento de como se dá uma série de representações históricas e sociais a respeito do trabalho doméstico, assim como quais são os usos da linguagem efetuados no interior de um espaço público, o sindicato, cujo objetivo deve ser a defesa de direitos. Com base em nossa análise, esses discursos demonstram que, a despeito da precariedade no emprego e no cotidiano dessas trabalhadoras e da frequente negação dessa capacidade simbólica, essas trabalhadoras sabem falar e têm o que dizer.

Com vistas a sustentar esta tese, optamos por dispor nossa dissertação em três capítulos distintos.

No primeiro capítulo desta pesquisa, **Discurso, Direitos e Organização Sindical**, buscamos indicar algumas relações entre esses três elementos, com o intuito de demonstrar como elas funcionam e por que a reflexão a seu respeito é necessária à devida execução de nosso trabalho.

A proposta teórica assentada na Análise do Discurso permite conceber o papel do discurso na constituição dos fatores, fenômenos e agentes do mundo do trabalho e melhor analisar os discursos que se processam no interior da esfera sindical. Assim, os postulados teóricos e os procedimentos metodológicos da Análise do Discurso, que mencionaremos no primeiro capítulo, estarão presentes nas análises que empreenderemos dos dados de nosso *corpus*, tal como o faremos no terceiro capítulo.

Por essa razão, o primeiro tópico desse capítulo, denominado **Linguagem e Discurso: para uma análise discursiva do tema**, expõe alguns estudos que abordam as intrínsecas relações entre a linguagem e o discurso.

Além disso, faz-se necessário verificar e expor os direitos relacionados aos sindicatos como um lugar de busca pela materialização de direitos negados. Assim, somos conduzidos ao segundo tópico desse capítulo, cujo título é **Direitos e História: os discursos acerca do sujeito no mundo do trabalho**, à necessidade de argumentar melhor sobre o fato de que a linguagem não pode ser observada de forma excludente da História.

O terceiro tópico: **O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos**, no qual propomos fazer uma abordagem histórica do mundo do trabalho, seja no âmbito mais amplo das lutas sindicais como um todo, seja no âmbito mais específico da historicidade do trabalho doméstico. São identificados alguns sentidos presentes em discursos de organizações sindicais, mais especificamente da categoria dos trabalhadores domésticos, na medida em que esse segmento profissional tem muita dificuldade para organizar-se institucionalmente, bem como para manter uma estrutura mínima que assegure o direito de seu exercício de cidadania. Tal exercício consiste na capacidade de influenciar o mundo político, econômico e jurídico, nos quais são reivindicados os direitos trabalhistas e do cidadão, de um modo geral.

A proposta do segundo capítulo, **O trabalho e as palavras**, é abordar os sentidos do que é dito e do que é silenciado no trabalho, principalmente nos empregos domésticos exercidos, em sua maioria, por mulheres de baixa escolaridade.

Como revela Orlandi: “O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 2007, p. 31). É necessário compreender esses sentidos presentes nos enunciados daqueles que significam nesse domínio discursivo. Por isso, o primeiro tópico do segundo capítulo, **Quem pode e quem não pode falar**, trata de acontecimentos históricos e sociais, na perspectiva foucaultiana, de um domínio

constituído pelo conjunto dos enunciados em sua dispersão e em sua regularidade, dada sua condição de acontecimento, da instância e da ordem própria do discurso de que derivam (FOUCAULT, 2007, p. 29-30). Ainda nessa perspectiva, de um lado, o enunciado está ligado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra. De outro lado, ele abre para si mesmo uma existência no campo da memória ou na materialidade de qualquer forma de registro. Como observa Foucault, o enunciado é único, como todo acontecimento. Mas está aberto à repetição, à transformação e à reativação. O enunciado também está ligado às situações que o provocam e às consequências por ele ocasionadas. Mas, ao mesmo tempo, numa modalidade inteiramente diferente, o enunciado também está ligado a enunciados que o precedem e seguem (FOUCAULT, 2007, p. 29-30).

O segundo tópico, **O trabalho como possibilidade, limitação e incremento de fala**, descreve uma limitação que se observa em relação à escuta da voz que se manifesta nos estratos populares. Na medida em que tal preconceito ocorre, de modo incisivo, contra a fala das mulheres trabalhadoras domésticas, o terceiro tópico, **O trabalho feminino e a voz da trabalhadora**, descreve esse silêncio por meio da abordagem dessa limitação de escuta e procura revelar o apagamento de fala e de seus sentidos no campo de trabalho.

Finalmente, o terceiro capítulo, **A voz da trabalhadora doméstica no sindicato**, busca analisar os enunciados das trabalhadoras domésticas, no lugar de suas diversas reivindicações, e de seus representantes sindicais. Para realizar este estudo, foram feitas gravações durante o plantão de atendimento que ocorre no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto. Dessas gravações, foram extraídos os enunciados que submetemos à análise. Para fazê-lo, nos baseamos na conjunção entre postulados e procedimentos provenientes dos trabalhos de Michel Foucault e aqueles derivados dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo. Essa conjunção permite que descrevamos tanto a constituição histórica e enunciativa de referências, de posições de sujeito, de domínios associados e de materialidades (FOUCAULT, 2007, p. 104-121) quanto a produção discursiva de efeitos de sentido (PÊCHEUX, 1997, p. 158-161).

Assim, o primeiro tópico, **O que dizem e as maneiras de dizer das trabalhadoras**, analisa quais são os assuntos abordados pelas domésticas em suas falas no sindicato e como essas falas são produzidas. Em outros termos, são ali analisados tanto os componentes do interdiscurso — o que se retoma e se atualiza dos já-ditos das

formações discursivas — quanto os elementos do intradiscurso — as formas linguísticas presentes na formulação dos enunciados por meio das quais se constroem as relações de equivalência e de encadeamentos entre as sequências das falas.

O segundo tópico, **Interlocução entre trabalhadoras e representantes sindicais**, analisa, de um lado, as ocorrências de interrupções de fala que se manifestam nas conversas e, do outro, a predominância de fala de um dos interlocutores. Por meio da seleção, categorização e interpretação de alguns enunciados, retirados das falas gravadas no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto, o intuito é demonstrar que as trabalhadoras domésticas podem falar e possuem algo a dizer. Ademais, no sindicato, local de fala dessas trabalhadoras, ocorrem interrupções que representam uma tentativa de silenciamento ou, até mesmo, de um discurso que demonstra o ideário de que, de um lado, há quem sabe falar e tem o que dizer, e de outro lado, há aqueles que não sabem falar e não tem o que dizer. Percebe-se que esse espaço, embora represente o acolhimento da voz da trabalhadora doméstica, antagônica e eventualmente reproduz discursos excludentes, presentes na sociedade.

Por fim, o terceiro tópico, **O que dizem e as maneiras de dizer dos representantes**, analisa as maneiras como se processam as interlocuções entre as trabalhadoras que se dirigem ao Sindicato e os que ali se encontram como seus representantes, focalizando as formas de recepção que estes dedicam às primeiras, suas falas e os encaminhamentos que eles dão no desenvolvimento e no encerramento das conversas com as domésticas, de modo a lhes reiterar ou não a legitimidade dos direitos ali reivindicados. Mais que a formal e a efetiva legitimação jurídica que pode haver em cada demanda, cabe, à análise, identificar sistema de relações que se materializa nessas relações sindicais entre os representantes e as trabalhadoras.

A Análise do Discurso refere-se ao domínio da fala como forma de poder. Esse fato pode ser compreendido por meio da observação de como a procura por um lugar de fala das trabalhadoras é constante. Bozena mostra que a condição da empregada doméstica brasileira está culturalmente associada a um comportamento discreto e silencioso. As trabalhadoras da vida real, aqui analisadas, estão buscando um local em que possam falar e ser escutadas, já que a luta pelo espaço de fala, quase sempre perdida, cerca seu cotidiano. Cumpre dizer ainda que, além do que já foi exposto, nas linhas anteriores, esta pesquisa pretende levar o leitor a uma reflexão sobre a

importância de se analisar o discurso, para além de alguns traços do que abrange a linguagem humana, alcançando propriedades presentes no interior dos enunciados.

Capítulo 1: Discursos, direitos e organização sindical

1.1 Linguagem e discurso: uma análise discursiva do trabalho doméstico

O trabalho doméstico, assim como outras categorias e sindicatos que as representam, possui uma história sobre seus direitos, que se processa em meio à sociedade. Ao longo dos anos, a trabalhadora doméstica sofreu com a desigualdade de direitos trabalhistas formais e, nos dias de hoje, a prática revela como esses direitos ainda são subtraídos. Essa exclusão, bem como a subtração de direitos, constitui parte da sua história. Sabemos que as opressões e dominações, bem como suas resistências, são produzidas por meio de práticas discursivas e não discursivas. Assim, o papel desempenhado pelos discursos na reprodução e nas transformações das relações sociais é fundamental. No campo das relações de trabalho, a função exercida pelos discursos não é menor. É por essa razão que se torna absolutamente necessário investigar as relações entre linguagem e trabalho a partir de uma abordagem discursiva. Desse modo, é possível tanto apontar a reprodução de já-ditos quanto identificar os discursos que permeiam as falas dos próprios trabalhadores, que podem ser singulares e carregar boas doses de resistência.

As narrativas televisivas sobre as trabalhadoras domésticas, reportadas na Introdução deste texto, trazem, por meio da ficção, um retrato da realidade, mas, ainda assim, há uma complexidade cujas nuances, detalhes e peculiaridades são difíceis de serem vistos apenas por meio da atuação dramática. Um exemplo disso é o silêncio que permeia essa categoria; um silêncio não apenas da fala não proferida, mas também da ausência de uma escuta que lhe dedique atenção e respeito. Isso pode ser observado pelo imaginário do senso comum, segundo o qual essas pessoas de classe social economicamente desfavorecida, com um nível de escolaridade limitado e que vivem em condições de existência precárias, não sabem falar e, para além, não têm algo relevante a dizer.

A linguagem é algo intrínseco à condição humana. É a linguagem que permite ao sujeito não apenas se comunicar, mas também a formar pensamentos, o que torna possível sua sobrevivência e sua formação histórica. Do mesmo modo, o silêncio possui

sentido, o qual os estudiosos da linguagem buscam compreender. Por isso se, de um lado, esses silêncios que estão relacionados às domésticas podem ser observados como falta por muitos, de outro lado, podemos observar essa forma de linguagem como excesso (ORLANDI, 2007, p. 34-35). O que se pretende afirmar aqui é que o silêncio diz muito sobre esses sujeitos e a exclusão da sua voz. Desse modo, compreender o apagamento da voz das domésticas pode contribuir sobremaneira para o entendimento das diversas formações discursivas que subscrevem ou que contestam os silêncios impostos às domésticas.

Na esteira de uma longa tradição histórica, a sociedade brasileira atual continua a operar uma distinção entre o que é língua, considerando-a como aquilo que é certo, e o que não é língua considerando-o como aquilo que é errado. Em geral, o que é certo é o que a gramática normativa impõe. A classe dominante, aquela que possui recursos para uma educação de qualidade, é a que reporta os “erros da língua portuguesa”. Em um país desigual como o Brasil, poucas pessoas possuem acesso e condições materiais e simbólicas de introdução à educação de qualidade; esse é o caso da trabalhadora doméstica, a qual não possui o domínio dessa língua considerada “correta” pelo senso comum. Contudo, aquilo que é visto como errado nas falas e escritas de pessoas sem acesso ao estudo de qualidade encontra, nos estudos da linguagem, uma interpretação oposta. Como afirma Bagno (2009, p. 53), “não é errado falar nem escrever assim!”. Essa forma de encarar a fala não letrada como um erro é entendida, por esses estudiosos, como preconceito linguístico.

Para além da existência desse preconceito linguístico, esta pesquisa se fundamenta nas teorias que constituem a Análise do Discurso de linha francesa, a qual está associada aos estudos de Michel Foucault e Michel Pêcheux.

A Análise do Discurso se constitui em um campo amplo de conhecimento e requer uma demarcação para a abordagem linguística do tema aqui proposto. Nesse sentido, a pesquisa aqui realizada tem o intuito de abordar os discursos e sentidos presentes na fala da trabalhadora doméstica. Para Foucault, as relações discursivas determinam o conjunto de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, nomeá-los, analisá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2007, p. 51). Aqui, deve-se compreender o modo como se constitui “o processo discursivo e a simbolização das relações de poder presentes nos enunciados”: analisar as práticas

discursivas que formam, sistematicamente, os componentes da fala da trabalhadora doméstica e dos representantes sindicais (PALUDETTO, 2012, p. 124-125).

O estudo discursivo compreende uma relação entre História, sujeito e língua porque a Análise do Discurso procura entender o sentido da língua enquanto trabalho simbólico, constitutivo do homem em sua historicidade. A linguagem, dessa maneira, é a intercessão indispensável entre o homem e a realidade natural e social (ORLANDI, 2013, p. 15).

O sujeito é crucial para a existência do discurso. É o humano, como ser social, o agente da prática discursiva. Nesse sentido, Foucault propõe refletir sobre três grupos de questões:

1) Quem fala? Quem é o sujeito falante que recebe a titularidade da fala e a presunção de veracidade do que diz? Qual o status do indivíduo que tem o direito de proferir o discurso? Esse status compreende critérios de competência e de saber, condições legais e também um sistema de diferenciação de relações com outros indivíduos, ou outros grupos que têm também seus próprios status? Compreende também traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade?

2) Quais os lugares institucionais de busca do discurso? Onde se encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação?

3) Qual a posição do sujeito em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos? Ele é sujeito que questiona, ouve, observa, anota?

Assim, para o autor, as modalidades de enunciação devem ser consideradas como resultado das relações entre elementos distintos referentes ao status do sujeito, ao lugar institucional de onde fala e à sua posição, como sujeito que percebe, observa, descreve. A relação desses diferentes elementos é efetuada pelo discurso que instaura, entre eles, todo um sistema de relações (FOUCAULT, 2007, p. 51).

É importante destacar ainda que, para Foucault (2013, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque e pelo que se luta o poder do qual queremos nos apoderar”. Além disso, o discurso está ligado a uma vontade de verdade, a qual está inserida em um sistema de exclusão. Esse sistema pode ser dividido em três: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Os estudos de Foucault ainda revelam as relações de poder que separam sujeitos que podem e que não podem falar ou cujas falas são legitimadas ou deslegitimadas. Dessa forma, as pessoas com recursos e fácil acesso à

educação, saúde, etc. são aquelas que se apoderam dos espaços de fala, dos discursos verdadeiros, da seleção dos sujeitos que devem falar e ser ouvidos.

É no interior dessa relação de poder e de disputas pelo direito de falar e ser ouvido que os estudos que tratam do preconceito linguístico revelam que a língua pode ser um conceito discursivamente superior, tanto em relação às pessoas que falam a mesma língua quanto em relação a duas línguas diferentes. Na maioria dos casos, quando estamos falando do preconceito dentro de uma sociedade que fala a mesma língua, esse preconceito ocorre devido aos usos diversos do que se costuma entender como a gramática de uma língua, o que ocorre, via de regra, com pessoas mais pobres e desfavorecidas economicamente. O linguista Marcos Bagno (2009, p. 20-21), estudioso da área, revela que “existe um grupo de pessoas [...] que acredita que seu modo particular de falar a língua é o mais correto, o mais bonito, o mais elegante e por isso deve ser o modelo que as outras classes e comunidades precisam imitar”. O autor observa que esse grupo de pessoas pertence à classe dominante, ou seja, pessoas com alto poder aquisitivo e com fácil acesso à educação formal.

Desse modo, vale lembrar que, como afirma Piovezani (2020, p. 29): “O uso da língua, do corpo e da voz na fala [...] são investidos de diferentes valores”, esses valores variam de acordo com os postulados definidos pelos grupos dominantes em determinados contextos histórico-sociais. Essa valoração de dizeres não está necessariamente explícita nos diversos discursos, muitas vezes se encontra ocultada nas experiências psicológicas e emocionais dos diferentes sujeitos. Na própria formação discursiva há uma relação existente entre sujeito, sociedade e história. Assim, aqueles que têm um histórico de experiências positivas tendem a se apresentar seguros em seus pronunciamentos, ao passo que, as experiências alimentadas ‘pelas sanções negativas, embargos e ataques produzem sujeitos tímidos e inseguros. É no bojo dessas relações que se pode afirmar que o preconceito linguístico se constitui como procedimento de controle do discurso, na busca por reduzir o poder do que é dito mediante a condenação de formas estigmatizadas do dizer. (PIOVEZANI, 2020, p. 29).

Por isso, vale lembrar que os empobrecidos e marginalizados acreditam, em sua maioria, que os privilegiados falam “tudo certo” e que eles próprios falam “tudo errado”. Nesse sentido, Piovezani (2015, p. 324), ao comentar uma intervenção do ex-presidente Lula, demonstra como o preconceito linguístico, ao desqualificar algumas falas e exaltar outras, contribui para a permanência da “ideologia da distinção social”.

Esta última sequência da intervenção de Lula foi aqui reproduzida graficamente respeitando certa proximidade fonética com sua efetiva pronúncia. Trata-se ali de usos fonéticos e prosódicos que embora pareçam, segundo o imaginário corrente, ser desvios da chamada norma culta padrão da língua portuguesa, são absolutamente compatíveis com ela. Porque consistem na maneira de pronunciar os seguimentos fonéticos marcados do mesmo modo como o faria uma absoluta maioria de falantes que dominam o que se convencionou designar como norma culta padrão. Esse imaginário bastante sólido e que continua a ser frequente, extensa e intensamente consolidado em nome da ideologia da distinção social, fundamenta-se numa contradição, que ele apaga: os desvalidos socioeconomicamente tendem a imaginar sua própria fala como bem mais distante do que ela realmente está da dita norma culta padrão, ao passo que aqueles que pertencem as camadas privilegiadas da sociedade creem que suas falas coincidem completamente com um ideal de pretensa correção. [...] Os membros dos grupos dominantes acreditam e fazem acreditar que são detentores de uma maneira de dizer que é mais, e frequentemente creem que ela seja única, correta, culta e elegante (PIOVEZANI, 2015, p. 324).

As trabalhadoras domésticas podem ser identificadas entre os desvalidos economicamente, mencionados por Piovezani, e seus empregadores entre os pretensos detentores da maneira correta de dizer. Assim, o Sindicato, por ser um espaço de fala das trabalhadoras, nos permite, como na citação anterior, desenvolver uma análise que identifique, por meio das falas das trabalhadoras, algumas das incongruências dessa hierarquização de fala.

Os enunciados que integram o *corpus* da pesquisa se referem a esse sujeito cuja fala é silenciada em seu ambiente de trabalho; ou seja, a empregada doméstica pertencente a uma classe social desfavorecida e se encontra em uma posição discursivamente invisível e silenciosa. Tampouco o rompimento desse silêncio, quando sua voz se pronuncia, é escutado no meio social, uma vez que sua posição, em relação ao conjunto dos domínios, não lhe confere o status de proferir um enunciado considerado relevante ou legítimo. Desse modo, para alcançar a voz da trabalhadora doméstica, um dos raros e possíveis locais dessa escuta, bem como da descrição de sua fala, se constitui no sindicato. Não obstante, a instituição sindical ser cercada por críticas de campos distintos, ela permanece como um local crucial de fala, busca e reivindicação de direitos.

1.2 Direitos e história: os discursos acerca do sujeito no mundo do trabalho

O exercício dos direitos se constitui na materialização da cidadania e, dessa forma, o conceito de cidadania está relacionado aos discursos que permeiam a realidade social do sujeito no seu contexto histórico. T. H. Marshall divide o conceito de cidadania em três dimensões que correspondem aos conjuntos de direitos que passaram a fazer parte de uma demanda reivindicatória ao longo dos últimos trezentos anos. O primeiro desses três conjuntos são os direitos civis que garantem a liberdade individual, a igualdade perante a lei e o direito à vida. Os direitos políticos, que compõem a segunda categoria, referem-se à participação no exercício do poder, o direito ao voto e o direito de associarem-se às instituições. A terceira dimensão está associada aos direitos sociais: a educação, saúde e trabalho; diz respeito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, além da participação na herança social civilizatória (MARSHALL, 1967, p. 63).

Marshall se referia ao caso inglês, mas é possível dizer que foi essa a trajetória histórica na luta pelos direitos em diversos países. O caso brasileiro, como ressalta Ângela Castro Gomes (2002), não seguiu esse modelo, uma vez que a demanda por direitos sofreu uma superposição. É preciso lembrar que, até o ano de 1888, um grande contingente da nossa população não desfrutava da igualdade formal, em razão da existência da escravidão. Por razões históricas, os direitos sociais assumiram “uma posição estratégica para a vivência da cidadania, o que se reforçou pela fragilidade dos direitos civis e pelo desrespeito aos direitos políticos” (GOMES, 2002, p. 12). Nesse cenário, ganhou destaque especial à luta empreendida pelos trabalhadores na conquista dos direitos do trabalho.

O passado escravagista foi o principal obstáculo para a difusão da cidadania no seu aspecto civil. Se, por um lado, a abolição tornou possível o princípio da igualdade de todos perante a lei, por outro lado, a igualdade efetiva não se realizou na prática. Como observa o historiador José Murilo de Carvalho:

As consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. [...], a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis o senhor tampouco fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei o outro se considerava acima (CARVALHO, 2006, p. 53).

A herança escravagista é constitutiva da construção da identidade do trabalhador no Brasil. A desvalorização do trabalho, como um marcador de inferioridade,

fundamentou práticas discursivas que se refletem no pensamento e nas atitudes políticas e sociais em relação a esse ambiente. A construção de uma identidade positiva para o trabalhador e a valorização do ato de trabalhar exigiu um grande esforço dos trabalhadores, pois “foi preciso descobrir valores, inventar palavras, símbolos e formas de organização capazes de criar, no país, uma nova tradição de respeito ao trabalhador, agora um cidadão e não mais um escravo” (GOMES, 2002, p. 16).

Sem a noção valorativa do trabalho e da dignidade, apreendida pelo trabalhador em relação à sua própria condição, não seria possível uma tomada de consciência dos cidadãos. Esse processo de construção de uma identidade positiva era crucial para desencadear a luta por direitos sociais, a qual parece estar longe de se encerrar na sociedade atual. A trabalhadora doméstica, por exemplo, só obteve igualdade relativa dos direitos trabalhistas, em relação às outras categorias, por meio da Emenda Constitucional nº 72 de 2013.

Nesse cenário de busca pela garantia das dimensões básicas de direitos que se traduzem no exercício da cidadania plena, os discursos da negação ou redução de direitos ainda se fazem presentes. A esse propósito, aliás, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, declarou reiteradamente que, para o Brasil sair da crise, será necessária a redução de direitos. Em uma de suas falas, afirmou:

[...] um país (Brasil) de direitos, mas que não tem empregos. Isso tem que ser equacionado um dia. [...] Eles (os empregadores) têm dito, não sou eu, ‘um pouquinho menos de direitos e emprego’ ou ‘todos os direitos e menos emprego. É a palavra de quem emprega no Brasil (Valor Econômico, on-line, 2018).

Em outro momento, o presidente voltou a se pronunciar sobre a redução de direitos no campo do trabalho, de forma mais específica, ao tratar da intenção de reduzir o percentual da multa rescisória do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na demissão sem justa causa do empregado. O FGTS é um direito constitucional, portanto só pode ser extinto por via de Emenda Constitucional. Mas a possibilidade de redução do valor da multa levou o presidente a construir essa hipótese:

O valor não está na constituição, mas o FGTS está no artigo 7º. Acho que o valor é uma lei. Vamos pensar lá na frente. Mas antes disso a gente tem que ganhar a guerra da informação. Eu não quero manchete amanhã dizendo “o presidente está estudando reduzir o valor da multa”. O que eu estou tentando levar para o trabalhador é o seguinte: menos direitos e emprego. Todos os direitos e desemprego” (Jovem Pan on-line, 2019).

A dicotomia senhor-escravo, anunciada na ideia de José Murilo de Carvalho, de que, nos anos da escravidão, os senhores se consideravam acima da lei em relação a seus escravos, insistindo em negar-lhes os direitos, retorna agora na modalidade direitos-desemprego. Dessa forma, com o fim da escravidão e a garantia da igualdade formal, após longos anos de luta pela conquista de direitos sociais no âmbito do trabalho, ainda se observa o caráter conflituoso dessa questão e, no contexto atual, o exercício da cidadania parece encolher. Diante do discurso pelo fim desses direitos sociais já garantidos, isso se realiza por meio da revogação de uma legislação protetiva que mal teve tempo de ser efetivada no mundo do trabalho, como é o caso da empregada doméstica, sujeito de direito ameaçado.

Os tantos problemas políticos, legais, sociais, ambientais, etc. deixam alguma esperança de que no futuro as pessoas tenham uma qualidade de vida e um planeta melhor? Para Norberto Bobbio (2004), sim:

Não faz muito tempo um entrevistador, após uma longa conversa sobre as características de nosso tempo que despertam viva preocupação para o futuro da humanidade [...] perguntou-me, no final, se, em meio a tantas previsíveis causas de infelicidade, eu via um sinal positivo. Respondi que sim, que via pelo menos um desses sinais: a crescente importância atribuída, nos debates internacionais, entre homens de cultura e políticos, em seminários de estudo e em conferências governamentais ao problema do reconhecimento dos direitos do homem (BOBBIO, 2004, p. 46).

Bobbio acredita que a esperança está na busca por atenção ao reconhecimento dos direitos. Os estudos do autor em *A Era dos Direitos* (2004) trazem uma discussão que, além de produzir conceitos e observações atemporais, estão no cerne das questões atuais acerca da fragilidade dos direitos individuais e das minorias. Vale fazer uma digressão nessa temática: Bobbio (2004, p. 1), partindo da premissa de que “o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas” e que, sem o reconhecimento e a proteção desses direitos, não existe democracia, se dedica em apresentar alguns processos de evolução desses direitos.

De início, retoma os conceitos que abrangem o tema, os quais podem ser observados em conjunto ou individualmente: Filosofia, História, Ética e Política. A

partir de então, opta pelo enfoque na Filosofia da História. Segundo o autor, mesmo sendo arriscado, contribui para se constituir uma compreensão associada à observação conjunta no discurso atual. Trata-se de uma opção que, claramente, coloca de lado a perspectiva do direito positivo e abraça o direito racional, ou natural. Com isso, ele destrincha como cada conceito olha para esta Filosofia da História (BOBBIO, 2004, p. 15).

Para o autor, do ponto de vista da Filosofia da História, o debate em torno do direito do homem está mais abrangente, de forma que envolveu todos os povos da Terra, tendo sido implementado nas assembleias internacionais e interpretado como um progresso moral da humanidade. Nesse sentido, demonstra como o conceito de fundamento de um direito não pode ser absoluto, sob pena, de subjugar outros direitos. Um exemplo disso é o fundamento absoluto dos direitos de liberdade que, por longo período, foi utilizado para fazer oposição à admissão de direitos sociais (BOBBIO, 2004, p. 22). Em essência o problema da efetivação dos direitos não tem residido em seus fundamentos, mas em sua exequibilidade. Nas palavras de Bobbio (2004, p. 23):

Deve-se recordar que o mais forte argumento adotado pelos racionários de todos os países contra os direitos do homem, particularmente contra os direitos sociais, não é a sua falta de fundamento, mas a sua inexecutabilidade. [...] quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições. O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los (BOBBIO, 2004, p. 23).

Essa assertiva pode ser facilmente exemplificada pelos argumentos utilizados, por aqueles que se opuseram e se opõem à EC nº 72. Esses opositores não questionam o fundamento do direito das domésticas, mas a sua exequibilidade.

Apesar de afirmar que a História da humanidade é ambígua, Bobbio diz que não podemos deixar de nos questionar sobre a origem e o destino do homem, analisando os sinais de eventos que nos são oferecidos. Além disso, é preciso entender que há uma diferença entre o progresso científico técnico e o progresso moral. Enquanto o primeiro é eficaz, o segundo enfrenta dois grandes problemas. O primeiro problema, do progresso moral, é o próprio conceito de moral. O segundo problema é que, ainda que acordássemos quanto a esse conceito, não há indicadores existentes para que possamos medir o progresso moral de uma nação, ou mesmo da humanidade (BOBBIO, 2004).

O autor ainda traz a ideia de que direitos e deveres são faces diferentes de uma mesma moeda:

Para que pudesse ocorrer (expressando-me figurativamente, mais de um modo, que me parece suficientemente claro) a passagem do código dos deveres para o código dos direitos, era necessário inverter a moeda: o problema da moral devia ser considerado não mais do ponto de vista apenas da sociedade, mais também daquele do indivíduo. Era necessária uma verdadeira revolução copernicana, se não no modo, pelo menos nos efeitos. Não é verdade que uma revolução radical só possa ocorrer necessariamente de modo revolucionário. Pode ocorrer também gradativamente (BOBBIO, p. 54, 2004).

Para além, Bobbio reflete que, assim como no que se refere à esfera moral, as questões foram consideradas muito mais da perspectiva da sociedade do que daquela do indivíduo singular. Na esfera política, predominou a perspectiva dos governantes, em detrimento do ângulo dos governados.

Nesse sentido, o indivíduo singular se constitui em um ser passivo, um artefato do poder. No âmbito político, as tratativas colocavam em causa, essencialmente, seus deveres. Nesse processo, a reação se encontra no grupo ou no povo em sua totalidade, e não na singularidade do indivíduo. Ou seja, “o indivíduo singular desaparece enquanto sujeito de direitos”. Ademais, o autor afirma que o progresso não é o necessário, mas sim o possível, pois a conquista do direito está associada ao progresso da moral da humanidade. Isso ocorre em uma sociedade, em um certo contexto político, em um determinado contexto social (BOBBIO, 2004, p. 55). A partir dessa, podemos observar a conquista dos direitos das domésticas associada à ideia de que o que se consegue é o possível, e não o necessário no contexto em que a trabalhadora está inserida, já que há um direito formal, porém não há uma efetivação desse direito.

1.3 O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos

O trabalho doméstico se realiza por meio de diversas atividades: cuidador, faxineiro, motorista, jardineiro, babá, arrumadeira, cozinheira, etc. É possível observar um estranhamento quando se diz “faxineiro” ou “jardineira”. Há, nessas profissões, uma persistente questão de gênero, na qual algumas das atividades são mais identificadas para mulheres e outras para homens. Ou seja, algumas atividades são concebidas como femininas e outras masculinas. Por exemplo, é usual dizer “uma babá”, e não “um babá”, ou então “um motorista”, e não “uma motorista”.

Este trabalho analisa falas de trabalhadores no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto, o qual abrange todas as atividades que são concebidas como exercidas no âmbito do domicílio residencial, mas o foco se dá nos dizeres femininos. Isso porque a realidade encontrada nos relatos e falas ouvidas no local e que ocorrem de modo recorrente, segundo o representante do sindicato, foi a de mulheres que trabalham como babás, cuidadoras, lavadeiras ou faxineiras. Outro motivo para que o gênero feminino prevaleça neste estudo é o fato já mencionado anteriormente de se tratar de uma profissão majoritariamente exercida por mulheres.

Identificamos, de um lado, no Sindicato, um espaço de fala dessa categoria silenciada nas relações cotidianas de trabalho. Nesse local, ao contrário do que se observa nos padrões rotineiros que tratam da fala dessa trabalhadora como incorreta e passiva de desmerecimento, suas vozes são proliferadas. Desse modo, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas é o local em que se manifestam diversos discursos acerca dessa profissão. Por outro lado, observamos também que o sindicato reflete concepções dessa profissão presentes na sociedade em geral. Há uma ausência de escuta na medida em que se observa que muitas vezes as trabalhadoras são interrompidas em suas falas, consideradas nos discursos dos representantes como alguém com baixas condições de dizer e de se fazer ouvir.

Ademais, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto apresenta estreita relação como Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas (SEDCAR). Esse último possui um site no qual é possível encontrar o endereço e telefone dos sindicatos que “negociam” com ele, como o de Catanduva, Araraquara, Sorocaba, Morro Agudo, Ribeirão Preto, entre outros. O site também disponibiliza informações a respeito do trabalho doméstico, com notícias, notas, relatos, etc. Ao entrar no site no dia 27 de dezembro de 2019, foi possível observar os links para as principais reportagens como as convenções disponíveis de 2019/2020 e o que mudou com a convenção de 2019. Além disso, há abas para outras reportagens secundárias como contribuição sindical, benefício social e familiar, por que se associar, perguntas frequentes, etc. É possível encontrar várias notícias sobre o emprego doméstico. Por fim, há nome, endereço e telefone dos sindicatos das trabalhadoras que “negociam” com o SEDCAR. Essa relação parece ser tão próxima que, ao tentar acessar a página do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto através do Google, somos remetidos à página do SEDCAR. A visualização do site segue abaixo:

The screenshot displays the SEDCAR website interface. On the left, there is a 'Notícias' (News) section with three articles: 'Pensão alimentícia do empregado doméstico, como calcular?' (19 de Dezembro de 2019), 'Abono do PIS/Pasep: Domésticas não têm direito.' (18 de Dezembro de 2019), and 'Empregado doméstico e o acidente de trabalho' (17 de Dezembro de 2019). The main content area is titled 'SINDICATOS QUE NEGOCIAM COM O SEDCAR' and lists three regional syndicates: 'Sindoméstica Jundiaí', 'Federação Domésticas SP', and 'Sindoméstica Catanduva e Região'. To the right, there are three promotional banners: 'PORQUE SE ASSOCIAR?', 'PERGUNTAS FREQUENTES', and 'INFORMATIVOS'. The bottom of the page features the SEDCAR logo, contact information for the Campinas and Região branch, and a phone number for 'Atendimento' (19 3235.3007 ou 19 99914.2300).

Notícias

Pensão alimentícia do empregado doméstico, como calcular ?
19 de Dezembro de 2019

[Leia Mais](#)

Abono do PIS/Pasep: Domésticas não têm direito.
18 de Dezembro de 2019

[Leia Mais](#)

Empregado doméstico e o acidente de trabalho
17 de Dezembro de 2019

[Leia Mais](#)

Segurado do INSS poderá ter de bancar processos na Justiça em 2019
16 de Dezembro de 2019

SINDICATOS QUE NEGOCIAM COM O SEDCAR

Sindoméstica Jundiaí
Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região
Rua Rangel Pestana, 1318B, Centro Jundiaí - São Paulo
TEL.: (11) 4586-9780
contato@sindomesticajundiai.com.br
atendimento@sindomesticajundiai.com.br
www.sindomesticajundiai.com.br

Federação Domésticas SP
Av. Casper Libero, 383 13ª andar, sl 13C (Próx. a Estação da Luz)
Centro - São Paulo
CEP: 01033-001
TEL.: (11) 3228-1390
contato@federacaodomesticas.com.br
www.federacaodomesticas.com.br

Sindoméstica Catanduva e Região
Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Catanduva e Região
R.Pernambuco - 620 - Centro, Catanduva - SP, 15800-003
Catanduva - São Paulo
Telefone: (17) 3521-5993 (17) 3524-5836
Email: sindomesticascatanduva@gmail.com
http://sindomesticascatanduva.com.br/

Sindoméstica Ribeirão Preto e Região
Sindicatos dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto e Região
Rua São Sebastião número 506, 1ª andar sala 115
Centro - Ribeirão Preto - São Paulo - CEP:14015-040
Tel: (16) 3021-1196

Porque se associar?
Conheça as vantagens de ser um associado

[Saiba +](#)

PERGUNTAS FREQUENTES
Acesse nossa página de perguntas frequentes e tire suas dúvidas

[Acesse](#)

INFORMATIVOS
Contra o periódico da SEDCAR

CEP: 14640-000
Tel: (16) 3851-6953
E-mail: sindomestica.ma@hotmail.com

Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região

Atendimento
19 3235.3007 ou 19 99914.2300

Para além de informações sobre o trabalho doméstico há ilustrações que buscam representar uma trabalhadora doméstica, como mostram as imagens abaixo:

SED CAR  Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região

Atendimento
19 3235.3007 ou 19 99914.2300

INSTITUCIONAL
Palavra do Presidente
Histórico
Certidão Sindical
Categorias
Missão
Base Territorial
Data Base

DÚVIDAS
Perguntas Frequentes
Downloads

ASSOCIADOS
Porque se Associar?
Benefícios
Associe-se

ENDEREÇO
Rua Conceição, 233 - Sala 2709
Empresarial Conceição (Shopping Jaraguá)
Centro - Campinas - São Paulo

JURÍDICO
Serviços
Atendimento
Convenções e Acordos

NOTÍCIAS
Notícias e Novidades
Editais
Informativos

Estão disponíveis as
Convenções 2019/2020

Clique aqui para ver

CAIXA

Na primeira imagem, há informações sobre o próprio site e, abaixo, ilustrações que remetem às trabalhadoras. Essas ilustrações, assim como as outras imagens, mostram um estereótipo do que o senso comum vê como uma empregada doméstica. Dessa maneira, essas imagens estereotipadas são semelhantes à personagem Bozena, citada em nossa introdução, como revelam as figuras abaixo:



(Fonte: Google Imagens)

Importante observar que todas as imagens retratam mulheres brancas, sorrindo e com uniforme, e algumas com um pano e um esfregão. Dessa forma, o site retrata os vários sentidos produzidos acerca do trabalho doméstico. Cumpre aqui atestar que tanto o site quanto a ficção reproduzem uma imagem pré-concebida e recorrente da trabalhadora doméstica, como mulher branca, uniformizada, em uma roupa branca impecável e feliz com sua condição. Resta saber, em que medida o sindicato das trabalhadoras, por ter uma relação tão estreita com o SEDCAR, corrobora com essa imagem.

Por fim, a intenção era reproduzir as imagens do Sindicato dos Trabalhadores de Ribeirão Preto, mas ao ser direcionada para o site do SEDCAR esta pesquisadora considerou relevante fazer as observações expressa nas linhas anteriores, uma vez que essas vão ao encontro de algumas observações feitas nas gravações, que é o objeto desse trabalho. Por meio das transições foi possível abarcar um grande número de interrupções feitas pelos representantes às trabalhadoras, além disso, um interesse maior em associá-las ao sindicato do que discutir de forma mais aprofundada os seus direitos. Dessa forma, o silenciamento constante dessa profissão não deixa de existir no local em que sua voz deveria ser mais proliferada.

Capítulo 2: O trabalho e as palavras

2.1 Quem pode e quem não pode falar

O poder e a apreensão da fala não são privilégios aos quais todos têm acesso e tampouco a segregação do poder discursivo é um fenômeno recente.

Nos séculos V e VI a.C., na Grécia Antiga, Atenas vivia a experiência de um regime democrático, o qual possibilitava um “acesso ‘igualitário’ à fala”, de modo que, a todos os cidadãos, era dado o direito à palavra. Contudo, eram considerados cidadãos em Atenas apenas os homens, filhos de pais e mães atenienses e maiores de 18 anos, o que se configurava num conjunto populacional de dez por cento (10%) de cidadãos. Ademais, a fala pública devia ser justificada. Não se podia dizer qualquer coisa, sob o argumento de que a fala deveria ser “útil” ao público. Tratava-se, desse modo, de uma fala controlada (MONTIGLIO, 2015, p. 25-52).

A fala se configura, ainda nos dias atuais, como um privilégio do gênero masculino, de etnia branca, de segmento social e economicamente bem-sucedido, “estudado” e que domina a linguagem formal. Nesse sentido, há uma íntima relação entre discurso e poder. Mais que abordar aqueles que detêm o poder de dizer e de serem escutados, aqui importa voltar o olhar para os silenciados, ou seja, aqueles que têm sua fala excluída e se tornam invisíveis nessa relação de poder do discurso.

Como já dito nas páginas anteriores, Foucault (2013, p. 10-20) aponta a existência de “três sistemas de exclusão” constituídos historicamente. Esses sistemas são considerados, pelo autor, como as principais formas exteriores de exclusão do discurso: “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade”.

A palavra proibida remete à interdição de alguns dizeres, ou seja, nem tudo pode ser dito, pois alguns enunciados não são considerados adequados. Além disso, alguns não dizeres estão relacionados aos lugares e às ocasiões de pronunciamento (FOUCAULT, 2013, p. 9). Seria possível crer que, na palavra proibida, essa interdição de alguns dizeres está no lado oposto à liberdade de fala.

No que se refere à segregação da loucura, essa trata da separação, da rejeição pelos sujeitos que dizem. É assim endereçada às pessoas e aos seus modos de dizer (FOUCAULT, 2013, p. 10-13). É interessante notar que, como observa Foucault, “era

através da palavra que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas” (FOUCAULT, 2013, p. 11). Voltaremos a essa forma de exclusão ao tratar de alguns dos sujeitos, cujas falas são silenciadas.

Em relação à vontade de verdade, Foucault se detém por um tempo mais alongado a essa forma de exclusão. Aqui, existe uma relação entre poder e saber. A verdade está com aquele que sabe o que diz e exerce o poder de dizê-lo. Seu pronunciamento exerce um poder de coerção sobre outros dizeres, dissonantes. O modo como uma sociedade distribui e lida com o saber determina, em certa medida, como essa verdade é acentuada em seu interior (FOUCAULT, 2013, p. 14-20). A vontade de verdade é considerada, por Foucault, a forma mais reforçada e mascarada no interior da sociedade contemporânea. Para o autor, a palavra proibida e a segregação da loucura:

[...] não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. E, contudo, é dela sem dúvida que menos se fala. Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário (FOUCAULT, 2013, p. 18-19).

A palavra proibida, a segregação da loucura a esta última e a vontade de verdade, são procedimentos externos de “controle e delimitação do discurso”. Para além desses procedimentos, Foucault (2013, p. 20-29) nos apresenta ainda dois outros: os procedimentos internos e os procedimentos de rarefação do sujeito. Esse primeiro refere-se ao controle exercido pelos próprios discursos a si. Nas palavras de Foucault (2013, p. 20), esses procedimentos funcionam principalmente “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, dessa vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”.

A partir desse sistema apresentado por Foucault, podem-se destacar alguns dos sujeitos que tem recorrentemente sua voz anulada no interior da sociedade: além do louco, o inculto, o prisioneiro, o pobre, o negro e a mulher.

No artigo intitulado *Uma análise do discurso da loucura na escrita autobiográfica de Maura Lopes Cançado*, a respeito do silenciamento, as pesquisadoras Leísa Gomes e Maria Stella Goulart tratam dos discursos acerca dos loucos (GOMES e COULART, 2018, p. 51-79). Nesse estudo, as autoras abordam, por meio de uma

análise discursiva da autobiografia de Maura Lopes Cançado, as posições histórico-sociais dos indivíduos que possuem doenças mentais. Além disso, abordam os estudos de Gayatri Spivak, crítica e teórica indiana, conhecida pela obra *Pode o subalterno falar?*, na qual indica a subalternidade da mulher e do louco. As autoras do artigo afirmam:

Os loucos são subalternos de uma categoria especial, como uma personagem citada por Spivak que foi “afastada da mobilidade burguesa de classe por sua loucura” (SPIVAK, 2002: 16). É identificada a posição de subalternidade dos sujeitos que não tem seu próprio lugar nas narrativas oficiais, ou um não lugar, como as mulheres e os loucos, sobretudo em países periféricos (SPIVAK, 2010, apud. GOMES e GOULART, 2018, p. 53).

Gomes e Goulart (2018, p. 73-77), orientadas pelos estudos de Foucault (2013), afirmam que a loucura como forma de subalternidade promove um silenciamento difícil de romper, um processo de descreditação, separação e exclusão, o qual mantém, sistematicamente, esses sujeitos à margem. As autoras demonstram ainda a resistência ao silenciamento, por meio da história contada por Maura, em seu diário sobre a segregação e o abandono no interior dos hospícios:

Propalam uma série de mentiras sobre estes hospitais: que o tratamento é bom, tudo se tem feito para minorar o sofrimento dos doentes. E eu digo: É MENTIRA. Os médicos permanecem apenas algumas horas por dia nos hospitais, e dentro dos consultórios. Jamais visitam os refeitórios. Jamais visitam os pátios. O médico aceita, por princípio, o que qualquer guarda afirma. Se é fácil desmentir um psicopata, torna-se difícil provar que ele tem razão (CANÇADO, apud. GOMES e GOULART, 2018, p. 75).

Uma nova questão crucial para nossa pesquisa é “pode o ‘inculto’ falar?” ou, mais especificamente, “pode a mulher empobrecida, negra e de baixa renda falar?”. Como já retratado, o preconceito linguístico demonstra a intolerância aos sujeitos com baixo grau de escolaridade, isso porque negam ou até mesmo apagam os dizeres dessas pessoas ditos como errados pelo discurso dominante. Como demonstrou Foucault (2013), sobre a vontade de verdade como sistema de exclusão do discurso, a fala que deve ser proferida e escutada provém daqueles que detêm o poder e o saber. Essa relação entre poder e conhecimento é reforçada e reconstituída constantemente, que tem garantido a manutenção da segregação dos sujeitos considerados incultos. Os linguistas, insistentemente, denunciam o preconceito por trás desse sistema de exclusão. Nesse sentido, Ribeiro alerta:

Esses preconceitos são difundidos constantemente pelos meios de comunicação – em especial os de massa –, colaborando assim com a perpetuação de sentidos, significações, estereótipos e rígidas diferenciações sociais que tomam como base questionamentos feitos sobre a língua de forma simplificada e superficial (RIBEIRO, 2011, p. 9).

Os estudiosos da linguagem apontam como a variação linguística demonstra as diversas mudanças que a língua pode sofrer. Por isso, além de outras justificativas já relatadas, as diferentes formas de falar e de expressão em uma língua não são fixas e não devem ser compreendidas como erro. Para além dessa percepção, a grande difusão dessas afirmativas eivadas de preconceitos linguísticos evidencia a centralidade das relações de poder, uma vez que retrata o esforço das classes, grupos e sujeitos dominantes em manter o poder de controle sobre o discurso considerado válido.

Michelle Perrot dedica um livro para abordar *Os excluídos da história*. Retrata, dentre outros segmentos silenciados ao longo da História, os operários, a mulher e os prisioneiros. A autora relata, em um trecho da obra, o sistema penitenciário na França e suas revoluções, lançando a questão “quando tratamos dos prisioneiros, estes são considerados em suas falas?” e afirma: “Num mundo hostil, somente os grandes revoltados, ou os grandes condenados, ousam falar. Os outros, a massa de reclusos, enterram-se no silêncio” (PERROT, 2017). Com essa afirmação, Perrot mostra o apagamento da fala dos prisioneiros, os quais estão inseridos em grupos que não devem ser ouvidos.

Outrossim, os pobres também se incluem entre essas pessoas excluídas da História e são silenciados em sua fala. Assim como a maioria das pessoas de classe economicamente desfavorecida, a exclusão do negro, na sociedade brasileira, reflete os ecos do passado histórico de escravidão no Brasil, na medida em que o preconceito racial persiste no país e, com ele, o silenciamento dos negros. Da mesma forma, a mulher, apesar de várias conquistas históricas de igualdade, permanece no campo dos excluídos quando se trata da apreensão de sua fala.

Finalmente, a pergunta crucial para esta pesquisa é: pode a empregada doméstica falar? Essa pergunta pode ser feita em diversos campos e comporta diversas respostas. Mas algo a ser observado aqui é que dentro do próprio sindicato espera-se que essa trabalhadora fale. A expectativa é de que a doméstica procure a entidade sindical para falar algo relacionado ao seu mundo do trabalho, seu emprego, dúvidas, observações, pedidos, reclamações, etc. Porém, os próprios representantes sindicais demonstram, com a ausência de escuta e a busca pelo ganho econômico, que devem ser feitas

restrições às falas dessas trabalhadoras, deixando clara a relação de poder entre eles e as domésticas que estão sendo atendidas.

As pessoas que são possuidoras desse poder de fala também estão associadas à detenção do poder econômico e, por isso, como observa Paludetto, “os processos históricos de exploração exerceram-se sobre a vida das pessoas, sobre seus horários de trabalho, sobre seus corpos”. Desse modo, o estudo acerca do trabalho doméstico é complexo, pois engloba várias ramificações de discurso:

[...] o discurso jurídico que valida a discriminação em razão da suposta natureza diferenciada desse trabalho; o discurso constitucional que prioriza igualdade e justiça social, mas ao mesmo tempo exclui o trabalhador doméstico de uma série de direitos; o discurso cultural que associa o trabalho doméstico ao escravismo brasileiro; o discurso econômico que protege a classe média de uma possível majoração das despesas no orçamento familiar; e o discurso social que atribui ao trabalho doméstico um labor sem prestígio; secundário, exercido por pessoas, maciçamente mulheres, com baixa ou nula escolaridade etc. (PALUDETTO, 2012, p. 80).

2.2 O trabalho como possibilidade, limitação e incremento de fala

Os homens brancos ocupam, em sua maioria, a liderança no campo de trabalho. Essa hierarquia ocorre em diversas categorias de emprego.

Ao observar a fala nessa perspectiva, nota-se a predominância dos líderes e a ideia de maior aptidão em seus discursos. A força e a dominação são aspectos considerados inseridos no universo masculino e, por meio delas, os discursos de veracidade e o poder de fala são hegemônicos. Negros, deficientes, mulheres e pobres são rejeitados das posições de liderança.

Essa ideia de maior aptidão, de uns do que de outros, pode ser associada ao conceito de mérito, tão presente em nossa sociedade. A palavra mérito, segundo a enciclopédia Michaelis é a “forma de administração cujos cargos são conquistados segundo o merecimento, em que há o predomínio do conhecimento e da competência”.

Essa é apenas uma definição acerca do que é entendido por meritocracia, pois existem muitos discursos que envolvem o tema. Alguns desses discursos, por serem insistentemente veiculados, se sobressaem. Ao buscar por esse fenômeno na mídia, podemos observar um exemplo utilizado recorrentemente pelo ex-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e que foi repetido em uma entrevista concedida na

ocasião das eleições de 2018. Na ocasião, ao citar a política de bônus para os professores da rede pública de educação básica do Estado de São Paulo, Alckimin afirmou:

[...] Eu sou favorável à meritocracia, sou favorável a você dar estímulos, para obter resultados. [...] No caso do Estado, o bônus se refere ao resultado do nosso Saresp, portanto você tem uma relação direta com a avaliação do aluno (G1, 15/08/2018, on-line).

O ex-governador fazia referência ao valor oferecido aos professores da rede pública, o qual variava de acordo com o resultado obtido pelos estudantes, sob sua responsabilidade, nas avaliações externas de educação. O princípio dessa ação do governo considera que o desempenho do estudante nas avaliações é de total responsabilidade do professor. Os críticos dessa política de bônus do governo apontam para a suposição de pontos de partida idênticos e para a desconsideração de questões como a desigualdade socioeconômica, étnica e de gênero.

Outro exemplo desse discurso meritocrático, também do Estado de São Paulo, é o bônus por mérito recebido pelos policiais civis e militares do estado pelo cumprimento de metas. Nas palavras de João Camilo Pires de Campos, atual Secretário de Segurança do Estado de São Paulo:

Esse programa de bonificação estimula e faz com que o profissional vá ao encontro desses resultados. Com isso, nós fechamos 2018 e iniciamos o planejamento para o pagamento do primeiro trimestre e do segundo trimestre de 2019 (SÃO PAULO, 2019, on-line).

A citação permite observar que se segue, num mesmo discurso, a meritocracia como uma qualidade individual e que depende exclusivamente da vontade e da dedicação do sujeito. Esse discurso é o que prevalece no senso comum, o qual desconsidera todo o contexto histórico e social dos sujeitos. O Brasil é um país profundamente desigual. Trata-se de uma característica que não pode ser negligenciada ao se refletir sobre questões como educação e segurança pública.

A compreensão acerca da desigualdade social, racial e de gênero no Brasil é crucial para uma observação detalhada do que acontece nos processos de conquistas no âmbito da justiça social. Nesse sentido, as pessoas marginalizadas são excluídas dos lugares de exercício de liderança o que representa um apagamento de fala dos segmentos sociais de que se originam.

Desse modo, observa-se que a busca por emprego no Brasil é um exemplo de prática de atitudes sexistas, racistas e excludentes. Há relatos sobre a seleção para cargos empregatícios que revelam a exclusão de mulheres, negros e deficientes, dentre outros, havendo inclusive programas governamentais para inclusão desses últimos, sob a coordenação da Secretaria de Trabalho e Emprego (antigo Ministério do Trabalho). As formações hierárquicas são igualmente conduzidas, rotineiramente, de forma sexista e racista.

Numa reportagem publicada pela revista *online Gaúcha ZH*, intitulada *Pesquisas revelam que mulheres enfrentam entrevistas de emprego mais duras que dos homens*, foi declarado que as mulheres devem responder mais perguntas e são duas vezes mais contrariadas que os homens em entrevistas de emprego. Também no meio acadêmico, segundo a reportagem, os trabalhos científicos feitos por mulheres são mais questionados. Para além do sexismo em entrevistas de emprego, nota-se a persistência do racismo, como observado na reportagem: *“Eu não entrevisto negros”*: executivo denuncia racismo em processo de seleção da versão on-line do jornal *El País*, mostra como os negros são vítimas de preconceito ao passarem por processos seletivos de trabalho. A reportagem trata de uma postagem feita pelo presidente da empresa *Bayer S.A.*, na qual ele diz ter ficado surpreso com o relato de um conhecido que diz ter sofrido racismo em uma entrevista de emprego. O empresário ainda revela que o conhecido não buscou a justiça por medo da grande exposição que poderia sofrer e dos efeitos que poderia causar em sua carreira.

As condições precárias de trabalho e o preconceito observado nesse campo são silenciados pela sociedade do capital. A busca desenfreada pela alta produção faz com que as sociedades capitalistas busquem o lucro a qualquer custo. Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender qual grupo detém e qual tem sido o discurso dominante sobre trabalho na sociedade contemporânea. Primeiramente, trata-se de um discurso que tem lugar na gestão empresarial e é enunciado, principalmente, por “especialistas da administração” e empresários.

O pesquisador francês Abdallah Nouroudine, fazendo referência à abordagem trazida por Michele Lacoste, afirma que a relação trabalho e linguagem se “configura em três modalidades: a linguagem sobre o trabalho, a linguagem no trabalho e a linguagem como trabalho” (NOUROUDINE, 2002, p. 17).

Vale a pena discutir um pouco essas três modalidades apontadas por Nouroudine.

A linguagem como trabalho, segundo o professor, é composta por três dimensões: econômica, social e ética. Refere-se à comunicação como meio de gestão do tempo de trabalho e, por isso, a linguagem é econômica. A dimensão social está ligada ao fato de a linguagem ser, sobretudo, social, porque há uma relação entre locutor e interlocutor, a qual não pode ser deixada de lado. Por último, a dimensão ética da linguagem é uma consequência da natureza social do enunciado.

A linguagem no trabalho, a segunda modalidade, está associada à veiculação de conteúdos variados e, em diversos casos, não se trata das atividades executada pelos sujeitos. Além disso, acerca dessa modalidade, Nouroudine sinaliza:

A interação entre os elementos materiais e simbólicos da situação de trabalho a partir de um centro de referência, que é o sujeito individual/coletivo, atribui a linguagem um papel privilegiado no processo de representação e de discriminação dos fatores pertinentes a um momento determinado para realizar o trabalho com eficiência e segurança (NOUROUDINE, 2002, p. 24).

Podemos compreender que, durante momentos exaustivos de realização do trabalho, essa interação é benéfica ao sujeito e à própria atividade que ele exerce, ou seja, a linguagem pode ser vantajosa à realização do trabalho em curso, com êxito e segurança. O filósofo ainda faz uma comparação da linguagem como trabalho e da linguagem no trabalho:

Enquanto a “linguagem como trabalho” é expressada pelo autor e/ou coletivo dentro da atividade, em tempo e lugar reais, a “linguagem no trabalho” seria, antes, uma das realidades constitutivas da situação de trabalho global, na qual se desenrola em atividade (NOUROUDINE, 2002, p. 22).

A última modalidade, a linguagem sobre o trabalho, integra a linguagem de maneira diferente das duas primeiras, mas sem a necessidade de uma linha divisória entre elas. Nouroudine descreve que a linguagem sobre o trabalho é formada por situações e, em apenas uma delas, os protagonistas do trabalho anunciam. Trata-se dos saberes transmitido em um coletivo e em relações pessoais. Desse modo, a fala nesse caso é aquela que conduz, no coletivo, a avaliação, correção, etc.

O cotidiano, contudo, contradiz o discurso dominante sobre o trabalho. Conforme assevera Amaral (2007, p. 47), o discurso da competência, do mérito e da prosperidade “aprisiona” o trabalhador:

Os trabalhadores são designados como servidores porque servem a outro; como funcionários, porque funcionam em um sistema de normas e regras; como operários, porque operam, produzem mais-valia; como empregados, porque empregam sua força de trabalho. A designação de empregado para a pessoa que é paga por um “senhor” para trabalhar pertence a uma prática discursiva historicamente produzida para fazer funcionar as relações de venda e compra da força de trabalho. [...]. Qualquer que seja a designação para o homem que trabalha, pois, tem em sua memória discursiva o sentido de servidão. [...] a reestruturação produtiva nos países desenvolvidos, teria implicado a ressignificação do termo “empregado”, que passou a designar pessoas prestadoras de serviço a organizações, ou através destas. Essas pessoas [...] passaram a ser os trabalhadores orientados e administrados por uma gerência; de maneira que a relação do processo de trabalho, representada pela relação capital e trabalho, passou a ser representada pela relação “gerência e trabalhador” (AMARAL, 2007, p. 47).

As lutas de classes, presentes na memória discursiva, revelam a busca por qualidade de vida no mundo do trabalho e estão presentes, mesmo que de formas diversas, na vida das pessoas. Não obstante terem ocorrido efetivos avanços por meio da luta por direitos sociais e, mais amplamente, humanos, as reivindicações por uma vida mais digna no âmbito das relações de trabalho persistem. Nesse sentido, aqueles que buscam alcançar melhores condições na sociedade atual ainda enfrentam as diversas modalidades de preconceito e sofrem com o tratamento desigual em relação aos campos social, econômico e hierárquico.

2.3 O trabalho feminino e a voz da trabalhadora

No mercado de trabalho brasileiro, assim como em boa parte do mundo globalizado, as posições mais bem-remuneradas e de maior prestígio são majoritariamente ocupadas pelo gênero masculino. Essa é uma constatação que remete à persistência cultural de um passado histórico ligado ao patriarcalismo. Os economistas e estudiosos do trabalho doméstico, Carlos Horn e Cristina Vieceli, chegam a afirmar que o “o único setor de atividade com presença feminina majoritária é o dos serviços domésticos” (HORN, 2017, p. 63). Na história de Leninha, relatada por Carneiro e Rocha em *A ralé brasileira*, os autores observam, dentre outras constatações, a persistência cultural dos processos de divisão do trabalho por meio da ideologia de

gênero, na medida em que, como relatam, diferentemente do que ocorre em relação aos meninos, as meninas aprendem, desde novas, as atividades laborais da casa: lavar louça, lavar roupa, limpar a casa, etc. Dessa forma, esses trabalhos, considerados femininos, passam a ser naturalizados como atividades de mulheres, contribuindo para que meninas de classes economicamente desfavorecidas se vejam identificadas ao emprego doméstico em casas de família. É claro que não se pode desconsiderar aqui o aspecto econômico dessa realidade, uma vez que essas meninas não escolhem ser empregadas domésticas. Antes disso, chegam a esse trabalho por exclusão, impulsionadas pela dicotomia remuneração-qualificação.

Essa exclusão também se dá por meio da linguagem. Eni Orlandi, em seu livro *As formas do silêncio*, observa que, “para nosso contexto histórico-social, um homem em silêncio é um homem sem sentido” (ORLANDI, 2007). Ao mesmo tempo, para uma abordagem linguística do tema considera que “o silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”. A partir dessa perspectiva, podemos retomar a personagem ficcional da empregada doméstica Bozena, da série de televisão *Toma Lá Dá Cá*. Pode-se indagar, a respeito dessa imposição de silêncio a Bozena, operada pelo seu patrão Mário Jorge: qual o sentido do apagamento de voz da empregada?

A reflexão sobre essas questões remete às diversas formas pelas quais podemos pensar no espaço de fala. Primeiramente, cabe uma abordagem acerca da luta feminina por esse espaço:

A exortação ao dever-se feminino “seja bela e desejável!”, “seja boa esposa e boa mãe!” e “(não) seja militante!” é sintoma das regularidades e das transgressões a respeito da (in)visibilidade das mulheres no espaço público. Segundo Perrot (2017), a invisibilidade e o silêncio das mulheres faziam parte da ordem das coisas na organização social patriarcal. A sua voz, inclusive, é uma condição metonímica que pode ser tratada como um elemento a ser depreciado e até mesmo excluído do espaço público. Katleen Jamieson (1988) afirma que um dos temas que surgiram na história é o de que as mulheres deveriam manter-se quietas (BITTENCOURT, 2018, p. 144).

De modo recorrente, as mulheres têm, ao longo da História, sua voz apagada. Pode-se interpretar, por meio da assertiva de Bittencourt, que a personagem Bozena, como representante de uma voz feminina, sofre a exclusão do seu lugar de fala. Essa exclusão está relacionada, conforme afirma Piovazani (2020), à condicionalidade histórica e a vontade de manutenção do poder, em forma de opressão. “Eis do que deriva essa busca por justificar opressões de diversos tipos. Para fazê-lo se inventam e

se ressaltam inferioridades [...] onde há e só deveriam haver semelhanças e iguais fundamentais”. (PIOVEZANI, 2020, p. 257).

No caso da trabalhadora doméstica, representada nessa analogia pela figura da personagem Bozena, para além da questão de gênero a opressão se expressa pelo território no qual está inserida, que pode ser considerado superior ao seu campo social. Ou seja, além de ser mulher, detentora da voz feminina, a trabalhadora também é representante de uma classe econômica desfavorecida em relação à dos patrões. Por meio de um sentimento de superioridade social, estes assumem serem os detentores de um conhecimento maior, o que lhes asseguraria o direito de apoderar-se do campo de fala e manter a dominação. Isso ainda remete às reflexões de Piovezani, a partir da obra de Courtine, acerca da persistência de um imaginário em relação à voz do povo: “a multidão vocífera, protesta, geme ou delira de raiva ou de prazer: a massa não fala” (COURTINE apud PIOVEZANI, 2016, p. 74). A voz do povo, nesse imaginário, é naturalizada como incorreta e delirante (PIOVEZANI, 2016, p. 75). É nesse ideário que o empregador fictício Mário Jorge desqualifica e apaga a voz de sua empregada Bozena.

Não obstante tudo o que já foi dito acerca do silenciamento da fala feminina, ainda é possível relatar o ideário de sua voz e fala da sociedade atual. Para alcançar a eficácia desejada, mulheres que chegam a uma posição liderança já devem, de partida, mudar o timbre da voz e modo de falar. Isso porque, cultural e historicamente, o poder estava na mão daqueles que tinham voz considerada grossa e firme (PIOVEZANI, 2016). Um exemplo dessa mudança dita como necessária está na criação da imagem pública que se construiu em torno da ex-presidenta Dilma Rousseff. Sua mudança de postura, de prosódia e até mesmo de estilo estão associadas à cultura patriarcal que ainda vigora no Brasil e no mundo.

Ao observar a fala das domésticas, nota-se uma diferença prosódica em relação àquela exigida por uma mulher que pretende assumir uma posição de liderança. As gravações feitas no Sindicato das Domésticas permitem observar esse fenômeno em diferentes momentos das falas das trabalhadoras, do representante e ainda da advogada do sindicato. No capítulo a seguir, serão analisadas algumas dessas mudanças prosódicas observadas nas falas das trabalhadoras, além dos já tratados estudos do discurso.

Capítulo 3: A voz da trabalhadora doméstica e de seus representantes no sindicato

A análise realizada neste capítulo teve como objeto as falas extraídas das gravações feitas no dia 29 de janeiro de 2019, no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto. Foram realizadas, em outros dias, inúmeras visitas ao sindicato e presenciadas várias reuniões de atendimentos. Contudo, essas reuniões não puderam ser gravadas uma vez que a autorização do Comitê de Ética ainda não havia sido obtida. Além disso, foram feitas visitas a outros sindicatos, como o de Franca e de São Carlos. Nessas visitas foram realizadas inúmeras conversas com representantes sindicais, mas também nesse caso não foi possível realizar o trabalho de gravações. Não obstante, todas essas escutas não registradas permitiram a realização de muitas observações e contribuíram para uma melhor compreensão do objeto da pesquisa.

As gravações, objeto de análise, contêm a fala de três trabalhadoras domésticas. Trata-se de falas extensas, as quais dão conta da proposta de análise aqui empreendida. Essas gravações foram feitas em meio a um plantão de atendimento, o qual ocorre durante a semana, em horário comercial. Esse atendimento tem como objetivo atender a uma demanda de trabalhadoras que buscam o sindicato para relatar fatos acerca de seu trabalho. Esses relatos são compostos, principalmente, de reclamações sobre o descumprimento de direitos trabalhistas. O representante sindical procura atender às demandas dos relatos nos atendimentos efetuados a cada trabalhadora, a qual é chamada para atendimento por meio de um critério de ordem de chegada. A transcrição feita das gravações, já mencionada, está no anexo deste trabalho.

No sindicato, há uma antessala na qual as trabalhadoras aguardam atendimento. Assim, enquanto uma delas é atendida na sala de reuniões, as outras aguardam na referida antessala. Geralmente, a reunião de atendimento se inicia com o representante perguntando para a trabalhadora o motivo de sua ida até aquele local. Na sequência, a trabalhadora relata seu caso, o qual o representante procura compreender para avaliar se cabe buscar orientação da advogada sindical. O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto possui quatro advogados que auxiliam nos casos demandados e têm seu escritório no mesmo edifício em que está localizado o sindicato.

O atendimento às três trabalhadoras analisadas contou com a participação de uma advogada, representante do sindicato, que se encontrava no edifício. Assim, o presente estudo comporta, também, além da análise das falas das trabalhadoras e do representante sindical, a análise da fala da advogada.

3.1 O que dizem e as maneiras de dizer das trabalhadoras

Como já observado, o trabalho doméstico comporta um amplo espectro social, econômico, político, histórico e cultural. Dessa maneira, o intuito aqui é compreendê-lo em algumas de suas possíveis dimensões: os direitos desrespeitados (remuneração, dispensa, jornada, dentre outros), as projeções das trabalhadoras acerca da relação entre elas e os empregadores e a inserção na história. Nesse sentido, a análise sobre o que dizem as domésticas e suas maneiras de dizer possibilitará verificar algumas dessas dimensões explícitas ou subliminares nas falas aqui expostas.

A leitura da transcrição das gravações permitiu observar a demanda por uma explicação em relação aos direitos decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, seja quanto ao pedido de demissão, seja quanto à dispensa patronal. As três domésticas falam e perguntam sobre como é o procedimento correto na demissão, qual a lei que a regula. Ou seja, em termos práticos, as trabalhadoras queriam saber: quanto lhes deve ser pago? A postura da patroa ou patrão está correta? Quais direitos foram subtraídos? Como abordar os empregadores?

Além disso, o foco para a seleção de enunciados é demonstrar que essas trabalhadoras sabem falar e têm o que dizer. Objetivando uma melhor compreensão e organização do *corpus*, os enunciados transcritos, que representam essa tese, foram divididos em tabelas separadas por trabalhadora que proferiu o enunciado.

A Análise do Discurso exposta neste trabalho tem, como ponto de partida, a pergunta: por que esse enunciado e não outro? O que interessa aqui são as escolhas de formação dos enunciados das trabalhadoras domésticas. A compreensão dos enunciados, para a análise proposta, será levada a termo por meio da descrição e da interpretação de cada componente dos enunciados selecionados.

3.1.1 Primeira trabalhadora

A tabela 1 a seguir apresenta as falas da primeira trabalhadora atendida, no momento da gravação dos enunciados. Essa tabela traz ainda a demonstração de algumas falas dos representantes sindicais, que estiveram na interlocução dos diálogos, para conferir maior compreensão aos ditos por essa trabalhadora e tornar mais clara a tese aqui defendida.

Tabela 1 – Enunciados transcritos da primeira trabalhadora

	REPRESENTANTES	TRABALHADORA
1		“Eu sô cuidadora di idosu.”
2		“I eli mi dispensô, assim, cincü meses di casa, né, mi dispensô. Tá...”
3		“Aí, feis u acertu aí, mais, sei lá, essi negó... pra mim issu aí tá erradu. Tá.”
4		“mais u certu era trabalha da... das oito até meu dia.”
5		“Mais di... diz eli qui, qui pagáva cinquenta reais pur fora. Mais foi uma veis só qui eu peguei u dinheiro na mão, cinquenta reais, u resto num peguei, porque eli falava qui tava incluídu na... nu... nu... nu saláriu, né?”
6		“Mais num tá tenu nada aí. I a minhas horas?”
7		“Tendeu?”
8	A senhora entrô lá, essa data du registru, tá correta? Dia oitu du oitu di dois mil i dizoito?	“Istu, saí dia vinti i seis... di dezembü.”
9	Eli pagô já pra senhora? Issu? Essi valor?	“Pagô. Issu. É issu aí.”
10		“I intão Dotor, aí eu quiria vê certinhu, né? Purque uai.”
11	<i>Interrompe a fala para realizar o cadastro</i>	“Cê acredita? Dexa eu perguntá uma coisa pu sinhor... eli mi deu uma advertência...”
12	Qual qui é u telefone da senhora? Eu tô ouviniu viu a senhora podi fala.	“... porque eu fui atendê u celular, era u meu filho, eu tava na hora du meu almoçu...”
13		“Eu tava almoçanu, porque é assim, colocava a mãe deli na... éh... lá na... na... na mesa pra eli i almoça juntü cum ela, eli qui dava comida prela.”
14		“Aí eu tava almoçanu, fui tô... atendê u telefone e eli mi deu...deu uma advertência ...nu celular..., mi deu até uma cartinha, si continua, qualqué coisa ia mi manda embora.”
15		“Já viu um trem desse? Advertência pur causa di celular? U homi é locu, né?”

16	É eli qui podia controlá, mandá, mais quem registrô a sinhora foi a Dona (diz nome)	“É, mai é eli, né?... eli comanda tudu, né?”
17		“Eli qui comanda tudu, porque a mãe num tem mais cabeça, tem Alzheimer, né?”
18		“Eli qui contrata as cuidadora lá dentro. Eli qui paga as cuidadora. Eli qui...”
19	<i>Interrompe a fala</i> Quantas pessoa têm lá?	“Cuidadora ... eli tem ... tem du... tem três. Uma di dia, uma di noite i uma folguista.”
20	Dexa eu vê quantu tempu a sinhora tá lá...	“Cinco meses.”

Entre os enunciados apresentados na tabela 1 foram selecionados para a análise da fala da primeira trabalhadora os de números: 1, 2, 3, 6, 15, 17 e 18.

Essa doméstica procurou o sindicato para saber se seus direitos remuneratórios haviam sido respeitados no “acerto”. Sua fala deixa transparecer que ela não está satisfeita com a rescisão contratual, como se pode observar no 3º enunciado da tabela 1 proferido pela trabalhadora.

A primeira afirmação dessa trabalhadora é: “Eu sô cuidadora di idosu”. O uso do pronome “eu”, seguido pelo verbo ser, “sô”, nos mostra que ela sabe qual sua função e a necessidade de relatar essa para o interlocutor, no caso o representante. O verbo vem seguido de um substantivo feminino, “cuidadora”, que explica qual é essa função de “cuidadora di idosu”. Isso porque, dentro da categoria do trabalho doméstico existem várias funções como: empregada doméstica, babá, cuidadora, copeira, motorista, etc. Nesse sentido, o *status* e a remuneração, de mercado, para a função de cuidadora é, em média, maior que de empregada doméstica. Desse modo, conhecedora dessa realidade, a trabalhadora começa o diálogo relatando para o representante qual sua função.

De início, ela explica: “I eli mi dispensô, assim, cincü meses di casa, né, mi dispensô”. Pode-se observar que o uso do pronome oblíquo do caso reto “eli” remete ao patrão dessa trabalhadora. Posteriormente, ela revela “mi dispenso”, usando o verbo “dispensar” para relatar a demissão ocorrida. Logo após, aparece o advérbio “assim”, que pode ser interpretado como uma reclamação, pois, em seguida, a doméstica diz “cincü meses de casa”, que poderia ser substituído por “estou nesse trabalho há cinco meses” ou “trabalhava lá há cinco meses”, a expressão usada pode ser compreendida como uma tentativa de mostrar o tempo que estava no serviço e a relação que já havia

sido estabelecida. Esse enunciado demonstra o sentimento de injustiça da trabalhadora em relação à forma como correu a demissão.

Insatisfeita com a situação, ela ainda relata: “Aí, feis u acerto aí, mais, sei lá, essi negó... pra mim issu aí tá erradu. Tá”. O termo “acerto”, utilizado pela trabalhadora, remete ao pagamento das verbas rescisórias, decorrentes do fim da relação contratual.

Em experiência anterior, durante um estágio no plantão de atendimento do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (atualmente uma secretaria no Ministério da Economia), pôde-se perceber que o termo “acerto” também era recorrente na fala da doméstica que ali comparecia em busca de orientação trabalhista. Cumpre observar que “acerto” remete a um trato informal, algo inacabado e que poderia, em algum momento, ser retomado. Do ponto de vista histórico-social, o trabalho doméstico envolve uma relação de pessoalidade e até mesmo de afetividade, cuja finalização é, em muitos casos, difícil de ser efetivada.

Em meio a esse mesmo relato, a primeira doméstica diz: “pra mim issu aí tá erradu”. Essa fala da trabalhadora permite verificar que ela se coloca como sujeito que tem conhecimento do que é aceitável em uma relação de trabalho. Esses dois registros de fala apontam para a ambivalência e a dispersão presentes no enunciado trazido pela doméstica. Se por um lado há uma relação contratual carregada de pessoalidade, difícil de ser rompida, nem por isso a trabalhadora deixa de perceber que os direitos trabalhistas decorrentes dessa relação podem ser negados pelo empregador.

É possível observar ainda que o componente “mais” remete à conjunção “mas”. Esse componente quase sempre é usado com “i” na fala, porém, na escrita, é grafado sem a vogal “i” (“mas”). Essa conjunção tem o intuito, no enunciado da trabalhadora, de revelar que, na sequência, ocorrerá uma contraposição do que foi dito anteriormente. Ou seja, anteriormente, a doméstica afirma que o acerto foi feito, o que pode remeter a uma ação positiva do empregador e ao acrescentar o “mais” na fala, indica que algo contraria essa ideia anterior.

Em sequência, o componente “pra mim” pode ser interpretado como uma exposição do falante que aquela é a opinião dele, algo no qual ele acredita. O próximo componente utilizado pela trabalhadora, “isso daí”, tem, no pronome “isso”, a determinação de que ela se refere à rescisão do contrato de trabalho. A expressão, quase pejorativa, revela ainda uma desconfiança em relação à qualidade do teor do documento. Por fim, o componente “tá erradu” revela como a doméstica compreende a

situação na qual se encontra e que busca uma resposta, um direcionamento ou até mesmo um acolhimento do sindicato. Em resumo, nota-se que a trabalhadora busca demonstrar sua insatisfação com a rescisão de modo a obter, do representante do sindicato, um respaldo para reivindicar um direito que acredita ter.

A próxima fala selecionada diz muito sobre essa convicção: “Mais num tá tenu nada aí. I a minhas horas?”. A escolha do enunciado em forma de questionamento deixa implícita a intenção de demonstrar sua convicção de que está sendo lesada em seus direitos. A negação “num”, que diz respeito a palavra “não”, evidencia o que vem depois, que é “tá tenu”. O verbo “ter” refere-se ao pagamento que a cuidadora recebeu. Logo em seguida, outra negação, “nada”, nos leva à pergunta feita ao final: “I a minhas horas?”. Isso tudo mostra que a trabalhadora entende que trabalhou muito para receber pouco, ou seja, ela acredita que merecia receber mais por todo trabalho que teve, como suas horas extras, por exemplo. A convicção da cuidadora, quanto à existência de uma desproporção entre o conjunto das atividades exercidas por ela e a remuneração auferida.

Além disso, ao longo do diálogo, a trabalhadora também se mostra insatisfeita com o tratamento que recebia, quando aponta: “Já viu um trem desse? Advertência pur causa di celular? U homi é locu, né?”. Essa fala diz respeito à atitude do empregador de repreendê-la por atender o celular durante o horário de almoço. Em “Já viu um trem desse?”, a trabalhadora usa a expressão “trem”, encontrada na fala de muitos mineiros, para fazer referência à advertência recebida. Consequentemente, a palavra após a pergunta é “advertência”, a qual a cuidadora explica, usando a expressão “pur causa” do uso do celular, que é a última palavra da pergunta. No final, em “U homi é locu, né?”, a trabalhadora demonstra que a relação com o empregador não era boa, comprovada pelo uso do adjetivo “locu” e pela opção por utilizar um substantivo comum “homi”, como alusão ao patrão, fosse uma relação melhor, poderia ter optado pelo substantivo próprio. A partir dessa análise, é compreensível dizer que ela sabe que a conduta do patrão não corresponde ao que está no contrato de trabalho, já que o horário de almoço é algo obrigatório legalmente.

Durante o atendimento, o representante questiona se o contratante é o pai ou mãe, já que ela está registrada como cuidadora da mãe. A trabalhadora enuncia: “Eli qui comanda tudu, porque a mãe num tem mais cabeça, tem Alzheimer, né?”. O pronome “eli” está associado ao filho da paciente, e o verbo “comandar” ao fato dele ser o

responsável pelas atividades realizadas pela cuidadora. Então, ela explica, com a conjunção “porque”, que a mãe não possui condições de contratá-la e utiliza a expressão “num tem mais cabeça”, que poderia ser enunciada também como: “não possui condições” ou “não é responsável por si mesma”. Ao final, ela especifica o que ocorre para que a paciente não tenha condições de ser responsável pelo seu contrato: “tem Alzheimer, né”. Com isso, a cuidadora demonstra que tem o que dizer pelo fato de esclarecer que o contratante até pode ser a senhora, mas quem é responsável pelas ordens na casa é o filho dela. Assim, especifica na fala: “Eli qui contrata as cuidadora lá dentro. Eli qui paga as cuidadora”. Dessa forma, o filho da paciente, que tem, como função, contratar e pagar as cuidadoras, como relata a primeira trabalhadora analisada aqui.

Esses enunciados proferidos pela primeira trabalhadora revelam sua competência argumentativa sobre o valor das funções por ela exercidas, o direito de ter seu horário de almoço respeitado, como suspensão da atividade laboral e a diferença, ou o “arranjo”, entre quem assina o contrato e quem comanda o trabalho. Assim, o discurso da trabalhadora corrobora nossa tese de que essas mulheres são capazes de falar e têm o que dizer.

3.1.2 Segunda trabalhadora

As falas da segunda trabalhadora atendida, no momento da gravação dos enunciados são apresentadas na tabela 2 a seguir. Essa tabela, assim como a anterior, traz ainda a demonstração de algumas falas dos representantes sindicais, que estiveram presentes nos diálogos, para conferir maior compreensão aos ditos por essa trabalhadora e tornar mais clara a tese aqui defendida.

Tabela 2 – Enunciados transcritos da segunda trabalhadora

	REPRESENTANTES	TRABALHADORA
1	Um momentu preu i fazenu a fichinha da senhora. Qui qui tá acontecenu, Dona (diz o nome da trabalhadora)?	“Tá acontecenu u seguinti... cê num vai entrá cum nada assim...?”
2	Não, não... aqui é um cadastru só.	“É, primeiramente eu queru umas informações básicas...”
3		“porque eu queru ...eu pretendu pará di trabalha pra essa pessoa.”
4	Tá, mais num vai pedi as conta não. A gente	“Mais, eu num sô... é... mais eu tenhu qui pedi porque num sô registrada.”

	num tem orientadu pedi as conta...	
5	Não, mais aí qui piorô, aí é qui a sinhora num tem qui pidi mesmo	“Intão, mais comu qui eu façu pra sai?”
6		“Sabi pur quê? U qui, qui tá acontecenu...”
7	<i>Interrompe a fala</i> Quando a sinhora entrô lá?	“Quando eu entrei ...na verdade eu já conheçu u pessoal já fais 15 anos.”
8		“Eu era faxinera, passava ropa... comu eu sei fazê...porque eu sô diarista.”
9	A sinhora tá comu impregada doméstica, lá?	“Agora eu tô, comu impregada doméstica, fazenu também, u papel di cuidadora...dela.”
10		“Purque ela, a partir du momentu qui ela tevi a trombosi, foi im marçu du anu passadu, desdu começu du mês eu tô inu todus us dias, du horáriu das... oitu e meia, quinze pras nove, até duas hora.”
11		“Lá eu dô banhu, façu curativu..., dela, cuidu da casa dela, lavanu, passanu, cozinhanu i limpanu a casa...”
12	qual qui é u saláriu da sinhora?	“I eu estou ganhandu um saláriu mínimo.”
13		“Só qui é assim, eu, não... a... a opção di não querê registru foi... foi...meio... minha mesmu.”
14		“Nu começu, eu falei assim... não... ela combinô uma coisa i já disfalô depois.”
15		“...levá pra medicu é eu, leva pra issu, é eu. Pra todus us lugares, só eu, a família não participa na vida dela em nada. “É só eu. Inclusivi...””
16		“É ... é... e até nu bancu, fazê alguma coisa pra ela, ela pedi pra mim. Ai, u saláriu tá essi daí, tá pocu, purque pelu tantu di coisa qui eu façu.””
17		“Só qui eu achu, qui já tá abusu, purque ai chega nu dia de pagá, é um descasu, ‘eh’... Qui nem hoji pur exemplu, ela recebi uma pensão lá, mais u maridu dela lá é contador e tudo... aí, né, é hoje u dia de recebê...”
18		“Ela ... i eu também, ela recebi e mi paga. ‘Ah não, cê pega depois pra mim.’ Issu aí, já vem há... um... acontecenu um monte di tempu.”
19		“Antes eu falei, eu concordei co saláriu e tudu pur que?... Pra eu pará de fazê minhas faxina e tudu, e comu diarista, eu ia ganhá u dobru.”
20		“Mas pela sinhora, eu tô mais pur ela du qui pur mim.”
21		“Purque eu cabô di ganhá u saláriu não dá pra fazê

		nada. Ainda mais qui é divididu em duas parte, ela mi dá nu começu du mês e u restu nu final du meis.”
22		“Num dá pra nada. Nada. Aí eu tô mais pur consideração a ela, mai num tá dandu mais, eu num tô conseguiu.”
23	i a questão du registrô depois num foi conversadu mais?	“Conversadu comigu, ela queria mi registrá da seguinti forma. É... ‘eu vou ti registrá cum um saláriu mínimu, pra você ficá até às quatro horas ...’ quer dizê ela quiria oitu hora di serviçu. ‘Porque lá nu escritóriu du (diz nome)’... qui eli é contador ‘a moça fez as conta i eu não possu te registrá comu cuidadora ... eu só possu ti registrá comu doméstica’... falei, ‘então a sinhora tem a opção di escolhê, ou a sinhora qué...”
24		“Mais a moça fez a conta comu... lá, comu... do rh do escritório. As conta certinha num fizeram.”
25		“Aí tá! Eu não quis pur issu, porque ela quiria exigi qui eu ficasse u dia intero.”
26		“I di vez em quandu eu saiu de lá e vô trabalha em otu lugar pra podê ganha um a mais, né. Eu também tenhu família.”
27		“Aí, eu falei: ‘não, essi saláriu num é interessante pra mim a sinhora registra...”
28	E, nu otu a sinhora registrô?	““Não. U otu é bicu, é só di vez em quandu. É um prédiu, eu limpu a área externa, façú só quando a mulher viaja, sabe? Cubro as folga dela.”
29		“Quer dizê, a partir du momentu qui eu trabalhu todus os dias, eu tenhu meus direitu, não tenhu?”
30		“Intão, i si eu saí de lá, eu queria sabê qual é u meus direitus?”
31	<i>Interrompe a fala</i>	“Aí eu pedi para eli... eu falei: não...”
32		““U qui eu gostaria qui a sinhora pudesse tá fazendo pra mim, é u seguinti: vai lá e paga meu INSS’...”
33		“...‘a não eu façú questão, vô paga, porque vô paga...’. Já faz seis meses ninguém toco mai no assunto...”
34		“...intendeu?”
35		“I aí automaticamente, divagar ela foi tirando ‘ai não, eu queru qui cê cuida da casa também incluindo porque eu num tenhu dinheiru...porque num sei o que.’
36		“eu combinei com ela: ‘ó, tudu bem a sinhora me paga u saláriu, mais dexa a faxina quando a sinhora precisa, a sinhora combina comigo.’ Isso aí é meu bicu...”
37		“É ... Isso aí é uma coisa que eu faço, qui preciso pro meu orçamento.”
38	Qual qui é o endereço	“a eu esqueci u número, é um apartamento. É ali

	lá?	pertu du shopping.”
39	Tem algum telefoni, alguma coisa, lá, a senhora sabi?	“A essi tempo aí... essis tempo elei torcari tudu lá, u negóciu da internet, trocô número di telefoni...”
40	Quando que a senhora entrô lá, a senhora sabi?	“Logu nu comecinhu di... du mês de março, assim que ela tevi a trombisi e ficô acamada i...”
41	I tá trabalhano até os sábados também né?	“É, di segunda à sábado.”
42	Sábado té que hora?	“Sábado eu custumo saí meio-dia, mas sába... quando ela pricisa de mais alguma coisa eu saio duas, três hora...”
43	I a senhora tá trabalhano todos os dias, agora?	“Todos os dias.”
44	Faz tempo que a senhora está trabalhando todos os dias?	“Fais um ano, vai fazê um ano em março.”
45		“No começo, eu comecei ... eu ia até di sábado i domingo ... dia das mães, dia di feriado, dia di pascoa, todos os dias, purque ela fico muito ruim intão ela dependi... ficou muito dependenti di cuidados. A família lá é... o casal é velho, já é di idadi ele num dá conta.”
46		“Aí ... depois que ela começo a me dá o domingo de folga.”
47	I a senhora nunca registro?	“Não, purque ela me ofereceu..., me fez uma proposta qui eu achei qui num era adequada.”
48	hoje u que qui a senhora espera? Qui a senhora qué?	“Hoje eu queru saí.”
49		“Eu queru saí purque tá ... ao invés di tá mi ajudando ... ta mi deixanu ... as minha folga tá tudu acumulada... U salário mal tá me ajudanu. Eu pricisu para e volta a fazê u qui eu fazia antes... purque eu era diarista, eu ganhava quase u dobro e agora eu tô mais em consideração a pessoa, purque ela vive reclamano da vida, então a genti vai mais pur ela...”
50		“..só qui eu queru sabê qual meu direitu?... quais são meus direitus?”
51		“Não tem nada?”
52	A senhora tem testemunha dissu aqui? Du seu trabalho?	“Ah eu achu todú ... pessoal du prédio mi vê todú dia.”
53	quando a senhora entrô em março, a senhora	“Marca para mim, pra eu leva essi valor?”

	tinha qui tá ganhano mil ... nu mínimo mil.	
54	Intão a sinhora tinha qui tá ganhando pelo menus essis dois valores aqui pur meis...	“Intão, si ela mi propusesse issu, fizesse essa proposta, eu aceitaria né...”
55		“Tinha dia qui eu saia de lá cincü hora ... quandu ela tem médico eu saia di lá, cincü hora da tardi...”
56	elis tem esse acertu pra faze com a sinhora, elis vão tê qui paga todü u percentual du fundu di garantia...	“Mais... pra issu tem qui fala pra elis registra minha cartera.”
57	elis num vão quere regulariza essi contratu di trabalhu da sinhora...	“A não num vai não.”

Os enunciados selecionados para análise da fala da segunda trabalhadora foram: 2, 3, 4, 8, 9, 14,15, 20, 21, 22, 26, 30 e 53.

A segunda trabalhadora profere na linha dois da tabela o enunciado: “É, primeiramente eu queru umas informações básicas...”. O uso de “É” se deve ao intuito de se posicionar sobre algo que foi dito anteriormente: estabelece logo de partida que o representante não faça nada antes que inicie o atendimento. Por isso, o advérbio “primeiramente” aparece logo em seguida, para demonstrar que a intenção inicial durante o atendimento é obter informações. O verbo “querer”, em “queru”, indica que a trabalhadora foi ao sindicato em busca de algo, no caso de “informações”, ou seja, um direcionamento e um conhecimento técnico sobre o que poderia ser feito em sua relação de trabalho. Esse primeiro enunciado já evidencia a clareza da trabalhadora sobre aquilo que espera do sindicato, naquele atendimento e sua determinação em não se deixar levar por aquilo que querem os representantes.

Posteriormente, ela já diz o motivo de sua ida até o local: “porque eu queru... eu pretendu pará di trabalha pra essa pessoa”. Em “porque eu queru”, a doméstica busca esclarecer o que pretende para que o representante elucide suas dúvidas. “Eu pretendu” complementa a expressão “eu queru” pelo fato de demonstrar que ela ainda não realizou

o ato, mas já planeja fazê-lo. Após isso, em “pará di trabalha pra essa pessoa”, é anunciada a ação que será realizada por ela, ou seja, a trabalhadora está dizendo que gostaria de informações iniciais sobre o que pode ser feito para que ela rescinda o contrato em seu atual emprego.

A partir dessas informações, o representante diz para a trabalhadora não “pedir as contas” e, em seguida, ela responde: “Mais, eu num sô... é... mais eu tenho qui pedi porque num sô registrada”. A conjunção “mais”, já categorizada, retrata a afirmação que vem em seguida e se contrapõe à fala do representante. Nessa asseveração a trabalhadora expõe que não é registrada no trecho: “eu tenho que pedi porque num sô registrada”. Ela utiliza o verbo “ter” em “tenhu” para demonstrar que não há outra opção, na visão dela, que seja viável à sua saída, a não ser o pedido de demissão. Assim, a trabalhadora explica sua relação no trabalho: “Eu era faxinera, passava ropa... comu eu sei fazê...porque eu sô diarista”. “Eu era faxineira” diz respeito à função da doméstica e atesta sua ciência sobre a atividade inicial por ela exercida. Em “comu eu sei fazê”, antecede a conjunção “porque” expondo a causa do ato, isso por finalizar com “eu sô diarista”, revelando que essa trabalhadora se encontra na condição de relação informal em seu local de trabalho.

A doméstica aponta que antes era diarista e agora está trabalhando como faxineira e cuidadora. Ciente de que está acumulando funções ela diz: “Agora eu tô, comu impregada doméstica, fazenu também, u papel di cuidadora...dela”. O advérbio de tempo “agora” evidencia que, anteriormente, ela não fazia o que faz no momento e, por isso, antecede o verbo “estar”, o qual se associa a “impregada doméstica”. Ou seja, ela está exercendo a atividade de “cuidadora”, porém ela é diarista, o que demonstra que ela possui o conhecimento do que exercer e do que está exercendo apenas momentaneamente.

Ao explicar para o interlocutor, o representante, como foi feito o acordo verbal com a empregadora ela enuncia: “Nu começu, eu falei assim... ‘não’... ela combinô uma coisa i já disfalô depois”. Esse enunciado alude a uma ocasião do atendimento no qual a trabalhadora refere-se ao salário acordado com a empregadora. Desse modo, é crível compreender que o pronome “ela” substitui o substantivo “patroa” ou o nome da empregadora. Por conseguinte, o verbo “combinar” utilizado pela doméstica, em síntese, está ligado ao contrato verbal feito pelas partes empregatícias. Por essa razão, o componente “uma coisa” está associado ao que foi dito nesse acordo. Em sequência

remete a um descumprimento, “i já disfalô”, do acordo feito pela outra parte, no caso, a patroa. A relação entre o advérbio “depois” e o termo “já”, comentado anteriormente, no enunciado da trabalhadora, faz referência à prontidão em que o acordo foi desrespeitado. Aqui a doméstica expressa claramente a sua percepção quanto à irregularidade do ocorrido.

Pode-se sintetizar, do enunciado, que a doméstica pretende demonstrar a violação de seus direitos devido ao descumprimento do contrato verbal. Fica notória a insatisfação da trabalhadora com essa situação, principalmente quando diz respeito ao acúmulo de função: “[...] levá pra médicu é eu, leva pra issu, é eu. Pra todus us lugares, só eu, a família não participa na vida dela em nada. É só eu...”. O verbo “levar” é usado duas vezes, seguidos de “é eu”. A repetição demonstra que a ênfase que ela pretende dar ao excesso de atividades, que estão fora de sua função, assim como pelo uso da expressão “pra todus us lugares, só eu”. O pronome indefinido “todus”, grafado na norma culta como “todos”, transparece a intenção do enunciador em sobressair a sobrecarga de tarefas. Em “a família não participa na vida dela em nada”, a contração “dela” alude à patroa, que pode ser observada como rejeitada pela família, na visão da trabalhadora que, por fim diz, “é só eu”.

Essa visão pode ser compreendida no próximo enunciado: “Mas pela sinhora, eu tô mais pur ela du qui pur mim”. Nessa afirmação, a doméstica elucida que há uma relação além da profissional com a empregadora, que há sentimento na relação de trabalho. Por isso, em “mais pur ela du qui pur mim”, retrata essa relação de proximidade entre ambas as partes, ou seja, a trabalhadora está no trabalho por compreender que a patroa precisa dela. Mas, nem por esse motivo ela acredita que a situação deva continuar devido ao fato de o salário não ser condizente com as tarefas realizadas. O enunciado demonstra o esforço da doméstica em, apesar da empatia que sente pela empregadora, colocar seus direitos e interesses no primeiro plano.

A insatisfação com a remuneração pode ser observada em: “num dá pra nada. Nada. Aí eu tô mais pur consideração a ela, mai num tá dandu mais, eu num tô conseguinu”. A negação “num” seguida de “dá”, remete ao fato de não ser possível pagar as contas básicas com o dinheiro que recebe pelo trabalho, assim como o termo “pra nada”, realça como o salário é insuficiente, principalmente na repetição de “nada”, a qual transparece o desagrado e a situação em que a doméstica se encontra. Nas expressões “num tá dando mais” e “eu num to conseguindo”, manifesta-se o quadro

pelo qual ela passa, sobretudo pelo tom de voz “cansado” em que o enunciado é dito. Esse enunciado pode ser analisado como um relato de uma situação de extrema exaustão por uma condição de vida bastante excludente, em que há um acúmulo de função, com horas exorbitantes de trabalho e um salário incondizente com o atendimento às necessidades básicas.

Ao buscar pelo sindicato, ela externa sua intenção de sair dessa situação já, no início, quando foi delcarada sua intenção de pedir demissão. Para além, a diarista ressalta que o salário é muito baixo e por isso trabalha em outros lugares: “I di vez em quandu eu saiu de lá e vô trabalha em otu lugar pra podê ganha um a mais, né. Eu também tenhu família”. A falta de recursos e acesso leva ao trabalho extra que busca em outros lugares. “Pra podê ganha” é composto pela preposição “pra” (para), seguida de dois verbos transitivos diretos: “pode ganha”, que remete a dinheiro, assim como em “um a mais”, que também poderia ser enunciado como: “pra podê ganha mais dinheiro”.

Após expor sua situação ao representante, a trabalhadora diz o motivo da busca pelo local: “Intão, i si eu saí di lá, eu queria sabê qual é u meus direitus?”. O advérbio “intão” pode ser compreendido como “diante dessa situação”, ou seja, de tudo o que o foi dito por ela, a trabalhadora procura saber quais atitudes podem ser tomadas para mudar sua situação. “Si eu sai di lá”, demonstra seu objetivo inicial, “Sai di lá”, refere-se ao pedido de demissão, que poderia ser “se eu sair do emprego”. Na pergunta crucial, “qual é u meus direitus?”, ela está buscando um conhecimento pelo que está legalmente estanelecido em relação à sua situação, embora a trabalhadora não saiba exatamente quias são eles, ela não desconhece que os têm.

O representante, diante das informações fornecidas, faz o cálculo de quanto a trabalhadora deveria ganhar pelas atividades exercidas. Ela pede: “marca para mim, pra eu leva essi valor?”. O verbo “marcar” é assimilado como escrever em algum lugar, em um papel, em um meio eletrênico, etc. O pedido “pra eu leva essi valor” demosntra que a trabalhadora pretende utilizar as informações que foram coletadas no atendimento realizado. As falas dessa trabalhadora deixa claro sua capacidade tanto de dizer, quanto de se fazer ouvir, uma vez que garantiu receber as informações que foi buscar no sindicato e não se deixou levar pela intenção dos representantes sindicais em criar um litígio, com a sua causa. Fica evidente ainda a sua finalidade de utilizar as informações ali recebidas, para negociar a rescisão contratual com a empregadora. O discurso bem-

sucedido dessa doméstica confronta o preconceito linguístico demonstrado anteriormente por esta pesquisa e mais uma vez vai ao encontro da tese defendida.

3.1.3 Terceira trabalhadora

A tabela 3 a seguir, assim como as precedentes, apresenta as falas da terceira trabalhadora atendida, no momento da gravação dos enunciados. Essa tabela traz ainda a demonstração de algumas falas dos representantes sindicais, que estiveram na interlocução dos diálogos, para conferir maior compreensão aos ditos por essa trabalhadora e tornar mais clara a tese aqui defendida.

Tabela 3 – Enunciados transcritos da terceira trabalhadora

	REPRESENTANTES	TRABALHADORA
1	já tem cadastru?	“É... eu dexei até um currículu cum você, lembra?”
2	A senhora tá trabalhanu?	“Tô trabalhandu, mais eu vô pedi avisu...”
3		“É... eu vô pedi...”
4	quantu tempu a senhora tá lá?	“É assim, até quando ela tava assim sozinha, porque ela é separada. Até meu dia, eu sô impregada, depois eu viru babá, à tarde. Porque ela é separada, né. Aí ela arrumu um namoradu lá sabe? I ...(faz uma careta)”
5		“I eli num ...sabi? (faz careta) ... Num tá danu certu...”
6		“Eli tá assim (faz gestos com as mãos)... sabi ... I a ropa deli é di roça, qui eli é ... bem pobri, sabi?”
7		“Nunca vi um negóciu dessi na minha vida. Mais.”
8		“A ropa é muito di terra, sabi?”
9		“Nossa... i ela é uma médica, a família tá assim..., bobada. Aqueli pé di guerra, sabi? Aa i eu num sô acostumada cum essas coisa não. I eli tá dandu assim di manda, sabi?”
10		“É... Falei “ Nossa vem du nada”... Achu qui ela num tá muito bem da cabeça não. (Faz gesto de louco).”
11		“I ela era tão boazim... boa, mais ele, assim, tá fazenu ela assim de gatu i sapatu... uma médica, falu “Meu Deus”.

12	Vamu lá, pra genti tenta arruma um jeitu aqui pra sinhora num tê qui pedi as conta...	“Ah ...mais é qui eu num ligo sabi.”
13	a sinhora fica até qui horas lá comu babá?	“Intão, ela dissi pra mim seis horas, mais nunca mi solta seis horas. É seis e meia, quinzi pras seti, seti i quinzi.”
14	A sinhora já entrô lá ganhandu mil e duzentus?	“Mil e duzentos... só qui ...livre...”
15	I antis num tinha criança, nada? Ou sempri tevi?	“Sempri tevi.”
16		“Tinha uma lá há seis anus. Ela saiu e passô para mim.”
17		“Né, aí ... Eu tô lá. Até qui ela é boa pessoa. Mai agora num tá danu mais certu não...”
18	Mais qui aumentô u serviço qui a sinhora...	“Aumentô. Purque eli tem três filhu pequenu i a corja foi toda lá, sabi?”
19		“É ropa di terra pra lava, aquela comilança, aquela sujera. Cum treis criança deli, cum duas qui eu olhu..., né? Aa não... Tô morrenu di fomi não...”
20	as vezes aumentô u serviço, mais si aumenta u salário também compensa...	“Num aumenta, purque ela mi paga pela pensão du ex maridu, a pensão das criança i eli vai tira.”
21	si num chega num acordu em vez da sinhora pedi as conta, ela dispensa a sinhora	“Eu já mandei hoji um.... qui ele mandu um áudiu pra mim né, i eu já mandei otru pra ela, si ela... si ela não tá satisfeita pra ela, aproveita, né...”
22	A sinhora é registrada?	“Sô registrada. Só qui num tá na cartera, mais ela paga, purque eu olhu na caxa econômica i eu veju lá.”
23		“A minha cartera tá lá, tá em brancu, mais ela paga ... achu qui na hora ela ... assina. Não, eu veju qui tá na gaveta lá. Mais, ela paga.”
24	Pode ser qui ela cubra, qui complementa us dados	“Ela é muuitu divagar, né.”
25	a sinhora num saca u	“Ah, mais, u seguru eu já recebi, eu fiquei cincü

	fundu di garantia i num tem direitu a siguru disimpregu, si casu...	anu...é... quatru anus numa casa, qui eu morava em Cuiabá ...”
26		“Eu já recebi essi anu, terminei. Não vô tê direitu”
27	intão mais u fundu a sinhora não vai recebe também	“Issu, mais quandu eu aposenta eu recebu?”
28	a sinhora chega pra ela i fala assim: Dotorá tá indu tudu bem aqui, tô satisfeita, gostu muito da sinhora, a sinhora faz tudu certinhu comigu, só qui agora depois qui chegô u (diz o nome) e mais três filhus	“Num mora lá, mais diretu.”
29	Sim, ‘mais as coisas deli eu qui tô tenu qui fazê...’	“até u tênis di terra elu mandô eu lava, senu qui u ex maridu dela, a otra qui ficô lá seis anu nunca limpô um calçadu deli, nem dela. Eu lavo u das criança, qui lógico, eu sô babá né? mais dele... a mu poupi. Tô morrenu di fomi não!”
30	sinhora chega i explica issu pra ela	“Mais ela vê issu daí... Fais di besta, né?”
31		“Achu qui meu fundo devi tê porque eu puxei na caxa deve tê também.”
32	Intão, mais dessi um anu vai dá aí, pelu menus uns quase uns quasi dois mil reais	“Não, achu que não.”
33	ela ti pagô u décimu terceiro, pagô?	“Pagô. Pagô.”
34	Ela tem qui ti paga férias...	“A férias tem qui paga, né?”
35		“Eu quiria qui u senhor fizesse as contas...”
36	Si a sinhora chega e conversa issu com ela, qui tá acontecenu issu, qui a sinhora precisa trabalha tudu, mais tá uma situação um pocu difícil	“Intão, é porque eu falei cum ela sexta-fera, ela ficô di vô com u pai das criança, né...”

37		“Porque eli tá querenu tira, meia a meia, aí corta a pensão porque eli alega que tá sustentanô u otru e tá mesmu, né. Intão ela num vai tê condição di paga eu.”
38	eu pagu tudu as conta da rua e num pago a senhora, aí não é pur aí	“É, não é ...”
39	Intão tem qui paga u que a senhora tá trabalhandu, num existi issu	“É, mais elis num pensa assim não.”
40	I ela falô qui mandaria você imbora?	“Intão, quandu eu, eu não vejo ela, porque ela sai cedu i a genti não se vê, é nu Whatsapp.”
41		“Ela é neurologista i pediatra na... nu hospital (diz o nome do hospital) e dá aula pra quem si forma, médico novu, né? Ela dá aula. Devi ganha bem né? Mais u gastu lá é muito, né.”
42	A senhora entendeu, intão...	“Intendi, eu entendi...”
43	U qui qui seria u corretu aí, porque du jeitu qui a senhora tá fazendu num era ... num vai sê corretu pra senhora, vai sê corretu pra todumundu, mais num vai sê corretu pra senhora...	“Eu sei, aham ...”
44		“Eu vô perdê só u fundu né?...”
45	Ela podi faze a senhora trabalha u...	“U avisu.”
46	Entendeu, si ela dispensa a senhora, é a senhora qui escolhi	“É, melhor pra mim.”
47	si a senhora trabalha ou não u aviso i ela tem qui paga issu para senhora i é muito melhor pra senhora.	“É, eu sei. Ahn...”
48	U acertu é outu.	“Hum..., hum. Eu sei dissu.”
49	Ela ti paga o auxílio transporti também?	“Paga, mais desconta. Ela paga mil u duzentus na cartera, aí ela desconta, da mil i trinta i dois. Ela tava

		depositandu mil reais, aí eu peguei i cobreí ela, mês passadu. Aí ela disse assim ‘vô vê’ daí ela começu a paga mês passadu trinta i dois reais qui ficô faltandu, dissi qui ia vê, num..., mais ficô quieta, entendeu?”
50		“I... quê mais...? Ela, paga, mais ela desconta. I agora, pur exemplu, tevi aumentu em janeiru, eu tenhu direitu?”
51		“Eu tenhu direitu, nu..., nessi aumentu qui tevi?”
52		“Mais tem genti qui tá recebendu.”
53	Dependi du acordu qui faz	“Intendi.”
54	A sinhora tá abrino mão, a sinhora tá fazenu tudu corretu i tá abrino mão, ela vai tê dificultadi di arruma uma otra pessoa pur mil e duzentus reais...	“Pois é.”
55	Uma babá hoji toma conta di duas crianças aqui, qui vem aqui, é mil e oitocentus, mil e novecentus, dois mil reais.	“Então, qui issu... é pocu...”
56		“Quandu eu morava em Campinas meu salário era otu. Aqui é diferenti, Riberão. Eu fiquei cincü... Aí di Campinas meu maridu foi pra ... tevi qui trabalha em Cuiabá, eu fiquei cincü anos lá, aonde qui eu cheguei di Cuiabá i vim aqui. Até trouxe um currículu, falei cum... a minina i falô qui você sempri sabia di impregu, inclusiví. Aí eu peguei i já entrei nela.”
57		“I eu ganhava lá em Cuiabá quasi treis mil reais, eu fiquei qua... eu fiquei... eu fiquei cincü anos lá? Fiquei patru anos e pocu, nessa casa lá. Pensi nuns patrão genti boa...”
58	Tem genti qui sabi dá valor	“Tem. Eu ganhava quasi três mil...Tem...”
59		“Eu só sai porque: minha família é di cá e meu marido

		dai, i a empresa faliu tevi pobrema lá. I aí eu fui obrigada a volta. Mais eu queria volta, porque lá é muito quenti, eu não gostei de lá...”
60	Mais intão, u salário da senhora tá muito ruim pelu qui a senhora fais...	“a minha referênciã, meu currículo é muito boa, eu sei faze di tudu.”
61	Se ela fô dispensa a senhora, aí nós fazemos u cálculo pra senhora, uma istimativa de quantu daria essi valor, tudu	“Intendi, porque siguru eu num vô tê direito porque eu recebi.”
62		“Eu possu pergunta prela si ela... Comu qui eu pergunto?”
63		“Quando eu morava em Campinas, eu era por dentru du sindicatu, lá..., diretu eu tava lá, i eu até pagava pur meis. Achu qui aqui paga né, uma taxinha por meis...”
64		“Intão eu era pur dentru, mais depois eu fiquei pur fora.”
65	É u seguru di vida.	“A... num sabia.”
66	A senhora fais horáriu di almoçu?	“Eu não.”
67	Acaba di almoça i continua ali?	“Continua, porque eles chega da iscola meio dia i eu já continuu. Não faço.”
68	Intão, tá erradu, tá tudo erradu!	“Né. I agora vai muda pra uma casa grande, né?”

Os enunciados selecionados para análise da fala da terceira trabalhadora foram: 2, 4, 8, 13, 19, 30, 39 e 62.

A terceira doméstica também busca o sindicato no intuito de se informar sobre um pedido de demissão: “Tô trabalhandu, mais eu vô pedi avisu...”. O uso do verbo “estar” como “tô”, na forma prosódica, demonstra que é uma ação atuante, ou seja, o trabalho é algo presente, por isso o verbo é seguido do gerúndio “trabalhandu”. Como já dito, a conjunção “mais” nega o que já foi dito e, assim, ela finaliza “vô pedi avisu”, que poderia ser enunciado também como “vou sair” ou “vou me demitir”.

Em seguida, conta: “é assim, até quando ela tava assim sozinha, porque ela é separada. Até meu dia, eu sô impregada, depois eu viru babá, à tarde. Porque ela é

separada, né. Aí ela arrumo um namorado lá, sabe?”. A expressão “é assim”, geralmente antecede a alguma notícia ou relato: “até quando ela tava assim sozinha, porque ela é separada”. Dessa forma, a doméstica começa a relatar como é seu trabalho, demonstrando que antes era de uma forma, mas algo mudou e isso é possível observar pelo uso da preposição “até” antecédida do advérbio “quando”. Em seguida, o adjetivo “sozinha” é explicado em “porque ela é separada”, ou seja, ela elucida que a patroa estava sozinha no local de trabalho porque é separada e segue explicando sua função na casa: “até meu dia, eu sô impregada, depois eu viru babá”. Narra que trabalha meio período, “até meu dia”, em uma atividade de “impregada”, e continua no local fazendo outra tarefa: “eu viru babá”. Esse trecho do enunciado demonstra a clareza da doméstica em relação ao acúmulo de funções. Ela deixa expresso em sua fala que está ciente de que exerce as funções de babá e empregada doméstica.

A narrativa continua com a repetição da afirmação: “porque ela é separada”. A conjunção “porque” transparece o intuito de a babá justificar algo: “aí ela arrumo um namorado lá, sabe?”. A entonação da última fala expõe uma insatisfação por parte da doméstica. É interessante observar dois pontos: primeiro, ao dizer “arrumo”, o intuito é manifestar que a patroa encontrou alguém. No dicionário on-line Michelis, encontramos o verbo transitivo direto “arrumar” com o significado de “tomar rumo”, ou seja, a expressão “arrumo um namorado” demonstra que, antes, a empregadora estava sozinha, mas agora “tomou um rumo” e não está mais, pois está namorando. Porém, essa afirmativa analisada como positiva é negada quando a trabalhadora utiliza o termo “namorado lá”. Nesse cenário, “lá” elucida que não é algo positivo. Portanto, “namorado lá” poderia ser dito como “arrumou um namorado ruim”, “arrumou um namorado qualquer” ou, até mesmo, “arrumou um namorado que não me agradou”.

A razão profissional da contrariedade demonstrada nessa última afirmação pode ser comprovada na continuação da narrativa da trabalhadora, principalmente quando ela diz: “A ropa é muito di terra, sabi?”. A fala reflete que a babá não está satisfeita em seu trabalho, já que está implícito que ela lava a roupa. Assim, ainda enfatiza: “É ropa di terra pra lava, aquela comilança, aquela sujera. Cum treis criança deli, cum duas qui eu olhu..., né? Aa não... Tô morrenu di fomi não...”. Fica claro que há um acúmulo de função, assim como um descontentamento com a situação. No dito “é ropa di terra pra lava”, o adjetivo “di terra”, dado à roupa, é crucial para compreender que o trabalho está exaustivo. Assim, como no uso do substantivo feminino “comilança”, que indica mais

tarefas em relação à alimentação, devido ao aumento do número de pessoas. Esse substantivo vem complementado com “sujeira”, esclarecendo também um acréscimo da preocupação com a limpeza. A finalidade dessa fala está na condição em que a tarefa da trabalhadora se encontra, ou seja, a doméstica relata que houve um aumento no volume das atividades exercidas. É relevante atentar para quando ela diz: ‘tô morrenu di fomi não...’. O verbo “estar” seguido do verbo “morrer” mostra que independente da atual situação financeira dessa doméstica, ela considera não ser aceitável permanecer na presente condição de trabalho. Isso é comprovado com o substantivo feminino “fomi”, dito ao final do enunciado. O que fica claro é que as tarefas estão muito exaustivas e que a remuneração dessa babá não condiz com a quantidade de atividades exercidas.

A narrativa da terceira trabalhadora prossegue com a explicação do por que ela deseja pedir demissão. O representante dialoga com a trabalhadora para que ela peça para a empregadora demiti-la, pelos pagamentos que ela iria receber se isso ocorresse. Porém, a babá esclarece que não possui direito a esses pagamentos: “eu já recebi essi anu, terminei. Não vô tê direitu”. Um fator fundamental desse enunciado é o fato que sustenta a tese desta pesquisa: ela sabe como funciona o contrato de trabalho. Sabe dizer sobre ele e tem o que dizer. O verbo “receber”, em “recebi”, deixa claro que houve um pagamento, e “essi anu” demonstra o tempo, que é o ponto de partida para a última fala: “não vô tê direitu”. O verbo “ter” leva à compreensão de que o pagamento não poderá ser feito novamente, por motivos legais, com o uso da palavra “direito”. Dito isso, o representante fala para a trabalhadora conversar com a patroa para que entrem em um acordo. Assim, ela deveria descrever as situações que não estão sendo justas. Contudo, a babá compreende que a empregadora sabe que a conjuntura está errada: “Mais ela vê issu daí... Fais di besta, né?”. Nesse enunciado, em “ela vê”, deixa claro que a locutora entende que a empregadora sabe dos problemas no contrato de trabalho e isso fica mais evidente em “fais di besta”, expressão aplicada quando alguém sabe de algo, porém não se manifesta, nem demonstra intenção para tal, e poderia ser substituída por “finge que não vê”.

O diálogo continua e o representante diz que não está de acordo com a situação da babá, que os patrões deveriam valorizar mais seu serviço e então ela revela: “é, mais elis num pensa assim não”. “É” refere-se à opinião da trabalhadora, que está concordando com o interlocutor. O pronome “elis” alude aos patrões de modo geral, a empregadora e também seu namorado, já que, se fosse apenas sua empregadora, o

pronome usado seria “ela”. Por fim, as negações “num” e “não” deixam claro que as atitudes dos patrões não são condizentes com a opinião do representante e que a trabalhadora tem consciência disso.

Apesar de entender, por meio das atitudes, a visão dos patrões acerca do trabalho doméstico, o silenciamento no cotidiano desse trabalho está presente. Isso porque a terceira trabalhadora pergunta: “Eu possu pergunta prela si ela... Comu qui eu pergunto?”. O dito inacabado demonstra que há uma dificuldade em como estabelecer uma conversa com os empregadores. “Comu qui eu pergunto?” transparece o silêncio entre doméstica e patrão. Porém, o advérbio “comu” nos mostra que a dificuldade está na maneira, e não no conteúdo, porque, senão, a pergunta seria: “O que eu pergunto?”. Ademais, a descrição acima nos remete a concepção de Foucault (2013, p.9-10) de interdição. Trata-se dos controles do dito. É o estabelecimento daquilo que pode e não pode ser dito em um dado espaço, num dado momento. Observa-se que a doméstica tem a percepção dessa interdição. Ela expressa essa necessidade de saber o que dizer para atender o código dominante, que privilegia a fala de alguns em detrimento da de outro e restringe os dizeres.

A trabalhadora prossegue a fala e no enunciado: “ela disse pra mim seis horas, mais nunca me solta seis horas”, “ela” refere-se à patroa e é seguido do verbo “dizer”, em “disse”, retrata a ação da empregadora em fazer um acordo verbal, isso porque é seguido do componente já interpretado aqui: “pra mim”. Nesse sentido, “ela disse pra mim” é observado, no contexto dessas falas, como alusão a uma promessa, um acordo, algo firmado pela pessoa que fala. Por isso, essa declaração seguida de um “mais”, indica que, em seguida, vem uma negação do que foi firmado pelo contrato verbal. E essa assertiva se explicita no advérbio de negação “nunca” demonstra que esse acordo feito pelas partes não foi cumprido em momento algum. O componente “me solta”, o qual é composto por um pronome pessoal seguido de um verbo, aponta para uma concepção que a trabalhadora doméstica fica presa no emprego, que não é liberada, que é forçada a permanecer todos os dias horas a mais do que foi firmado pelo acordo que tinha com a empregadora. Ademais, o verbo “soltar” traz consigo a ideia de ausência total de autonomia do ir e vir do sujeito, o que leva a crer que o sentimento da trabalhadora é também de impotência, em relação à situação vivenciada. Por último, “seis horas”, expressão identificada no início e no final do enunciado, refere-se àquilo que foi determinado pelo acordo verbal entre a trabalhadora e a patroa e que não foi

respeitado: o tempo de trabalho. Com isso, pensar nesse enunciado e em suas escolhas léxicas expõe o entendimento da trabalhadora de sua situação no trabalho, na medida em que identifica o desrespeito com aquilo que lhe é de direito e, para além, evidencia a resistência e o descontentamento da doméstica com sua condição, bem como sua busca pelo rompimento com essa situação de injustiça identificada. Se trata de sentimento de impotência, de apagamento, de opressão e em absoluto de ausência de capacidade de fala ou de conteúdo a ser proferido. Essa profissional sabe o que dizer e é capaz de falar.

3.2 A interlocução entre trabalhadoras e representantes sindicais

No desenrolar dos enunciados transcritos das gravações, é possível observar a predominância de tempo de fala do representante, além da quantidade recorrente de interrupções que este faz durante as falas das trabalhadoras. Essas interrupções podem ser observadas por meio de falas e de respostas, entre a trabalhadora e o representante e a advogada e a trabalhadora.

1- A interlocução entre trabalhadora e representante:

Ao realizar as transcrições foi percebida a existência de enunciados ditos pelo representante com maior frequência, como: “Certu”; “Ã”; “Sim”; “Intendi”; “Qual qui é u endereço da senhora?”; “Qual qui é u telefone da senhora?”; “Quandu a senhora entrô lá?”; “Qual qui é u salari?”; “Tendi”. Isso ocorre devido ao fato dele priorizar a realização de um cadastro das trabalhadoras do sindicato, em detrimento da escuta de suas falas. Ademais, as recorrentes interrupções nas falas das trabalhadoras comprovam este fato como, na Tabela 1 – Linha 11 do tópico 3.1 dessa pesquisa, na qual a trabalhadora está fazendo um relato de uma advertência dada pelo empregador pelo fato dela usar o celular no horário do almoço e ele a interrompe perguntando: “Qual qui é u telefone da senhora?”, logo após busca justificar a interrupção enunciando: “Eu tô ouviniu viu a senhora podi fala”. Contudo, nada é comentado pelo representante sobre o acontecimento descrito pela trabalhadora, o que comprova a ausência de escuta dessa situação. Ademais, o motivo banal da interrupção, uma vez que a pergunta sobre o número do telefone poderia ser adiada, mostra uma reprodução do apagamento da fala produzido na sociedade. Mais um caso de interrupção ocorre com a segunda trabalhadora no enunciado 31 da Tabela 2, quando a doméstica explicava como foi feito o acordo verbal entre ela e o empregador. Enquanto realiza o cadastro a trabalhadora

explica sua situação no emprego e em meio está explicação o representante confirma o endereço em que ela reside. Também nesse caso a reprodução do silenciamento é constatada.

Ao orientar as trabalhadoras o representante busca seguir um padrão em todos os atendimentos quando pede que elas não peçam demissão e sim conversem com o patrão para que eles as demitam. Como demonstra no enunciado encontrado nos anexos desta pesquisa: “Vamu lá, pra genti tenta arruma um jeitu aqui pra sinhora num tê qui pedi as conta...”, esse ato ocorreu mais de uma vez no atendimento do dia em que foram realizadas as gravações. Porém, o representante também demonstra nos diálogos um sentimento de injustiça de como se dá a relação dos empregadores com as trabalhadoras domésticas. Isso fica claro quando ele diz: “[...]as vezes u pessoal num dá valor nu serviçu domésticu, mais é um serviçu muito valoroso porque as vezes tá cum filhu dele ta cum... cum a casa deli, tá cum ... sabi?”. A expressão ‘num dá valor’ revela sua opinião de que este trabalho não é reconhecido como deveria. Além disso, o representante expõe que acredita que este é um trabalho que deve ser reconhecido, que exige muito e possui muito a oferecer, como quando o adjectiva com a palavra: “valoroso”. Com isso, o representante demonstra que compreende toda a marginalização sofrida por essa categoria. Mas permanece, em sua relação no atendimento, o silenciamento e o apagamento da voz das domésticas, mesmo em um espaço que seria de escuta de sua fala.

2- A interlocução entre trabalhadora e advogada

Os enunciados da advogada referentes às trabalhadoras estão associados à regularização dos direitos trabalhistas. Como pode ser visto em “I a sinhora tá trabalhano todos os dias, agora?”, “Faz tempo que a sinhora está trabalhando todos os dias?”, “Veja só, se a sinhora chega lá e pedi demissão a sinhora... vai fica mais difícil... us direitos, vamus dizê assim”; “Não vai recebe nada”; “Só qui aí, teria qui entra com uma ação”. As perguntas e respostas da advogada podem ser consideradas mais técnicas, referindo-se a questões legais. Mas há também aqueles enunciados que demonstram uma compreensão da marginalização e uma indignação do que sofre a trabalhadora doméstica. No enunciado: “A responsabilidade..., a responsabilidade a honestidade...”, os adjetivos demonstram que ela acredita que o trabalho doméstico deve ser valorizado

e tudo que engloba a atividade é essencial. Dessa forma, nesse diálogo ela busca orientar a doméstica a conversar com a empregadora para que haja um acordo com sua empregadora e que a trabalhadora saia beneficiada desse acordo: “Tenta conversa cum ela, pra vê si ela fais a rescisão [...]”. A advogada transparece que pretende compreender e orientar as trabalhadoras de acordo com suas vontades: “I... hoje u que qui a sinhora espera? Qui a sinhora qué?”. Ela procura dialogar de forma que a trabalhadora a direcione para que sejam esclarecidos seus direitos. No entanto, assim como o representante, a advogada também demonstra o interesse de associar as trabalhadoras ao sindicato, conduzindo o diálogo a uma ação legal que deverá ser realizada por ela. Os enunciados transcritos expõem uma diferença entre a fala da advogada e a fala do representante, esse fato se torna mais compreensível no próximo tópico.

3.3 O que dizem e as maneiras de dizer dos representantes

Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Ribeirão Preto possuem sua singularidade ao enunciar, suas seleções lexicais transparecem os discursos proferidos. No enunciado realizado pelo representante: “xô vê si a Dotorá (diz o nome) fais u cálculo pra sinhora aqui. A sinhora entrô lá, essa data du registru, tá correta? Dia... oitu du oitu di dois mil i dizoito?”, a utilização do verbo “deixar” como “xô”, sua forma prosódica, demonstra a ausência de formalidade na fala. Assim como, o verbo “ver” em “vê”, que representa a ação que será efetuada: conversar com a advogada. O tratamento dado para advogada como “dotorá” revela que ele pretende destacar a importância da formação educacional da profissional que está irá atender a trabalhadora. Em “fais o calculu”, a ação é exposta como uma atitude que é função da advogada dentro do sindicato. O termo de tratamento “senhora”, referindo-se à trabalhadora, transparece uma forma de distanciamento, pois a opção por chamá-la pelo nome traria intimidade na relação entre ambos. A expressão “tá correta” vai além de um adjetivo para a fala “data”, pois mostra como há casos em que os documentos levados não estão condizentes com a realidade. Desse modo, é compreensível dizer que o sindicato já segue um procedimento nos atendimentos. Isso fica claro em: “tá, mais num vai pedi as conta não. A gente num tem orientadu pedi as conta”. A expressão “num vai pedi”, pode ser observada como uma orientação e para mostrar que há um padrão, é dito, logo em seguida: “a gente num tem orientadu”. Ou seja, o representante busca explicar a

negação feita anteriormente, justificando o ato como um modelo do próprio sindicato. O atendimento com a trabalhadora segue e ela narra os problemas cotidianos do trabalho e em seguida o representante diz: “a genti vai orientá a senhora”. “A genti”, nesse caso, refere-se ao sindicato porque seguido do verbo “ir” sugere que será uma ação feita por mais de uma pessoa, ou seja, além do representante, sua equipe do sindicato realizará a ação, por isso, não foi utilizado o pronome “eu” e sim “a genti”. Em “orientá a senhora”, deixa claro que o intuito no atendimento é indicar atos que a trabalhadora pode ou deve tomar para solucionar os problemas que relata em seu depoimento e isso tudo dentro do padrão seguido pelo sindicato.

O dito a seguir foi retirado do diálogo com a terceira trabalhadora: “a senhora tá fazendo tudo correto e tá abrindo mão...”. Em um primeiro momento, é possível analisar que ele se refere à trabalhadora como “senhora” e esse elemento, além da busca por um distanciamento, já mencionada nas linhas acima, muitas vezes parece indicar também que, ali, a trabalhadora encontrará o respeito que não encontra em seu local de trabalho. De um lado, há o distanciamento entre doméstica e representante, de outro lado, o intuito do representante em passar a imagem de quem respeita e compreende a trabalhadora. O próximo componente “tá fazendo” se trata de uma ação da doméstica. Esse enunciado objetivo explicitar que o representante sabe de direitos que a doméstica está perdendo por uma atitude dela em relação ao emprego, direitos que ele demonstra julgar que a trabalhadora esteja desvalorizando e ela não possui conhecimento suficiente para compreender sua importância. Por fim, nota-se o propósito do representante, de salientar para a trabalhadora que ela está abrindo mão de direitos que ele considera importante. Trata-se de colocar o discurso do representante como sendo o discurso verdadeiro, o qual, na concepção de Foucault (2013, p.17) está relacionado ao “modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.”. Isso porque, a sociedade seleciona o sujeito que ela considera detentor desse saber e, nesse caso, o representante é aquele que o detém.

A advogada busca compreender e orientar a situação da primeira trabalhadora e finaliza, dizendo: “Intão, realmenti, infelizmenti... você não tem direito...”. O advérbio “realmenti” é usado para demonstrar que algo foi comprovado pela advogada. Assim, o advérbio “infelizmente” revela a insatisfação dela com o que será dito em seguida, que é “não tem direito”. Desse modo, observa-se que a advogada busca, de acordo com os

documentos entregues e com o padrão dos atendimentos no sindicato, orientar a trabalhadora acerca de seus direitos judiciais.

A segunda trabalhadora, aqui analisada, narra seu relato para a advogada, que pergunta: “Tá. I... hoje u que qui a sinhora espera? Qui a sinhora qué?”. Ela confirma a fala anterior da interlocutora, podendo ser compreendido com o uso de “tá”. Em seguida, o advérbio “hoje” expõe que a questão refere-se ao presente momento. A busca, nesse dito, é pelo motivo o qual a doméstica está no sindicato e qual a ação que ela pensa em realizar para que os representantes a orientem. ‘Qui a sinhora espera?’ transparece a ideia de procura por informações a respeito da vontade dessa trabalhadora, como em: “Qui a sinhora qué?”. Assim, a locutora faz uma pergunta além do motivo pelo qual se buscou o sindicato, pois a pergunta poderia ser “o que nós podemos fazer?”. A real questão se volta para a trabalhadora e, devido a isso, a intenção é saber qual a ação que ela tomará com a situação narrada no atendimento. O atendimento da segunda trabalhadora doméstica segue e é compreensível notar que a advogada da prosseguimento ao diálogo de forma que a trabalhadora siga o que o sindicato espera dela, no caso o que é padrão dentro dos atendimentos, nesse caso de não pedir demissão. Esse fato é observado em: “Não vai recebe nada”, o enunciado composto por duas negações acompanhadas do verbo ‘rebecer’, deixa claro que os representantes orientam de forma que ela entre em acordo com os padrões já revelados aqui. Por fim, nesse atendimento, a advogada esclarece o que pode ser feito em relação aos direitos trabalhistas dessa doméstica e diz que será necessário entrar com uma ação trabalhista. Conduzindo a conversa ao interesse sindical. Em meio a esse esclarecimento, ela enuncia: “evidentemente, né...”. O uso de “evidentemente” nos diz que, para a advogada, é algo óbvio que se trata de uma ação, que será conduzida pelo sindicato.

Entretanto, no final do atendimento da última trabalhadora, a advogada diz: “Tenta conversá cum ela, pra vê si ela fais a rescisão pra sinhora di manera... qui possa indenizá-la...”. É interessante observar o uso de “tenta”, pois reflete algo que pode não se concretizar e está associada a “conversa cum ela”, ou seja, é aconselhado, pela locutora, que seja realizada uma conversa entre trabalhadora e patroa. Essa afirmação deixa transparecer que, nesse caso, a advogada acredita que um acordo será mais benéfico para a trabalhadora que o litígio. O uso do termo técnico “rescisão” expõe a posição da advogada, como quem orienta a prática dos recursos legais. Ela poderia ter dito: “vê se ela cancela o contrato” ou então “vê se ela te demite”. Por fim, em “qui

possa indenizá-la”, reforça a posição ocupada pela advogada, e, para além, nos diz que tem o intuito de beneficiar a trabalhadora para que haja um pagamento pelo serviço prestado.

Os enunciados proferidos pelos representantes demonstram a padronização no atendimento às trabalhadoras domésticas, o que revela o discurso predominante de que o âmbito econômico tem poder maior em relação ao social e histórico, os quais retratam a condição de exclusão dessas domésticas. Porém, além disso, observa-se, que em meio ao grande silenciamento e ausência de escuta dessas trabalhadoras, esses representantes se esforçam para orientá-las de modo a beneficiá-las, claro que, de acordo com aquilo que compreendem em seu conhecimento de mundo como correto.

Considerações Finais

Bozena, Val e Aibileen Clark representam as trabalhadoras domésticas na ficção e suas histórias se misturam à realidade de tantas Leninhas. Bozena e Val retratam, como observado nesse trabalho, o cotidiano de silenciamento dessas trabalhadoras, assim como foi possível verificar o enfrentamento às questões raciais de Aibileen. Os dramas expõem as relações de poder e a manutenção de domínio da fala no dia-a-dia das trabalhadoras e de seus empregadores, sendo estes últimos os detentores do discurso. A representação invariavelmente por mulheres da empregada demonstra como essa é uma atividade essencialmente feminina. Embora, a categoria de trabalhador doméstico inclua, além da empregada doméstica, as funções de: babá, copeira, motorista, cuidadora, jardineiro, caseiro, entre outras, a ficção retrata majoritariamente a empregada doméstica, como um esteriótipo do trabalho doméstico.

Nesta pesquisa, demonstrou-se que as trabalhadoras domésticas brasileiras, apesar de todo esse conflito de poder e do esforço dos segmentos privilegiados em manter o domínio do discurso, possuem a capacidade de dizer e sabem falar. Além disso, o silenciamento imposto por suas condições está dotado de sentidos.

No capítulo um ficou clara a existência do preconceito linguístico no interior da sociedade. Acredita-se que o modo de dizer da classe dominante é o mais correto e virtuoso e por este fato essa linguagem deve ser copiada pelas outras classes e comunidades. Esse grupo detém alto poder aquisitivo, fácil acesso à educação formal e empenha-se para manter o domínio do discurso. Naquele capítulo foi possível atestar ainda que a garantia do controle do discurso pelo grupo que detém o poder é concretizada por meio do preconceito linguístico, traduzido pela desqualificação das falas e da estigmatização das formas de dizer do povo.

Não menos importante, a ideia da diferença entre o progresso científico técnico e o progresso moral, pontuada por Bobbio (2004), quando comparada à história recente das mudanças na legislação do trabalho doméstico, demonstra que a concretização de direitos, mesmo aqueles estabelecidos pela norma, não é garantida, uma vez que essa concretização depende de encaminhamentos dados no âmbito político, social e econômico. Em nossa sociedade, por sua história de desigualdade e dominação, esses direitos são recorrentemente desrespeitados. A fragilidade dos direitos estabelecidos

pela legislação no Brasil pode ser comprovada mediante a observação da conjuntura atual, na qual se propõe mudar a lei, para reduzir esses direitos, que ainda são objeto de luta por se tornarem uma realidade na vida dos trabalhadores.

Defendeu-se aqui que, no interior dessa sociedade tão desigual em direitos e poder, o sindicato dos trabalhadores domésticos é, de um lado, um espaço privilegiado de fala da trabalhadora doméstica, o qual conta com representantes prontos para atendê-las. Contraditoriamente, de outro lado, este espaço muitas vezes reproduz os estigmas e os apagamentos de sua voz, já verificados na sociedade em geral. Uma primeira amostra dessa realidade está no fato de ao procurarmos informações sobre o Sindicato dos Trabalhadores de Ribeirão Preto ter encontrado o site do Sindicato dos Empregadores Domésticos de Campinas e Região (SEDCAR). Essa sutil “conscidência” deixa a dúvida sobre a existência de um conflito de interesses, uma vez que, os dois sindicatos defendem interesses opostos, de um lado, os interesses das trabalhadoras e, do outro lado, dos empregadores. O silenciamento constante dessa profissão, embora seja minimizado, não deixa de existir no local em que sua voz deveria ser mais proliferada.

Em uma sequência argumentativa, no capítulo 2, apresentaram-se alguns dos principais alvos do preconceito linguístico. Foi demonstrado ainda que as diferentes transformações, passíveis de ocorrer na língua, podem ser evidenciadas pela variação linguística. Esse preconceito é percebido nas questões de gênero, como quando é reproduzido o ideário de que a voz feminina é estridente e dotada de emoção, ao passo que a masculina é grossa, firme e dotada de razão. Nesse sentido, o trabalho doméstico constituído principalmente por mulheres se configura como um microcosmo dessa realidade de preconceito e exclusão de fala feminina. Remete-se aqui mais uma vez à personagem Bozena, que como representante de uma voz feminina sofre a exclusão de seu lugar de fala. Essa exclusão pode ser associada à condição histórica dessa profissão, que tem suas raízes na escravidão e também à busca da classe dominante por manutenção do poder, traduzida, aqui, na supressão do discurso.

Ainda no capítulo 2, mostrou-se a presença, dessa exclusão em outros grupos sociais, tais como os loucos, os prisioneiros e os pobres. Esses grupos também têm seus dizeres excluídos, por meio de uma argumentação repetida de forma insistente e regular a qual estigmatiza, desqualifica e apaga a fala daqueles que consideram incapazes de deter o poder do discurso. Trata-se de um esforço cotidiano de manutenção dos grupos que detém o poder no interior da sociedade, em detrimento de todos os demais.

O terceiro capítulo deste trabalho conferiu atenção especial à análise dos enunciados proferidos pelas trabalhadoras, mas apreciou também a interlocução entre as domésticas e os representantes sindicais. Os enunciados analisados das trabalhadoras, organizados em tabelas, mostraram como essas possuem o que dizem e tem o entendimento daquilo que dizem. A análise da fala da primeira trabalhadora mostra em diferentes passagens que ela tem o que falar e comprova sua capacidade de dizer. Foi possível atestar que a doméstica sabe que a função de cuidadora tem um valor tanto em termos de status, quanto em relação à remuneração de mercado. A trabalhadora deixou claro também seu conhecimento quanto ao direito de usufruir de intervalos, estabelecidos por lei, ao longo do dia, ao retratar uma situação em que o empregador a advertiu por não estar à disposição em seu horário de almoço. Outra evidência verificada nos dizeres da doméstica se refere à sua desconfiança em relação ao atendimento da norma na rescisão contratual, apresentada pelo empregador.

Assim como, a segunda trabalhadora é firme, como o desenvolvimento deste trabalho apontou, com aquilo que espera do sindicato naquele atendimento. Fica claro que a finalidade dele de utilizar as informações ali recebidas, para negociar a rescisão contratual com a empregadora. Em seguida, a análise das falas da terceira doméstica, comprova que ela compreende que está com acúmulo de funções e que não pretende deixar esse fato prosseguir. Ela identifica sua situação no trabalho, a partir do desrespeito com aquilo que lhe é de direito e comprova a resistência e o descontentamento com sua condição, bem como por meio de sua busca pelo rompimento com essa situação de injustiça identificada.

Mediante o desenvolvimento da pesquisa foi possível responder as seguintes questões: o que e do que falam as trabalhadoras domésticas em reuniões do sindicato? Suas maneiras de dizer variam ou não em relação à fala dos outros membros presentes na reunião? Quais são os recursos da língua utilizados por eles em suas intervenções? A partir da análise realizada, foi possível concluir que as trabalhadoras procuraram o sindicato para obter informações legais sobre o pedido de demissão, além disso, expor fatos que ocorrem e quais são as maneiras de solucionar seus problemas cotidianos no emprego. O diálogo permite perceber que as domésticas narram seus relatos enquanto os representantes as questionam e as instruem dentro do padrão que aquele sindicato segue. Há interrupções notáveis na fala das trabalhadoras, assim como na da advogada. Contudo, predomina a interpelação nas falas das domésticas.

Enquanto as trabalhadoras enunciam, os representantes as orientam de modo que ela saia beneficiada da situação em que se encontra, porém buscam fazer aquilo apartir do modo como o sindicato unifica. Ademais, a ausência de escuta é evidente e as diversas interrupções a comprovam. O representante sindical transparece que entende toda a marginalização sofrida por essa categoria, porém permanece o silenciamento e o apagamento da voz das domésticas, mesmo em um espaço que seria de escuta de sua fala.

A luta pelo poder de fala é histórica e permanece em nosso cotidiano. O dizer leva o homem à sua condição de existência. Mas, aquilo que poderia ser comum se torna grupal, os excluídos do poder de discurso são muitos e a luta pelo espaço é constante. O silenciamento da trabalhadora doméstica deixa transparecer os retratos de uma sociedade excludente e mesmo em locais que suas vozes deveriam ser protagonistas o silêncio está presente. Esse fato remete ao discurso de que, esses que estão à margem não sabem falar e não tem o que dizer, nosso trabalho procurou demistificar esse discurso e, para além, levar a observações codidianas de que o silêncio possui um sentido maior do que aquilo que possamos entender. Além disso, esta pesquisa deixa clara a necessidade de contrapor-se a ideia de incapacidade de fala dos grupos menos favorecidos, tão presente no senso comum. Os dizeres das trabalhadoras domésticas demonstram que, o problema está na sociedade e na perpetuação do poder de discurso centrado nos grupos dominantes e não em sua capacidade discursiva.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Maria Virginia Borges. **O avesso do discurso**. Maceió: Edufal, 2007.

BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho. **Diário da Justiça eletrônico**. Disponível em: [link](#). Acesso em: 18 nov. 2019.

BITTENCOURT, Joseane Silva. **Mulher, Palavra e Poder: construções discursivas do feminino em campanhas eleitorais para a presidência**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) — Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

CARNEIRO, Maria Teresa; ROCHA, Emerson. Do fundo do buraco. O drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

CARVALHO, José M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. A voz do povo: a fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas. In: COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Leísa; GOULART, Maria. Uma análise do discurso da loucura na escrita autobiográfica de Moura Lopes Caçado. In: **Mnemosine**, v. 14, n. 2, p. 51-79. Departamento de Psicologia Social e Institucional/UERJ, 2018.

HORN, Carlos Henrique; VIECELI, Cristina Pereira; WÜNSCH, Julia Giles; STEFFEN, Mariana Willmersdorf (org.). **Emprego Doméstico no Brasil**: raízes históricas, trajetórias e regulamentação. São Paulo: LTr, 2017.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN, María. “Eu não entrevisto negros”: executivo denuncia racismo em processo de seleção. **El País Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2017, 22:39. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/30/politica/1490831144_186341.html. Acesso em: 18 nov. 2019.

MONTIGLIO, Silvia. Falar em público e ficar em silêncio na Grécia Clássica. In: COUTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; FAITA, Daniel (org.). **Linguagem e Trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. Tradução de Ines Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, São Paulo: da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimento. 11. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2013.

PALUDETTO, Diane Heire S. **Trabalho Doméstico no Brasil**: exclusão legitimada. Franca, São Paulo: Unifran, 2012.

PERROT, Michelle, 1928. **Os excluídos da história** [recurso eletrônico]: operários, mulheres e prisioneiros. 1. ed. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PIOVEZANI, Carlos. Falar em público na política contemporânea. A eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia. In: COUTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

PIOVEZANI, Carlos. Instantâneos de duradouros estigmas: consensos sobre as vozes popular e feminina (da Retórica antiga à mídia contemporânea). In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. **Subordinações Contemporâneas**: consensos e resistências no discurso. São Carlos: EDUFSCar, 2016.

PIOVEZANI, Carlos. *A Voz do Povo*: uma longa história discriminações. Petrópolis: Vozes, 2020.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

PESQUISA aponta que mulheres enfrentam entrevistas de emprego mais duras do que os homens. **Revista Donna**, GaúchaZH, 11 jul. 2017, 10:42. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2017/07/pesquisa-aponta-que-mulheres-enfrentam-entrevistas-de-emprego-mais-duras-do-que-os-homens-cjpk6op2b003ydrne9vabfxm.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

RIBEIRO, Bruno; AQUINO, Agda. **Não é errado falar assim**: uma análise do discurso de Alexandre Garcia sobre o livro *Por uma vida melhor*. XXI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. João Pessoa, Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

Pesquisas revelam que mulheres enfrentam entrevistas de emprego mais duras que dos homens. Gaúcha ZH, Porto Alegre, 11 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2017/07/pesquisa-aponta-que-mulheres-enfrentam-entrevistas-de-emprego-mais-duras-do-que-os-homens-cjpk6op2b003ydrne9vabfxm.html>>

“Eu não entrevisto negros”: executivo denuncia racismo em processo de seleção. El país, Rio de Janeiro, 29 de mar. de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/30/politica/1490831144_186341.html>

Anexos

Sindicato das Domésticas de Ribeirão Preto – 29 de janeiro de 2019

O Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Ribeirão Preto funciona de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h para plantão de atendimento. As transcrições aqui expostas foram retiradas das gravações dos atendimentos referentes ao dia 29 de janeiro de 2019, no período da tarde. Além disso, foram feitas respeitando os usos prosódicos e fonéticos de pronúncia. Seguiu-se a mesma forma de reprodução gráfica utilizada por Piovezani no livro História da Fala Pública: uma arqueologia dos poderes do discurso (p.324). É importante ressaltar que o foco para esta pesquisa está nos modos e maneira de dizer dos representantes e das trabalhadoras.

1ª Doméstica:

- A trabalhadora é cuidadora de idoso, trabalhou em uma casa por cinco meses e foi até o sindicato tirar dúvidas sobre a rescisão contratual.

Trabalhadora: Meu nomi é (diz o nome), né.

Representante: Dona (diz o nome da trabalhadora).

Trabalhadora: Eu trabalhei numa...

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) Hm.

Trabalhadora: Eu sô cuidadora di idosu.

Representante: Certu.

Trabalhadora: Eu cuidei duma... duma paciêti aqui na... na Vila (diz o nome da Vila), aqui na rua...na...

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) ã

Trabalhadora: ...na (fala o endereço). I eli mi dispensô, assim, cincü meses di casa, né, mi dispensô. Tá...

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) Certu.

Trabalhadora: ... Aí, feis u acertu aí, mais, sei lá, essi negó... pra mim issu aí tá erradu. Tá. Purque, eu trabalhava di segunda...di segunda à sábadu, eu entrava às oito da manhã saia às seis da tardi...

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) ã

Trabalhadora: ... i nu sábadu das éh...da...das oito, mais u certu era trabalha da... das oito até meu dia.

Representante: Certu.

Trabalhadora: ... Mais di... diz eli qui, qui pagáva cinquenta reais pur fora. Mais foi uma veis só qui eu peguei u dinheiro na mão, cinquenta reais, u resto num peguei, purque eli falava qui tava incluídu na... nu... nu... nu saláriu, né?

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) Sim.

Trabalhadora: Mais num tá tenu nada aí. I a minhas horas?

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) Intendi.

Trabalhadora: Tendeu?

Representante: Xô vê si a Dotorá (diz o nome) fais u cálculo pra sinhora aqui. A sinhora entrô lá, essa data du registru, tá correta? Dia... oitu du oitu di dois mil i dizoito?

Trabalhadora: Istü, saí dia vinti i seis... di dezembru.

Representante: Tá... Eli pagô já pra senhora? Issu? Essi valor?

Trabalhadora: Pagô. Issu. É issu aí.

Representante: (no telefone) Ô Dotor (diz o nome), a senhora tá nu prédiu?... Dá pra senhora mi ajuda aqui, num cálculo, aqui?... Faça favor. Tá jóia.
(desliga o telefone e volta a falar).

Representante: Intão, nós temu aqui, alguns ad... di segunda-feira cedu i a tarde a Dotor (diz o nome) e u Dotor (diz o nome). Terça é u (diz o nome), quarta também é u (diz o nome); terça à tarde é u (diz o nome) i a genti fais um revezamentu nu atendimentu. Nós temu quatro advogados, né. Intão aí a dotor vai olhá dá uma confirida, vai vê si tá tudu corretu us cálculo, né. Mais você vê qui... todus qui.. é... da função di doméstica aconteci isso daí. Elis num dão explicação direitu, apresenta us cálculo delis, qui elis qué lá, paga ou deposita na conta ou num pagam i... i... vai levandu assim, entendeu?

Trabalhadora: I intão Dotor, aí eu quiria vê certinhu, né? Purque uai.

Representante: Qual qui é u endereço da senhora? É essi endereço aqui? É... (fala o endereço)?

Trabalhadora: Não. É (fala a rua), eu mudei, é (fala o endereço completo).

Representante: Númeru (diz o número)?

Trabalhadora: É...

Representante: Vila (diz nome)?

Trabalhadora: (diz o nome da Vila) Istú. Cê acredita? Dexa eu perguntá uma coisa pru senhor... eli mi deu uma advertência...

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) ã

Trabalhadora: ... porque eu fui atendê u celular, era u meu filho, eu tava na hora du meu almoçu...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora enquanto faz anotações) Qual qui é u telefone da sinhora? Eu tô ouviniu viu a sinhora podi fala.

Trabalhadora: É...(trabalhadora dita o número do celular e retoma a fala). Eu tava almoçanu, porque é assim, colocava a mãe deli na... éh... lá na... na.... na mesa pra eli i almoça junto cum ela, eli qui dava comida prela. Aí eu tava almoçano, fui tô... atendê u telefone e eli mi deu...deu uma advertência ...nu celular..., mi deu até uma cartinha, si continua, qualqué coisa ia mi manda embora.

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) Intendi.

Trabalhadora: Já viu um trem desse? Advertência pur causa di celular? U homi é locu, né?

Representante: É u (diz o nome do empregador)?

Trabalhadora: É Dona (corrige o representante), Dona (diz o nome da idosa) é a paciente.

Representante: É Dona?

Trabalhadora: É, é uma sinhora.

Representante: Mais quem registrô é ela. A sinhora é funcionaria dela.

Trabalhadora: É... mais...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora) É eli qui podia controlá, mandá, mais quem registrô a sinhora foi a Dona (diz o nome da paciente).

Trabalhadora: É, mai é eli, né?... eli comanda tudu, né?

Representante: Não, não, eu sei. Mais a sinhora é funcionária da Dona (repete o nome da idosa). É issu, né?

Trabalhadora: É. Issu. Eli qui comanda tudu, porque a mãe num tem mais cabeça, tem Alzheimer, né?

(telefone do representante toca, ele não atende)

Representante: Sim.

Trabalhadora: Eli qui contrata as cuidadora lá dentro. Eli qui paga as cuidadora. Eli qui...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora) Quantas pessoa têm lá?

Trabalhadora: Di cuidadora?

Representante: É... essi endereçu aqui? (lê o endereço no documento)

Trabalhadora: É. Cuidadora ... eli tem ... tem du... tem três.

Representante: (interrompe e sinaliza que está acompanhando) ã.

Trabalhadora: Uma di dia, uma di noite i uma folguista

Representante: Ela tem ... ela tá muito idosa?

Trabalhadora: A... tá cum 84 anus.

Representante: Aqui é (e lê o endereço no documento de rescisão contratual)?

Trabalhadora: É.

Representante: Si eu atendê aqui, eu num vô atende vocês. Dotora (diz o nome), já tá descenu pra gente podê... pra ela podê...

Trabalhadora: Ta bom. Obrigada. Ta certu.

(advogada entra na sala)

Advogada: Boa tardi, boa tardi.

Trabalhadora: Boa tardi, tudu baum?

Representante: Oi, Dotora (diz o nome).

Nesse momento foi necessário interromper a gravação, pois a advogada chegou e precisava passar pelo lugar em que estava sendo gravado. O representante explica para a advogada o caso e pede que ela faça o cálculo, segue a gravação:

Representante: Senhora faça us cálculo dela...

Advogada: Vê si eu consigu...

Representante: É...vê u qui a genti fais. Inquantu a senhora atende ela, eu vô atende a outra moça aqui i já venhu.

Trabalhadora: Tá bom, obrigada.

Representante: Cartera dela tá aqui.

Advogada: (olhando os documentos) É Dona (diz o nome)?

Trabalhadora: É... é a patienti.

Advogada: Tudo bem cum a sinhora Dona(diz o mesmo nome)?

Trabalhadora: Tudo bem. Não, eu sou a (diz seu nome), a (diz o nome da paciente) é a paciente.

Advogada: Tá

Representante: Ela é a (diz o nome).

Advogada: Issu, issu.

(o representante chama a próxima trabalhadora que será atendida)

Advogada: Dixa eu vê quantu tempu a sinhora tá lá...

Trabalhadora: Cinco meses.

Advogada: Oito du oito...

Mais uma vez a gravação foi interrompida, para acompanhar o representante no próximo atendimento. Por fim, foi feita uma última gravação sobre esse caso:

Advogada: (olhando a documentação de rescisão contratual e a carteira profissional da trabalhadora) Essi dezesseis, ó novembro di 2016, mais também aqui, foram apenas quatro meses: agostu, setembru, outubro e novembru.

Representante: É agora deu quantos meseis, agora, cinco?

Advogada: I agora, mais cinco...

Representante: É... ela teria qui tê mais um período agora, recente.

Trabalhadora: A...

Representante: Pra dá quinzi meses, precisa completa us quinzi meses...

Trabalhadora: A... intendi...

Advogada: Intão, realmenti, infelizmenti...você não tem direito...

Desse modo, finaliza o atendimento a primeira doméstica, que vai embora.

2ª Doméstica:

- A trabalhadora é cuidadora de idosos e faxineira, foi tirar dúvida sobre pedido de demissão e salário.

Representante: Um momentu preu i fazenu a fichinha da senhora. Qui qui tá acontecenu, Dona (diz o nome da trabalhadora)?

Trabalhadora: Tá acontecendu u seguinti... cê num vai entrá cum nada assim...?

Representante: Não, não... aqui é um cadastru só.

Trabalhadora: É, primeiramenti eu queru umas informações básicas...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora): Não, tá.

Trabalhadora: ...porque eu queru ...eu pretendu pará di trabalha pra essa pessoa. É...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora): Tá, mais num vai pedi as conta não. A gente num tem orientadu pedi as conta...

Trabalhadora: (interrompe a fala do representante): Mais, eu num sô... é... mais eu tenhu qui pedi porque num sô registrada.

Representante: Não, mais aí qui piorô, aí é qui a senhora num tem qui pidi mesmo.(ri).
Aí...(ri).

Trabalhadora: Intão, mais comu qui eu façu pra saí?

Representante: Intão, aí a genti vai, eu...

Trabalhadora: Sabi pur quê?

Representante:..., a genti vai orintá a senhora.

Trabalhadora: U qui, qui tá acontecendu?

Representante: ã

Trabalhadora: Faz... Em março, faz...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora e pergunta) Quando a senhora entrô lá?

Trabalhadora: Quando eu entrei ...na verdade eu já conheçu u pessoal já fais 15 anos...

Representante: (interrompe e demonstra que está acompanhando a fala) Certu.

Trabalhadora: Eu era faxinera, passava ropa... comu eu sei fazê...

Representante: Fazia diarista.

Trabalhadora: (assente com a cabeça e diz) ...porque eu sô diarista.

Representante: Certu.

Trabalhadora: Aí, ela tevi uma trombosi...

Representante: (interrompe e fala ao mesmo tempo que a trabalhadora) A sinhora tá comu impregada doméstica, lá?

(celular começa a tocar, o representante não atende)

Trabalhadora: Agora eu tô, comu impregada doméstica, fazenu também, u papel di cuidadora...dela.

Representante: Certu.

Trabalhadora: Purque ela, a partir du momentu qui ela tevi a trombosi, foi im marçu du anu passadu, desdu começu du mês eu tô inu todus us días, du horáriu das... oitu e meia, quinze pras nove, até duas hora.

Representante: (interrompe e demonstra que está acompanhando a fala): ã.

Trabalhadora: Lá eu dô banhu, façú curativu..., dela, cuidu da casa dela, lavanu, passanu, cozinhanu i limpanu a casa... (o gestual demonstra que a trabalhadora, quer reforçar, que exerce várias tarefas).

Representante: Certu, qual qui é u saláriu da sinhora?

Trabalhadora: I eu estou ganhandu um saláriu mínimu. (demonstra a insatisfação com o valor, no gestual e na voz, fala mais correto e mais firme, sublinhando as palavras).

Representante: Qual qui é u salári?

Trabalhadora: Novecentus i cinquenta i quatu. Agora qui tevi aqueli aumentozinhu, qui foi pra novecentus i oitu... noventa i oi...i oitu.

Representante: Sim.

Trabalhadora: Achu qui é issu.

Trabalhadora: U... Mais foi, essi aumentu foi agora, até intão era novecentus i cinquenta e patru.

Representante: (interrompe e demonstra que está acompanhando a fala): Certu.

Trabalhadora: Só qui é assim, eu, não... a... a opção di não querê registru foi... foi...meio... minha mesmu.

Representante: Pur quê?

Trabalhadora: Nu começu, eu falei assim... não... ela combinô uma coisa i já disfalô depois. Qui ia mi pagá mil e quinhentus, pra mim ficá cum ela, cuidá dela. I outra, levá pra medicu é eu, leva pra issu, é eu. Pra todus us lugares, só eu, a família não participa na vida dela em nada.

Representante: Sim

Trabalhadora: É só eu. Inclusivi...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora e pergunta) A sinhora tá lá ainda?

Trabalhadora: É ... é... e até nu bancu, fazê alguma coisa pra ela, ela pedi pra mim.

Representante: Certu.

Trabalhadora: Ai, u saláriu tá essi daí, tá pocu, porque pelu tantu di coisa qui eu façu.(reforça a expressão da insatisfação com o gestual). Desse curtu...

Representante: (interrompe e fala ao mesmo tempo que a trabalhadora) A senhora entrô lá quando?

Trabalhadora: Em março...

Representante: Março de...

Trabalhadora: Março di dois mil e dizoitu. Só qui eu achu, qui já tá abusu, porque ai chega nu dia de pagá, é um descasu, 'eh'... Qui nem hoji pur exemplu, ela recebi uma pensão lá, mais u maridu dela lá é contador e tudo... aí, né, é hoje u dia de recebê...

Representante: A senhora, ou ela?

Trabalhadora: Ela ... i eu também, ela recebi e mi paga. 'Ah não, cê pega depois pra mim.' Issu aí, já vem há... um... acontecenu um monte di tempu.

Representante: Certu.

Trabalhadora: Antes eu falei, eu concordei co salário e tudu pur que? Porque eu passava a ropa delu separadu, falei tudu bem. Porque é pocu né? Pra eu pará de fazê minhas faxina e tudu, e comu diarista, eu ia ganhá u dobru.

Representante: Certu.

Trabalhadora: Mas pela senhora, eu tô mais pur ela du qui pur mim. Porque eu cabô di ganhá u salário não dá pra fazê nada. Ainda mais qui é divididu em duas parte, ela mi dá nu começu du mês e u restu nu final du meis.

Representante: Tendi.

Trabalhadora: Num dá pra nada. Nada. Aí eu tô mais pur consideração a ela, mai num tá dandu mais, eu num tô conseguinu...

Representante: I Porque... i...i a questão du registrô depois num foi conversadu mais?

Trabalhadora: Conversadu comigu, ela queria mi registrá da seguinti forma. É... ‘eu vou ti registrá cum um saláriu mínimu, pra você ficá até às quatro horas ...’ quer dizê ela quiria oitu hora di serviçu. ‘Purque lá nu escritóriu du (diz nome)’... qui eli é contador ‘a moça feiz as conta i eu não possu te registrá comu cuidadora ... eu só possu ti registrá comu doméstica’... falei, ‘então a sinhora tem a opção di escolhê, ou a sinhora qué...’

Representante: (interrompe e fala ao mesmo tempo que a trabalhadora) Essi (diz o nome) é um contador aqui di Riberão Pretu?

Trabalhadora: É u maridu dela. Não...

Representante: Não, né?

Trabalhadora: ...não. Eli já tá aposentadu i trabalha num escritóriu ainda até hoje.

Representante: Certu.

Trabalhadora: Mais a moça fez a conta comu... lá, comu... do rh do escritóriu. As conta certinha num fizeram.

Representante: Intendi.

Trabalhadora: Aí tá! Eu não quis pur issu, purque ela quiria exige qui eu ficasse u dia intero. I di vez em quandu eu saiu de lá e vô trabalha em otu lugar pra podê ganha um a mais, né. Eu também tenhu família.

Representante: É.

Trabalhadora: Aí, eu falei: ‘não, essi saláriu num é interessante pra mim a sinhora registra...’

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora e pergunta) E, nu otu a sinhora registrô?

Trabalhadora: (prossegue, com o raciocínio anterior) Agora u quu eu queru... U du quê?

Representante: Nessi otu qui a sinhora vai?

Trabalhadora: Não. U otu é bicu, é só di vez em quandu. É um prédiu, eu limpu a área externa, façú só quando a mulher viaja, sabe? Cubro as folga dela. I só restô isso daí pra mim, purque eu ... as minhas faxina fui devol... assim... anulanu tudu. U otu mi chama lá, agora num possu purque eu tô indo todú dia. Quer dizê, a partir du momentu qui eu trabalhu todus os dias, eu tenhu meus direitu, não tenhu?

Representante: Tem.

Trabalhadora: Intão, i si eu saí de lá, eu queria sabê qual é u meus direitus?

Representante: Intendi. Qual é o telefone da sinhora Dona (diz o nome)?

Trabalhadora: (soletra o número do telefone).

Representante: Qual qui é u indereçu da sinhora?

Trabalhadora: (diz o endereço completo) Aí eu pedi para eli... eu falei: não...

Representante: (confirma o número da residência da trabalhadora).

Trabalhadora: (repete o número e começa a simular um diálogo com a empregadora) 'U qui eu gostaria qui a sinhora pudesse tá fazendo pra mim, é u seguinti: vai lá e paga meu INSS'...

Representante: I ela?...

Trabalhadora: ...‘a não eu faço questão, vó paga, porque vó paga...’. Já faz seis meses ninguém tocou mais no assunto...

Representante: Tá.

Trabalhadora: ...entendeu? Iá automaticamente, divagar ela foi tirando ‘ai não, eu quero quem cuida da casa também incluindo porque eu não tenho dinheiro...

Representante: Tendi.

Trabalhadora: ...porque não sei o que.’ Sempre a choradeira. Tirei a casa, porque a faxina era a parte...

Representante: Certo.

Trabalhadora: ...eu combinei com ela: ‘ó, tudo bem a senhora me paga o salário, mais deixa a faxina quando a senhora precisa, a senhora combina comigo.’ Isso aí é meu bico...

Representante: A faxina da casa?

Trabalhadora: É ... Isso aí é uma coisa que eu faço, quem preciso pro meu orçamento...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora) Entendi. Com quem ela chama?

Trabalhadora: Dona (diz nome)?

Representante: Eu vó orienta a senhora. Dona (diz nome) o que? A senhora sabe?

Trabalhadora: A... eu não sei o sobrenome dela direito.

Representante: Não sabe?

Trabalhadora: Nem lembru.

Representante: Qual qui é o indereço lá?

Trabalhadora: (diz a rua) a eu esqueci u número, é um apartamento. É ali pertu du shopping.

Representante: Centru, né?

Trabalhadora: É centru, bairro Centru. U número num lembru agora di cabeça...

Representante: Tem algum telefoni, alguma coisa, lá, a sinhora sabi? Celular, qualqué coisa?

Trabalhadora: A essi tempo aí... essis tempo elei torcari tudu lá, u negóciu da internet, trocô número di telefoni...

- A gravação para porque o representante vai finalizar o caso da primeira trabalhadora. Em seguida, o representante explica para a advogada o caso da segunda trabalhadora, segue a gravação:

Representante: Ó é o seguinte, então a Dona...

Trabalhadora: (diz seu nome).

Representante: Dona (diz o nome)...ela trabalha na casa lá desde março di 2018. Ela tá alegano qui no início foi ela mesmo qui não solicitô registro...

Advogada: ã.

Representante: ...porque ela tinha, ela fazia diarista etc e tal i ela ganhava mais...

Advogada: (pergunta para a trabalhadora) Quando que a sinhora entrô lá, a sinhora sabi?

Representante: Março de 2018.

Trabalhadora: Logo no comecinho di... du mês de março, assim que ela tevi a trombisi e ficô acamada i...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora) Só que ela começo como impregada doméstica, ela ganhava como diarista algumas faxina, trabalha pra família há mais de tantos anos, quinze anos ela falô... (pergunta para a trabalhadora).

Trabalhadora: (interrompe a fala da trabalhadora) É já fais quinze anos que eu cunheço a família...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora) Agora ela tá sendo impregada doméstica e tá cuidano da sinhora...

Advogada: Certo.

Representante:...I tá trabalhano até os sábados também né?

Trabalhadora: É, di segunda à sábado i u horário...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora) Sábado té que hora?

Trabalhadora: Sábado eu custumo saí meio-dia, mas sába... quando ela precisa de mais alguma coisa eu saio duas, três hora...

Representante: Aí ela faz, faz tudo, tá fazeno compra, tá fazeno banco, tá fazeno...

Advogada: (interrompe a fala do representante) I a sinhora tá trabalhano todos os dias, agora?

Trabalhadora: Todos os dias.

Advogada: Faz tempo que a senhora está trabalhando todos os dias?

Trabalhadora: Fais um ano, vai fazê um ano em março.

Representante: Salário, novecentos e cinquenta e quatro....

Trabalhadora: No começo, eu comecei ... eu ia até di sábado i domingo ... dia das mães, dia di feriado, dia di pascoa, todos os dias, porque ela fico muito ruim intão ela dependi... ficou muito dependenti di cuidados. A família lá é... o casal é velho, já é di idadi ele num dá conta.

Representante: Ô Dona... (Diz o nome)...é o siguinti ó...

Trabalhadora: (interrompe a fala do representante) Ai ... depois que ela começo a me dá o domingo de folga

Advogada: Tá, mas dexa eu só perguntá, a senhora nos disse aqui que quando a senhora entro, em março de 2018, no começo num eram todos os dias?

Trabalhadora: Era todo dia desde...

Representante: (atropela a fala da trabalhadora, para reforçar o que ela está dizendo) Não, em março é...

Advogada: Ah! Era todo dia, desde o início?

Representante: É, é, é...

Trabalhadora: Issu!

Advogada: A partir de março então começô a ser todus us dias.

Trabalhadora: É, de março.

Advogada: Tá, e a senhora nunca registro?

Trabalhadora: Não, porque ela me ofereceu..., me fez uma proposta qui eu achei qui num era adequada.

Advogada: Não era condizente. Correto.

Trabalhadora: Sim

Advogada: Tá. I... hoje u que qui a senhora espera? Qui a senhora qué?

Trabalhadora: Hoje eu queru saí

Advogada: Hum

Trabalhadora: Eu queru saí porque tá ... ao invés di tá mi ajudando ... ta mi deixanu ... as minha folga tá tudu acumulada... U salário mal tá me ajudanu. Eu pricisu para e volta a fazê u qui eu fazia antes...

Advogada: Tá.

Trabalhadora: ...porque eu era diarista, eu ganhava quase u dobro e agora eu tô mais em consideração a pessoa, porque ela vive reclamano da vida, então a genti vai mais pur ela...

Representante: Intendi.

Trabalhadora: ..só qui eu queru sabê qual meu direitu?... quais são meus direitos?

Advogada: Veja só, se a senhora chega lá e pedi demissão a senhora...

Trabalhadora: Não tem nada?

Advogada: ... vai fica mais difícil... us direitos, vamos dizê assim... U qui qui nós podemos fazê, pensu eu, qui a senhora deve, procura primero a caixa econômica federal i tira um extrato lá qui num vai consta nada nu seu nome du depósito, certu?

Trabalhadora: Certu.

Advogada: É uma das coisas ... pur.. porque ... nós vamos entra com uma ação, uma rescisão via indireta, certo? Qui a senhora está saindu porque a senhora não tem registru, porque a senhora não tem ... é ... recolhimentu di FGTS, recolhimentu du INSS, aí sim. A senhora tem testemunha dissu aqui?... Du seu trabalho?

Trabalhadora: Ah eu achu todú ... pessoal du prédio mi vê todú dia

Advogada: Mais num vão sê a favor né?

Trabalhadora: Não sei

Representante: Qui jeito qui ela pagava a senhora? Depositava em banco ... já fez depósito?

Trabalhadora: Não, ela pagava em dinheiro mesmu.

Representante: Em dinheru, né.

Advogada: Em dinheru.

Representante: Aqui é u seguinte ó ...

Trabalhadora: Recebia, já pagava...

Representante: ...quando a senhora entrô em março, a senhora tinha qui tá ganhano mil ... nu mínimo mil centu ...

Trabalhadora: Marca para mim, pra eu leva essi valor?

Representante: É, tô marcanoé...u...u... mil centu e sessenta i dois e trinta e cincú, comu a senhora começô a fazê cuidadora...

Trabalhadora: Juntu com ...u...

Representante: ...a senhora tem mais vinte, um acumulu di vinte pur centu, intão é vinte pur cento em cima di mil centu e sessenta e dois, vai dá duzentos e trinta cincú, duzentus e quarenta real, depois eu façu u cálculo pra senhora. Intão a senhora tinha qui tá ganhando pelo menus essis dois valores aqui pur meis...

Trabalhadora: Intão, si ela mi propusesse issu, fizesse essa proposta, eu aceitaria né...

Representante: U qui aconteci agora, é...

Trabalhadora: (emenda a fala, ao mesmo tempo que o representante) Registrà...

Representante: ...u qui aconteci agora é u seguinte, aqui, comu não há um registru, não houve uma formalização legal dessi imprego...

Trabalhadora: Sei...

Representante: ... u corretu era qui u sindicato solicitava pra senhora. Cê tem diretu aqui também u siguru di vida, qui é obrigatório ela fazê, custa hoji, custava trinta e dois i noventa i oito ao ano ele deve tê ido pra quarenta e cinco reais pur ano. Quando não fais u siguru di vida, eli tem uma multa qui hoje tá im tornu di centu e tenta e cincú reais au meis, qui reverti um percentual pru sindicatu pra pagá u qui a senhora teria qui tá

contribuino com a genti e u restante da sinhora qui hoje só issu daí daria em tornu aí di... pra joga aí..., em quantus meses a sinhora tá?

Trabalhadora: Ah.. é deis ... agora em janeiru completô deis.

Representante: se for deis meses, vai dá mil... milie poucis reais só da multa du siguru di vida. Intão, si a sinhora pedi as contas e saí do jeito qui a sinhora tá lá hoji, a sinhora num vai tê o direito nem ao fundo de garantia...

Advogada: Não vai recebe nada.

Representante: ...i nem ao siguro disimprego, certu? Apesar di tê um anu, um anu...

Advogada: Com licença, i... si ela pedi também eli vai fala assim...Ó... eu num vô paga u décimo tercero proporcional, num vô paga as férias proporcional, num vai paga nada...

Representante: Purque a sinhora tá pidindo as contas ...

Advogada: Tá pedindu as contas.

Representante: Intão, u qui eu... era sugeridu pra sinhora aqui pelu sindicatu, era que a genti pidisse pra qui ela fizesse uma regularização du contratu di trabalhu da sinhora, desde quandu ela entrô, paga u piso da categoria qui nós temu a convenção coletiva é pra sê seguida. Aí vai fala “ah, mas eu num sabia” u fato di as vezes eli num sabê num tira a responsabilidadi delis. Intão aqui, si a genti consegui regulariza issu pra sinhora, só aqui de novecentos... não sei u qui aconteceu com meu celular aqui na calculadora ... vô si alguém consegui aqui tirar issu aqui ô ... tá essi monti de númeru aqui, eu num tô consequino fazê cálculo. Ó... A... não...agora sim. Ó...ó... mil centu i sessenta e três, vô arredonda, vezes vinte pur centu, intão a sinhora tinha qui tá ganhano mais duzentos e trinta e dois e sessenta pur acumulu di função, intão ia dá ô... mil centu e sessenta e três mais duzentos e trinta e dois, intão, nu mínimo, era pra sinhora tá ganhano lá hoji, mil

trezentos e noventa reais, qui é impregada doméstica mais um acumulu di função, então ó... novecentos e cinquenta e quatro....

Trabalhadora: Mesmo qui fosse essi horáriu aí né?

Representante: É, essi horáriu.

Trabalhadora: Qui é ...Das oito e meia até duas hora.

Representante: Não é essi horáriu...ó...

Trabalhadora: Tinha dia qui eu saia de lá cincü hora ... quandu ela tem médico eu saia di lá, cincü hora da tardi...

Representante: ...mil trezentus e noventa e cincü, minus novecentus e cinquenta e quatro, a sinhora tá perdeno pur mês ...a sinhora ta tendu uma perda di quatrocentos e quarenta e um reais. Tem deis meses qui cê tá lá?

Advogada: Fora é claru... u almoço...

Representante: É dez meses? Dez meses?

Trabalhadora: É

Representante: Intão vamu pô aqui... ó... quatrocentus e quarenta ...

Trabalhadora: É deis meses porque em março faz um ano ..

Representante: (emenda com a fala da trabalhadora) ...Vezes dez meses só aqui a sinhora tá tendo uma perda du quatro mil, quatrocentus e deis reais.

Trabalhadora: Vish

Representante: ... Só essa questão salarial, sem fala u siguru di vida, sem fala nada, intão si u sindicatu, a Dra (diz o nome), u Dr (diz o nome), pidi, solicitá... pra qui elis faça uma regularização dessi contratu di trabalho da sinhora, elis vão faze... elis tem esse acertu pra faze com a sinhora, elis vão tê qui paga todú u percentual du fundu di garantia...

Trabalhadora: Mais... pra issu tem qui fala pra elis registra minha cartera.

Representante: É, pra isso u sindicatu vai tê qui faze um ... faze um pididu em nomi da sinhora, porque si a sinhora saí agora, pidi as conta, elis num vão quere regulariza essi contratu di trabalho da sinhora...

Trabalhadora: A não num vai não

Representante: Si a sinhora pedi as conta, eli vai fala comu a sinhora pediu as conta também mesmu qui a sinhora regularizá a sinhora num vai pode saca nem u fundu i nem tem direitu a siguru disimpregô, num sei si vai dá, u tempu não vai dá...

Trabalhadora: Não...

Representante: Si fizé du jeito qui a Dra (diz o nome) tá te orientano é comu si ela tivesse mandano a sinhora embora, já qui a sinhora qué saí...

Advogada: Só qui aí, teria qui entra com uma ação.

Representante: Teria qui entrá com uma ação... É uma ação...

Advogada: Entendeu?

Representante: É uma ação qui vai fazê...só qui aí...

Advogada: Evidentementi né...

Por fim, a trabalhadora vai embora e combina com o representante de voltar outro momento para finalizar o atendimento. O representante já chama a trabalhadora.

3ª Doméstica

- A trabalhadora é babá e empregada doméstica, foi até o sindicato tirar dúvidas sobre pedido de demissão.

Representante: Qual qui é u telefoni da sinhora Dona (diz o nome)?

Trabalhadora: (diz nome e soletra o número do telefone)

Representante: (diz o nome da trabalhadora)... já tem cadastru?

Trabalhadora: É... eu dexei até um currículu cum você, lembra?

Representante: Ah é, lembrei agora...

Trabalhadora: Aham...

Representante: Tá. Vamu lá. U qui qui tá acontecenu?

Trabalhadora: Intão, eu ...é...eu queru...

Representante: A sinhora tá trabalhanu?

Trabalhadora: Tô trabalhandu, mais eu vô pedi avisu...

Representante: Sinhora ... tá dispensandu a sinho....

Trabalhadora: É... eu vô pedi...

Representante: não... a senhora vai pedi?

Trabalhadora: Vô

Representante: Não... mais aí... quantu tempu a senhora tá lá?

Trabalhadora: Não... Eu entrei lá cincü di... di abril di dois mil i dizoitü.

Representante: ã

Advogada: Pur qui qui a senhora qué pedi?

Trabalhadora: Aí...(ri, meio desconcertada) É qui...

Advogada: Bom ... Problemas pessoais?

Trabalhadora: Não, não, não.

Advogada: A tá.

Trabalhadora: É assim, até quandu ela tava assim sozinha, porque ela é separada. Até meu dia, eu sô impregada, depois eu viru babá, à tarde. Porque ela é separada, né. Aí ela arrumu um namoradu lá sabe? I...(faz uma careta)

Representante: Difícil? ... Qual qui é u salariu da senhora?

Trabalhadora: Mil e duzentus. I eli num ...sabi? ... Num tá danu certu...

Advogada: Intendi...

Trabalhadora: Eli tá assim ... sabi ... I a ropa deli é di roça, qui eli é ... bem pobri, sabi?

Representante: Sim...

Trabalhadora: Nunca vi um negóciu dessi na minha vida. Mais...

Advogada: (gargalha e o representante acompanha)

Trabalhadora: A ropa é muito di terra, sabi? ...

Representante: Mais é...

Trabalhadora: Nossa... i ela é uma médica, a família tá assim..., bobada. Aqueli pé di guerra, sabi? Aa i eu num sô acostumada cum essas coisa não. I eli tá dandu assim di manda, sabi?

Representante: É né...

Trabalhadora: É... Falei “ Nossa vem du nada”... Achu qui ela num tá muito bem da cabeça não. (Faz gesto de louco)

Advogada: As pessoas vêm... i colocam otra pessoa dentru di casa é assim ...

Trabalhadora: I ela era tão boazim... boa, mais ele, assim, tá fazenu ela assim de gatu i sapatu... uma médica, falu “Meu Deus”.

Representante: Intão, mais a sinhora tá di impregada doméstica?

Trabalhadora: É.

Representante: Vamu lá, pra genti tenta arruma um jeitu aqui pra sinhora num tê qui pedi as conta...

Trabalhadora: Ah...

Representante: Impregada....

Trabalhadora: Ah ...mais é qui eu num ligo sabi?

Representante: Impregada e cuidadora?

Trabalhadora: É ...

Advogada: Babá

Trabalhadora: É, até meio dia ...

Representante: (interrompe a fala da trabalhadora) Babá.

Trabalhadora: ... eu cuidu du apartamentu.

Representante: Tá...

Trabalhadora: Das deis...

Representante: Agora, u qui, qui aconteci...

Advogada: I, a sinhora fica até qui horas lá comu babá?

Trabalhadora: Intão, ela disse pra mim seis horas, mais nunca mi solta seis horas. É seis e meia, quinze pras seti, seti i quinze.

Representante: A sinhora já entrô lá ganhando mil e duzentos?

Trabalhadora: Mil e duzentos... só qui ...livre...

Representante: I antes num tinha criança, nada? Ou sempre tevi?

Trabalhadora: Sempre tevi.

Representante: Sempri tevi.

Trabalhadora: Tinha uma lá há seis anos. Ela saiu e passô para mim.

Representante: ã

Trabalhadora: Né, aí ... Eu tô lá. Até qui ela é boa pessoa. Mai agora num tá danu mais certu não...

Representante: Mais qui aumentô u serviço qui a sinhora...

Trabalhadora: Aumentô. Purque eli tem três filhu pequenu i a corja foi toda lá, sabi?

Advogada: Jesus.

Trabalhadora: É ropa di terra pra lava, aquela comilança, aquela sujera. Cum treis criança deli, cum duas qui eu olhu..., né? Aa não... Tô morrenu di fomi não...

Representante: I a sinhora procurô conversa cum ela? Fala assim ó... purque... u qui qui acontece Dona (diz o nome), as vezes aumentô u serviço, mais si aumenta u saláriu também compensa...

Trabalhadora: Hum ... Hum

Representante: ...pra sinhora

Trabalhadora: Num aumenta, purque ela mi paga pela pensão du ex maridu, a pensão das criança i eli vai tira.

Representante: Intão, mai u fatu qui eu tô querendu chega pra sinhora fala cum ela, purque si num chega num acordu em vez da sinhora pedi as conta, ela dispensa a sinhora.

Trabalhadora: Eu já mandei hoji um.... qui ele mandu um áudiu pra mim né, i eu já mandei otru pra ela, si ela... si ela não tá satisfeita pra ela, aproveita, né...

Advogada: A senhora é registrada?

Trabalhadora: Sô registrada. Só qui num tá na cartera, mais ela paga, porque eu olhu na caxa econômica i eu veju lá.

Representante: Comu assim não...

Trabalhadora: A minha cartera tá lá, tá em brancu, mais ela paga ... achu qui na hora ela ... assina.

Representante: Não... mais ela fez u registru na cartera da senhora?

Trabalhadora: Não, eu veju qui tá na gaveta lá. Mais, ela paga.

Advogada: Ela paga u quê? Ela recolhe fundu de garantia?

Trabalhadora: Issu.

Representante: U e-social? Mais, num registrô sua cartera?

Trabalhadora: Não, tá lá em brancu. Eu achu qui na hora qui fô acerta, qui ela registra, né? Eu achu, né. Tá lá.

Advogada: Pode ser qui ela cubra, qui complementa us dados.

Trabalhadora: Ela é muuitu divagar, né.

Representante: Tá, mais, u qui qui..., porque qui a senhora num chega nela i conversa assim..., fala, comu qui ela chama?

Trabalhadora: (diz o nome da empregadora)

Advogada: Mais, ela num tem mais interessí, pur conta ...

Trabalhadora: Não, é eu ... num...

Advogada: É issu qui ela tá falanu.

Representante: Intão, ô... dotora, mais eu tô querendu dizê u seguinti: si ela explica a situação pra ela...

Advogada: Si ela num manda imbora, né!?

Representante: Purque ao invés ... si a senhora pedi as conta...

Advogada: Cê perdi tudu.

Representante: ... a senhora num saca u fundu di garantia i num tem direitu a siguru disimpregu, si casu...

Trabalhadora: Ah, mais, u seguru eu já recebi, eu fiquei cincú anu...é... quatrú anus numa casa, qui eu morava em Cuiabá ...

Representante: Tudú bem, mais ...

Trabalhadora: Eu já recebi essi anu, terminei.

Advogada: A, então num tem direitu.

Trabalhadora: Não vô tê direitu.

Representante: Tá, intão mais u fundu a senhora não vai recebe também.

Trabalhadora: É, mais....

Representante: ... se a senhora pedi as conta.

Trabalhadora: Issu, mais quandu eu aposenta eu recebu?

Representante: Não, aí sim. Mais, si a senhora chega, u qui eu tô tentanu explica pra senhora...

Trabalhadora: Sei ...

Representante: é fala assim ó..., ó... comu qui chama u namorado?

Trabalhadora: Aí, u.... (diz o nome, do namorado, da empregadora)

Representante: (repete o nome e ri)

Trabalhadora: Ô figura..., num guentu aquela ropa di terra deli.

Representante: (sorri, novamente) Si a senhora chega i fala assim, aliais isclarecê pra ela, pur ela sê uma pessoa boa, né? (diz o nome da empregadora) né!?

Trabalhadora: É boa demais... boa qui até ...

Representante: Intão..., a senhora chega pra ela i fala assim, ô... dona (diz o nome da empregadora, Ditora (repete o nome da empregadora), tá indu tudu bem aqui, tô satisfeita, gostu muito da senhora, a senhora faz tudu certinhu comigu, só qui agora depois qui chegô u (diz o nome do namorado, da empregadora) e mais três filhus...

Trabalhadora: Num mora lá, mais diretu ... (faz gestos complementando o que diz)

Representante: ... Sim, ‘mais as coisas deli eu qui tô tenu qui fazê...’

Trabalhadora: Sim, lavanu ...

Representante: ... lavanu, passanu...

Trabalhadora: ... até u tênis di terra elu mandô eu lava, senu qui u ex maridu dela, a outra qui ficô lá seis anu nunca limpô um calçadu deli, nem dela. Eu lavo u das criança, qui lógico, eu sô babá né!?

Representante: (ri) Sim.

Trabalhadora: ... mais dele... a mu poupi. Tô morrenu di fomi não!

Representante: Intão, mais aí su sinhora chega i explica issu pra ela. “Olha intão u” (e repete o nome do namorado, da empregadora).

Trabalhadora: Mais ela vê issu daí...

Representante: Não, mais a sinhora tem qui fala...

Advogada: Mais, fala pra ela...

Trabalhadora: Fais di besta, né?

Representante: U problema num é u contratu di trabalhu? A sinhora tem qui fala as coisa qui tá acontecenu nu contratu de trabalhu. Isclarece essa situação.

Advogada: (fala para advogada no mesmo momento da fala do representate) Queru aumentô, aumentô u serviçu queru aumentu.

Trabalhadora: Hum, hum.

Representante: Fala, ‘olha aumenteô muito, elis tão trazenu a ropa, pur eli sê da zona rural, uma ropa qui vem bem incardida, tudu. A sinhora num qué mi dispensa? Eu num possu abri mão du meu fundu di garantia porque eu precisu dissu, tal.’ I, ela dispensa a sinhora au invés da sinhora pedi as conta, porque todú mundu qui vem aqui, a bomba estora, a otra sinhora tá... a bomba estora...aperta u cercu...

Trabalhadora: Achu qui meu fundo devi tê porque eu puxei na caxa deve tê também.

Representante: Intão, mais dessi um anu vai dá aí, pelu menus uns quase uns quasi dois mil reais.

Trabalhadora: Não, achu que não.

Advogada: I ela ti pagô u décimu terceiro, pagô?

Trabalhadora: Pagô. Pagô.

Representante: ... então dá quasi um salário. Vai dá um saláriu.

Advogada: Ela tem qui ti paga férias...

Representante: Vai da uns mil e quinhentos reais...

Trabalhadora: A férias tem qui paga, né?

Representante: Intão...

Trabalhadora: Eu quiria qui u senhor fizesse as contas...

Representante: ...Si a sinhora chega e conversa issu com ela, qui tá acontecenu issu, qui a sinhora precisa trabalha tudu, mais tá uma situação um pocu difícil, si num era melhor qui ela ti dispedisse, intão.

Trabalhadora: Intão, é porque eu falei cum ela sexta-fera, ela ficô di vê com u pai das criança, né...

Representante: Ahn

Trabalhadora: Porque eli tá querenu tira, meia a meia, aí corta a pensão porque eli alega que tá sustentanô u otro e tá mesmu, né. Intão ela num vai tê condição di paga eu.

Representante: Não, mais pera aí. Intão, vai..., uai, intão eu vô leva a senhora pra minha casa, aí eu levu a senhora pra minha casa, eu pagu tudu as conta da rua e num pago a senhora, aí não é pur aí.

Trabalhadora: É, não é ...

Representante: Quer dizê..., si ela paga todas conta, as outra conta tudu e dexa di paga a senhora..., é a senhora qui tá lá cuidanu ó., eles num... num ò... serviçu domésticu fala qui é serviçu de domicíliu, mais ó a senhora cuida dus dois filhos dela...

Trabalhadora: Hum, hum.

Representante: Si a senhora fosse cuida da minha filha, a pessoa qui fô cuida da minha filha a pessoa tinha qui sê uma pessoa melhor qui eu i qui minha isposa, aí elis põe uma pessoa pra cuida di dois filhos i aí qué paga todas as otas conta da rua e num qué paga a pessoa qui tá cuidano dos filhos...

Trabalhadora: Acha que mil e duzentus ... mil e duzentus é pocu ainda acha qui tá muito.

Representante: ...I eli si chega lá i paga a senhora batenu numa das criança, uma hora dessa a senhora tá presa.

Trabalhadora: Intão.

Representante: Intão tem qui paga u que a sinhora tá trabalhandu, num existi issu.

Trabalhadora: É, mais elis num pensa assim não.

Representante: Não, num pensa assim. Mais, a sinhora isclarecenu essa situação, dize... a sinhora num podi abri mão, u qui a genti tá venu aqui todud dia, u domésticu vai e abri mão. ‘Ah tá bom, eu abru mão e começu tudu du zeru nu otru.’ Deus mi guardi amanhã a sinhora fica doenti aconteci alguma coisa, a sinhora, vamus supor, si ela manda a sinhora imbora, a sinhora ainda vai tê um anu pela previdência lá, incostada lá pela previdência, né? A sinhora tem um siguro aí di um anu, né, di carência, du contratudu di trabalhu da sinhora. Intão a sinhora tá abrindu mão di tudu issu daí.

Advogada: I ela falô qui mandaria você imbora?

Trabalhadora: Intão, quandu eu, eu não vejo ela, porque ela sai cedu i a genti não se vê, é nu Whatsapp.

Advogada: Ela é médica du quê?

Trabalhadora: Ela é neurologista i pediatra na... nu hospital (diz o nome do hospital) e dá aula pra quem si forma, médico novu, né? Ela dá aula. Devi ganha bem né? Mais u gastu lá é muito, né.

Representante: A sinhora entendeu, intão...

Trabalhadora: Entendi, eu entendi...

Representante: U qui qui seria u corretu aí, porque du jeitu qui a sinhora tá fazendu num era ... num vai sê corretu pra sinhora, vai sê corretu pra todud mundu, mais num vai sê corretu pra sinhora...

Trabalhadora: Eu sei, aham ...

Representante: ... a senhora qui tá trabalhandu e tá pricisando dissu...

Trabalhadora: Eu vô perdê só u fundu né?...

Representante: É, não é só u fundu a senhora vai perdê porque a senhora tá pidino as conta, cê vai te qui arruma um otru serviçu, tudu i u dinheru qui tá nessi períodu aí, qui a senhora poderia arruma um otru impregu , um pocu mais folgada, vai tá mais curtu. Ela podi faze a senhora trabalha u...

Trabalhadora: U avisu.

Representante: ... u avisu...

Trabalhadora: É... Ahn

Representante: Intendeu, si ela dispensa a senhora, é a senhora qui iscolhi

Trabalhadora: É, melhor pra mim.

Representante:...si a senhora trabalha ou não u aviso i ela tem qui paga issu para senhora i é muito melhor pra senhora.

Trabalhadora: É, eu sei. Ahn...

Representante: U acertu é outu.

Trabalhadora: Hum..., hum. Eu sei dissu.

Representante: Intão, a genti, não tá aconselhanu...

Advogada: Ela ti paga o auxílio transporti também?

Trabalhadora: Paga, mais disconta. Ela paga mil u duzentus na cartera, aí ela disconta, da mil i trinta i dois. Ela tava depositandu mil reais, aí eu peguei i cobreí ela, mês passadu. Aí ela disse assim ‘vô vê’ daí ela começu a paga mês passadu trinta i dois reais qui ficô faltandu, dissi qui ia vê, num..., mais ficô quieta, entendeu? I... quê mais...? Ela, paga, mais ela desconta. I agora, pur exemplu, teví aumentu em janeiru, eu tenhu direitu?

Advogada: A senhora trabalha di sábadu?

Trabalhadora: Não. Eu tenhu direitu, nu..., nessi aumentu qui teví?

Representante: U aumentu não é em janeru, u nossu aumentu da convenção coletiva é em marçu, ele vai sê em marçu.

(Toca o celular do representante e ele atende)

Trabalhadora: Mais tem genti qui tá recebendu.

Advogada: Dependí du acordu qui faz.

- O representante atende uma ligação o representante desliga o telefone e continua a conversa com a trabalhadora:

Representante: A senhora entendeu?

Trabalhadora: Intendi.

Representante: Qui eu acho qui num compensa, a senhora tá abrindo mão di coisas qui é direitu da senhora.

Trabalhadora: Intendi.

Advogada: Qui é u seguru di vida...

Representante: (o representante interrompe a fala da advogada) Qui é a sinhora tenta conversa cum ela, fala ó mi dispesa, é mais fácil pra ela dispensa a sinhora e acerta tudu qui a sinhora tem direitu porque a sinhora vai precisa arruma um otru serviço, du qui a sinhora... a sinhora abri mão. A sinhora tá abrino mão, a sinhora tá fazenu tudu corretu i tá abrinu mão, ela vai tê dificultadi di arruma uma otra pessoa pur mil e duzentus reais...

Trabalhadora: Pois é.

Advogada: Sem conta...

Representante: (o representante interrompe a fala da advogada) Uma babá hoji toma conta di duas crianças aqui, qui vem aqui, é mil e oitocentus, mil e novecentus, dois mil reais.

Advogada: I sem conta qui...

Representante: (o representante interrompe a fala da advogada) A sihora tá di impregada doméstica...

Trabalhadora: Então, qui issu... é pocu...

Representante: e cuidanu di duas criança...

Advogada: A responsabilidade..., a responsabilidade a honestidade...

Trabalhadora: Issu.

Advogada:... cum a pessoa dentru de casa.

Trabalhadora: Issu. Issu

Representante: É. Entendeu?

Advogada: Issu não tem dinheru qui você paguê.

Trabalhadora: Ixatamenti.

Advogada: Si você mesura isso, num tem como...

Representante: (o representante interrompe a fala da advogada) É. É issu qui eu tô aqui tentanu dize, as vezes u pessoal num dá valor nu serviçu domésticu, mais é um serviçu muito valoroso porque as vezes tá cum filhu dele ta cum... cum a casa deli, tá cum ... sabi? É...

Trabalhadora: Porque, quandu eu morava em Campinas meu salário era otu. Aqui é diferenti, Riberão. Eu fiquei cincü... Aí di Campinas meu maridu foi pra ... tevi qui trabalha em Cuiabá, eu fiquei cincü anus lá, aonde qui eu cheguei di Cuiabá i vim aqui. Até trouxe um currículo, falei cum... a minina i falô qui você sempri sabia di impregu, inclusivi. Aí eu peguei i já entrei nela. I eu ganhava lá em Cuiabá quasi treis mil reais, eu fiquei qua... eu fiquei... eu fiquei cincü anus lá? Fiquei quatru anus e pocu, nessa casa lá. Pensi nuns patrão genti boa...

Representante: Num, tem, a genti num fala qui não tem, porque...

Trabalhadora: Tem.

Representante: porque tem.

Trabalhadora: Tem. Eu ganhava quasi três mil...Tem...

Advogada: Tem genti qui sabi dá valor.

Trabalhadora: Eu só sei porque: minha família é de cá e meu marido daí, e a empresa falhou aqui lá. E aí eu fui obrigada a voltar. Mas eu queria voltar, porque lá é muito querido, eu não gostei de lá... e...

Representante: Lá é querido.

Advogada: Lá é querido, né?

Trabalhadora: E minha família é de Limeira, então eu ficava muito sozinha e três em três meses eu tinha que vir para cá para Limeira. Então, e eu ganhava desses três mil eu ficava só pagando cartão de crédito e passagem aérea, então não compensava para mim...

Representante: Entendi.

Trabalhadora: Daí que eu vim para Ribeirão...

Representante: Mas então, o salário da senhora tá muito ruim pelo que a senhora faz...

Trabalhadora: Sim...né...

Representante: Então...

Trabalhadora: ... porque a minha referência, meu currículo é muito bom, eu sei fazer de tudo.

Representante: Agora se a senhora sair ainda... se a senhora sair ainda, aí que vai ser pior porque a senhora tá abrindo mais direitos ainda...

Advogada: Tenta conversar com ela, para ver se ela faz a rescisão para a senhora de maneira...

Representante: (interrompe a fala da advogada) Conversa com ela de uma boa...

Advogada: (continua a fala) que possa indenizá-la...

Representante: Depois qui a senhora conversa cum ela, a senhora vem aqui...

Advogada: Entendeu?

Representante: Se ela fô dispensa a senhora, aí nós fazemos u cálculo pra senhora, uma istimativa de quantu daria essi valor, tudu.

Trabalhadora: Intendi, porque siguru eu num vô tê direito porque eu recebi.

- Houve uma pausa, no atendimento, para o representante atender um telefonema. Em seguida, retorna a gravação:

Trabalhadora: A genti num tem acesso, né? Como, né?...

Representante: Pur issu qui eu tô dizendu, si elis num fizeram, ela vai tê mais uma multa nu acertu. Aí u acertu da senhora aumenta.

Trabalhadora: Eu possu pergunta prela si ela...

Representante: Pode, si ela...

Trabalhadora: (interrompe a fala do representante) Comu qui eu pergunto?

Representante: ... feis u siguru di vida da senhora du sindicatu.

Trabalhadora: Aaaaa.

Advogada: Fala ‘olha a senhora... eu estou registrada? Estou. Tá..., intão, a senhora inclui...é...’

Representante: (interrompe a fala da advogada) I essi é um dus motivus qui podi rompe u contrato da senhora, intão...

Trabalhadora: (interrompe a fala do representante) Quandu eu morava em Campinas, eu era por dentru du sindicatu, lá..., diretu eu tava lá, i eu até pagava pur meis. Achu qui aqui paga né, uma taxinha por meis...

Representante: É a associativa,

Advogada: É...

Trabalhadora: É. Intão eu era pur dentru, mais depois eu fiquei pur fora.

Representante: A sinhora questiona ela numa boa, conversa si ela dispensa a sinhora...

Advogada: (fala ao mesmo tempo que o representante) É u seguru di vida.

Trabalhadora: A... num sabia.

Representante: ...coloca a situação. É...a genti...

Advogada: A sinhora fais horáriu di almoçu?

Trabalhadora: Eu não.

Advogada: Acaba di almoça i continua ali?

Trabalhadora: Continua, porque eles chega da iscola meio dia i eu já continueu. Não faço.

Representante: Intão, tá erradu, tá tudo erradu!

Trabalhadora: Né. I agora vai muda pra uma casa grande, né?

Advogada: (levanta da cadeira e faz movimentos indicando que vai se retirar): U
Sinhor mi da licença qui eu tenho que subi.

Representante: Intão, é issu.